Orlando Ribeiro

Goa em 1956

Relatório ao Governo

organização e introdução de Suzanne Daveau

prefácio de Fernando Rosas

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Título
Goa em 1956 – Relatório ao Governo

Autor
Orlando Ribeiro

Fotografias
Orlando Ribeiro

Coordenação editorial
Clara Boléo

Design
Patrícia Proença

Revisão
Fernanda Abreu

Arquivo de imagens
Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Colaboração nas ampliações fotográficas
Maria Tereza Siza

Pré-impressão
Policor

Impressão
Gráfica Maiadouro, SA

Dezembro de 1999

ISBN 972-787-002-3
Depósito legal 145751/99

Sumário

Apresentação

- PREFÁCIO DE FERNANDO ROSAS
- INTRODUÇÃO DE SUZANNE DAVEAU
- IMAGENS DE GOA EM 1956 DE ORLANDO RIBEIRO

Relatório ao Governo

Obras citadas

Índices

Apresentação

Goa, ou o princípio do fim

PREFÁCIO DE FERNANDO ROSAS

A década de 50, em cujos meados decorre a visita de Orlando Ribeiro à Índia e a produção do Relatório que agora se publica, é marcada, no que diz respeito à política colonial do Estado Novo, por um conjunto de tentativas de resposta aos ventos da descolonização do pós-guerra, ainda que no quadro de um continuismo essencial: a defesa ideológica, política e militar da integridade do «império», agora reconvertido em «Ultramar português». Ou seja, a recusa fundamental em seguir o exemplo descolonizador das principais potências coloniais europeias – apodado, mesmo oficial e publicamente, de «abandono cobarde» e «irresponsável», pois poria em causa a viabilidade de uma Europa independente no mundo bipolar do pós-guerra – ainda que acompanhada, essa recusa, por gestos significativos de preparação para os novos tempos no quadro da mesma política essencial. E, talvez por isso mesmo, eles nunca seriam admitidos como tal pelo próprio chefe do Governo: «não há, de modo algum, mudança na grande orientação [...] seguida [...]; pelo contrário, há uma linha que nitidamente se reforça [...] – a da integração cada vez mais perfeita e completa de todas as províncias dispersas na Unidade da Nação Portuguesa»[1].

As três direcções da política colonial do pós-guerra

A formalização jurídico-constitucional da integração das colónias no «todo português» enquanto «províncias ultramarinas», isto é, o reforço político do integrismo, constituiu o essencial da resposta política do regime à ameaça descolonizadora iniciada na Ásia e em rápida progressão para a África. A revisão

[1] Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 489.

constitucional de 1951 revoga o Acto Colonial de 1930[2] e integra-o, com pequenas alterações, no novo título VII da Constituição, intitulado «Do Ultramar Português». É na decorrência destas novas disposições que se publicará, em Junho de 1953, a nova Lei Orgânica do Ultramar Português, ao abrigo da qual o chamado Estado Português da Índia é contemplado com um renovado *Estatuto*, em 1 de Julho de 1955. Por um golpe de mágica jurídica, as «colónias» transformavam-se em «províncias ultramarinas» e o «Império» em «Ultramar». Nascia a «Nação pluricontinental», e Portugal, para os efeitos das disposições fiscalizadoras e autonomizantes da Carta das Nações Unidas, deixava formalmente de possuir «territórios não autónomos» sobre os quais devesse prestar contas.

Já no plano económico a resposta é mais substancial: o pós-guerra e os anos 50 vão assistir a uma verdadeira viragem para África, ou seja, ao primeiro verdadeiro movimento de exportação de capitais metropolitanos, públicos e privados, em direcção às colónias africanas, a que se seguirá, sobretudo nos anos 60, o afluxo dos investimentos estrangeiros. A acumulação pública e privada de capital durante a guerra e a nova importância económica e estratégica que as colónias tinham ganho durante e após o conflito[3] originam um progressivo movimento de investimentos do Estado e de capitais privados metropolitanos e/ou coloniais, onde participam fundos oriundos das ajudas Marshall[4], apontados para uma exploração capitalista «moderna» e «racional» das riquezas africanas. Designadamente, a prospecção e exploração do subsolo (a CUF irá arrancar com as minas de cobre em Angola) e de outras matérias-primas e produtos agrícolas (onde emparceiram os grupos Espírito Santo ou BNU, associados a interesses de prósperos colonos locais); o fomento de missões científicas geológicas, geográficas ou antropológicas; a execução dos primeiros grandes projectos de colonização branca de Angola e Moçambique (a população branca destas colónias quase que quadruplica entre 1940 e 1960); o lançamento, por

[2] Acto Colonial – Designação «à inglesa» do Decreto n.º 18 570, de 8-7-30, preparado por Salazar na curta passagem pela pasta das Colónias entre 21-1 e 29-7 de 1930. O diploma consagra a nova orientação centralista e «imperial» que virá a ser a da política colonial do Estado Novo e tornou-se, no plano político-institucional, o seu símbolo emblemático.

[3] Cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 239 e segs.

[4] Cf. Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 271 e segs.

iniciativa estatal, de ambiciosos planos de infra-estruturas ferroviárias e portuárias ou das ligações aéreas «imperiais»; a abertura à instalação nas colónias de indústrias[5] complementares e de apoio aos planos anteriores (Champalimaud instala cimenteiras em Angola e Moçambique e vão arrancar as têxteis, as alimentares e as bebidas, entre outras). O I Plano de Fomento (1953-1958) suporta este esforço de «ocupação efectiva» no plano económico, sem paralelo na história recente do «ciclo africano do império», tornado possível pelas realidades económicas do pós-guerra, mas largamente motivado, também, pelos «perigos» que espreitam o «ultramar».

Deve dizer-se que, apesar de largamente «abandonados» e, portanto, marginais em relação a este investimento, os territórios sob administração portuguesa na Índia vão igualmente beneficiar, no início dos anos 50, de medidas de fomento económico centradas na activação de prospecções geológicas e da exploração mineira (minérios de ferro e manganésio, exportado para o Japão e a Alemanha), em melhoramentos nos caminhos-de-ferro e no porto de Mormugão ou em obras de irrigação ou de saneamento básico, o que permitiria a alguns observadores, designadamente a partir de 1958, sob a administração do governador-geral Vassalo e Silva, falar de um certo «sopro de renovação»[6].

Mas também no plano ideológico o esforço adaptativo é evidente, com a transmutação da «mística imperial» dos anos 30, centrada na superioridade da raça branca e na missão providencial do homem português, branco e cristão, face às «raças inferiores», para o discurso «luso-tropicalista» sobre a especificidade social e culturalmente miscigenizadora da colonização portuguesa. Como refere Yves Léonard em estudo recente, «a partir do início da década de 50 e da revisão constitucional de 1951, esta ideia da singularidade de uma colonização portuguesa caracterizada por uma propensão para a mestiçagem, para a mistura das culturas, esta ideia insólita e mesmo sacrílega no contexto da "mística imperial" da década de 30, iria encontrar uma audiência crescente junto das autoridades portuguesas, ao ponto de lhes servir de ideologia oficial,

[5] A industrialização colonial estava, na prática, bloqueada por legislação de 1936 visando a reserva do mercado colonial para a indústria metropolitana. É a situação da Segunda Guerra Mundial que impulsiona alguma industrialização colonial, pressionando no sentido da progressiva revogação da legislação restritiva (cf. Fernando Rosas, *ibidem*, pp. 268 e segs.).

[6] Botelho da Silva (coord.), *«Dossier» Goa. Vassalo e Silva – A recusa do sacrifício inútil*, Lisboa, Edições Liber, 1975, p. 14.

de "pronto-a-pensar" colonial»[7]. Cria-se, assim, como sugere o citado autor, uma espécie de «vulgata» luso-tropicalista a partir da recuperação da obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, tardiamente apropriada e instrumentalizada pelo regime, com vista a criar uma «legitimação científica» para a sua política colonial.

Curiosamente, é numa conferência proferida em Goa, no Instituto Vasco da Gama, em Novembro de 1951 – no decurso de uma viagem de «estudo e pesquisa» paga pelo governo de Lisboa –, que Gilberto Freyre vai utilizar, pela primeira vez, a expressão «luso-tropicalismo»[8]. Com uma «enganosa legitimidade científica», é sobretudo como ideologia legitimadora, como «crença» acerca da originalidade da colonização portuguesa que o «luso-tropicalismo vai ser largamente partilhado nos meios culturais e políticos portugueses, designadamente influenciando antropólogos como Jorge Dias, agrónomos como Henrique de Barros, universitários como Adriano Moreira ou geógrafos como Orlando Ribeiro, o que, aliás, explicitamente transparece no Relatório agora dado à estampa.

Em suma, através do expediente de decretar a pluricontinentalidade da «nação una», da manipulação de uma nova «teoria» sobre a originalidade «luso--tropicalista» da colonização portuguesa e da viragem para uma verdadeira exploração e ocupação económica portuguesa das colónias africanas, o Estado Novo preparava-se para não ceder nada de essencial do velho «Império» face à vaga descolonizadora do pós-guerra. O «caso de Goa» seria o primeiro, mas inexorável, sinal da inviabilidade histórica de tal propósito.

O caso de Goa

Quando Orlando Ribeiro visita a Índia sob administração portuguesa, de Outubro de 1955 a Fevereiro de 1956, e escreve o relatório sobre as suas impressões *políticas* da viagem a Salazar, neste ano, a «questão de Goa» entrara, já há algum tempo, num nítido processo de agravamento.

Três meses após o estabelecimento de relações diplomáticas com o Governo português (Novembro de 1949), por «memorial» de 27 de Fevereiro de 1950, a União Indiana apresentara oficialmente em Lisboa a sua reivindicação for-

[7] Yves Léonard, «O Ultramar Português», in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V (dir. F. Bethencourt e Kirti Chaudhuri). Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 37.

[8] *Ibidem*, p. 39.

mal sobre os territórios indianos sob administração portuguesa, pedindo a abertura de negociações com vista a efectuar a respectiva transferência de soberania. Ao contrário da França que aceitará negociar o abandono das suas possessões na península indostânica, o Governo de Lisboa recusa liminarmente sequer encarar a questão, em nome de imperativos constitucionais e «de consciência», isto é, em nome de uma alegada originalidade diferenciadora da presença portuguesa na Índia. Goa não era uma colónia portuguesa mas sim, em razão das particularidades históricas do «empreendimento» português no Oriente, uma sociedade que pela «mentalidade», «concepção de vida» e «ambiente espiritual» constituía um caso distinto do subcontinente: «a transplantação do Ocidente em terras orientais»[9].

Até 1953 decorre a fase diplomática desta batalha, com discursos e contradiscursos dos respectivos chefes de governo e notas oficiosas ou diplomáticas a reafirmar as respectivas posições, campanhas de imprensa e mobilização das opiniões públicas. Apesar da sua irredutabilidade quanto ao fundamental, Salazar faz algumas concessões no plano da política religiosa: nesse ano, acorda com a Santa Sé a restrição do âmbito territorial do Padroado do Oriente aos limites do Estado Português da Índia e a redução drástica (cerca de nove décimos) da área da arquidiocese de Goa. Não obstante o bom acolhimento da medida em Nova Deli, as questões agravam-se decisivamente em Junho: face à intransigência do Governo português, a União Indiana encerra a sua legação em Lisboa, enquanto que em Bombaim é assaltado pela multidão o Instituto Português.

A partir de 1954 pode dizer-se que se entra numa nova fase: a pressão indiana aumenta e radicaliza-se. A 25 de Julho, separatistas goeses apoiados por forças do exército da União ocupam os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, ligados ao distrito de Damão do Estado Português da Índia (EPI). Nos incidentes morre o chefe da polícia local, Aniceto do Rosário. A União Indiana decretará o bloqueio das transações comerciais e financeiras com a Índia sob administração portuguesa, recusando a Portugal qualquer modalidade de passagem através do seu território para os enclaves ocupados. E a tensão sobe ao rubro em 1955, a partir de Janeiro, com o início das marchas pacíficas sobre Goa dos *satyagrahis* («invasores pacíficos» que, na tradição de Gandhi, pretendiam ocupar aquele

[9] Oliveira Salazar, *Portugal, Goa e a União Indiana*, Lisboa, SNI, 1956, p. 7 (edição portuguesa de um artigo publicado por Salazar na revista britânica *Foreign Affairs*, de Abril de 1952).

território sem recurso à violência), que serão brutalmente reprimidos pelas autoridades portuguesas. Em 15 de Agosto, aniversário da independência da União, pouco antes da chegada de Orlando Ribeiro, dá-se o clímax dessa forma de luta: 1700 *satyagrahis* tentam entrar em Goa e 1250 em Damão. Recebidos a tiro pela polícia portuguesa, registam 15 mortos e 38 feridos[10]. Sob a onda de indignação originada pela repressão, a União Indiana – que se demarca da acção dos *satyagrahis* – corta relações diplomáticas com Portugal e encerra as fronteiras com o EPI, enquanto na metrópole o regime desencadeia uma feroz campanha de propaganda, de imprensa e de manifestações de rua contra a Índia e de denegrimento do primeiro-ministro Nehru.

Entretanto, o Governo de Lisboa tenta ganhar tempo, trazendo o contencioso para o plano judicial: sete dias após a sua adesão às Nações Unidas, em 22 de Dezembro de 1955, Portugal, na sua qualidade de Estado-membro, apresenta queixa no Tribunal Internacional de Justiça de Haia contra a União Indiana, a propósito da situação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli: reclama o reconhecimento e a proclamação do direito de acesso àqueles territórios, sem restrições, como decorrência do exercício efectivo da soberania portuguesa sobre os enclaves. A União aceita com restrições a jurisdição do tribunal, mas alega a sua incompetência para se pronunciar sobre o que considera serem seus assuntos internos. O processo prolonga-se e não impede o agravamento da situação no terreno: em 1956, grupos armados de separatistas, dissidentes da via pacifista advogada por parte dos movimentos nacionalistas goeses, desencadeiam ataques militares contra os postos fronteiriços portugueses e, mais esporadicamente, contra esquadras da polícia no interior de Goa, bem como emboscadas às tropas portuguesas, acções que se repetirão nos anos seguintes e são duramente reprimidas[11]. Em Setembro de 1957, na sequência de um ataque particular-

[10] Botelho da Silva, *ibidem*, pp. 52-54.

[11] O movimento anticolonialista goês era servido por várias organizações nacionalistas clandestinas de goeses, desde as mais ligadas ao partido do Congresso, no poder na União (Congresso Nacional – Goa) ou às identificadas com o Partido Comunista Indiano (Partido do Povo Goês, muito activo na ocupação dos enclaves em 1954), até aos partidários da autonomia de Goa na União (Frente Unida dos Goeses) ou do nacionalismo conservador hindu do Jan Sangh (Azad Gonantak Dal). Até os católicos goeses de Bombaim se organizaram no Conselho de Libertação Goês, interessados em preservar a sua liberdade religiosa no quadro de uma integração na União (cf. Botelho da Silva, *ob. cit.*, pp. 50-52). Os comandos que participaram nas acções armadas eram dissidentes destes grupos. Alguns dos seus membros, condenados a longas penas de prisão, seriam evacuados para a Metrópole antes da queda de Goa, permanecendo presos por largos anos após a integração dos territórios na União Indiana.

mente mortífero ao posto de Ancorém, no Noroeste de Goa, registam-se choques entre militares portugueses e forças da União Indiana. Nesse mesmo mês, o Tribunal de Haia reconhece-se competente para julgar o fundo da questão, negando razão à alegação de incompetência por parte da União. O processo arrasta-se até 1960, quando tudo se começa a precipitar, e a estratégia de defesa salazarista a revelar-se incapaz de suster os acontecimentos.

A derrota da estratégia salazarista

O argumentário salazarista para a defesa da legitimidade da continuação da Goa portuguesa, recorrentemente invocado e glosado em várias intervenções e artigos desde 1947, assentava, já o vimos, na convocação de imperativos constitucionais e de ordem moral. A Goa «ocidental», cristã, «luso-tropical», não era um caso de colonialismo, mas uma extensão do Portugal europeu no Oriente, criado pelo génio miscigenizador da expansão e da evangelização portuguesas, uma parte da «Nação portuguesa» incrustada no Indostão, mas política, social e culturalmente irredutível a ele. Em rigor não haveria, pois, uma «questão de Goa», ou só haveria a questão criada pelos desígnios expansionistas da União Indiana, aliás, apontados, também, contra outras nações regionais.

É claro que este discurso propagandístico de essência «luso-tropical» – curiosamente desmentido pelo próprio Relatório de Orlando Ribeiro que agora se publica – era apoiado por uma estratégia de resistência desde cedo delineada por Salazar e que poderemos resumir brevemente em três pontos principais[12].

Em primeiro lugar, partia-se da evidência, consensualmente admitida pelas chefias militares[13], e publicamente admitida desde 1954[14], de que os territórios eram militarmente indefensáveis em caso de um ataque em forma da União Indiana. Nesse sentido, haveria que manter em Goa o dispositivo militar indispensável a dissuadir uma simples operação policial por parte da União,

[12] Estratégia claramente resumida no discurso de 3-1-1962, o primeiro após o ataque da União. Afónico, por virtude do choque emocional causado pelos acontecimentos, o chefe de Governo fez-se substituir na leitura do seu discurso por Mário Figueiredo, então presidente da Assembleia Nacional.

[13] O então tenente-coronel Costa Gomes, subsecretário de Estado da Defesa até à intentona militar de Abril de 1961, realizou uma visita de inspecção a Goa entre 30-11 e 12-12-60, da qual, em aparente obediência ao princípio da indefensabilidade militar do território, resultaram consideráveis reduções do dispositivo militar instalado e a consequente adopção de novos planos de defesa – o «plano sentinela», só divulgado aos comandos em Agosto de 1961 (cf. C. Alexandre de Morais, *ob. cit.*, pp. 26-61 e segs.).

[14] Oliveira Salazar, *Discursos...*, vol. v, pp. 267 e segs.

e a obrigá-la, para ocupar o território, a uma operação ofensiva em larga escala, com «escândalo internacional» e em claro desmentido dos propósitos pacifistas da política de Nehru – o que Salazar, até ao fim, até ao início mesmo do ataque indiano[15], nunca se convencerá possa suceder. Isso levará o Governo de Lisboa, a despeito dos pedidos insistentes do último governador-geral[16], a manter em Goa, até ao fim, um exército de efectivos diminutos, sem aviação, sem antiaérea, sem armas antitanques, sem munições suficientes, com um armamento obsoleto e apoiado por um único e arqueológico vaso de guerra em Mormugão[17]. Salazar não acredita na opção militar indiana, não acredita que se lhe possa fazer face se ela se der, e entende que não vale a pena rearmar o território, mantendo-o propositadamente submuniciado e só simbolicamente defendido. Era de simbolismo que se tratava: as forças do exército deveriam ser as suficientes para exigir um ataque militar de envergadura, o qual, por esse mesmo motivo, nunca viria a ter lugar.

Em segundo lugar, o chefe do Governo aposta tudo na batalha diplomática, política e judicial, nas pressões sobre a União e no paralisar Nehru nas contradições entre o pacifismo e a ocupação militar, com o objectivo, se não de o levar a negociar a boa vizinhança, pelo menos de o deter e fazer «desconhecer Goa»[18]. Para isso, lembrará insistentemente à Grã-Bretanha os deveres de ajuda em caso de ataque aos territórios coloniais, decorrentes dos tratados da Aliança; insistirá com os EUA e a NATO para uma interpretação do Pacto que viabilizasse o apoio da organização, mesmo a territórios de um Estado-membro no hemisfério sul; recorrerá ao Tribunal de Justiça Internacional, como vimos, com o fito de atar Nova Deli aos trâmites do processo e ao respeito pelas decisões de Haia; intrigará com o Paquistão contra a União Indiana; convidará jornalistas estrangeiros «amigos» a visitar a «Índia portuguesa» e a escrever sobre ela; subsidiará campanhas de propaganda nos *media* do Ocidente e do Paquistão; promoverá ou apoiará visitas de estudo, como a de Orlando Ribeiro, que, de alguma forma, caucionassem cientificamente a visão «luso-tropical» da presença portuguesa na Índia.

---

[15] Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, Porto, Civilização Editora, 1987, p. 20.

[16] Cf. Botelho da Silva, *ob. cit.*, pp. 55-61.

[17] Carlos Alexandre de Morais, *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativeiro*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995 (2.ª ed.), pp. 45-60.

[18] Oliveira Salazar, *Portugal, Goa...*, p. 21.

Era uma batalha, convém dizê-lo, sobretudo no plano externo. Uma vez que, internamente, o regime se encarregara de organizar o consenso, aliás sem grandes obstáculos. Não só, naturalmente, através do expediente articulado da propaganda/censura/repressão política, próprio de um sistema antidemocrático e negador das liberdades fundamentais de expressão e associação, mas porque, à excepção da opinião clandestina do PCP e das forças suas aliadas no Movimento Nacional Democrático – que corajosa e solitariamente defendem o direito de autodeterminação para os goeses[19] –, a própria oposição não comunista, os seus líderes, como Cunha Leal ou Norton de Matos, e a sua imprensa legal, como o jornal *República*, vêm a terreiro alinhar na defesa da «Índia portuguesa».

Em terceiro lugar, e perante a falência de tudo o resto, a ordem será, como se sabe, nas vésperas do ataque da União, a do «sacrifício total». Como escreve Salazar no dramático telegrama que, a 14 de Dezembro de 1961, envia ao último governador-geral, o general Vassalo e Silva, não prevê a possibilidade de tréguas, de prisioneiros portugueses, de navios rendidos: «sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos». Estando, obviamente, a vitória fora de causa, ordenava-se a morte e uma resistência «ao menos de oito dias», para que o Governo lograsse suster o ataque através da mobilização das instâncias internacionais[20].

É certo que, a 12 de Abril de 1960, o regime festejará como decisiva vitória a sentença do Tribunal Internacional de Justiça que reconhece a soberania portuguesa nos enclaves e o direito de trânsito através da União, salvo o trânsito de tropas portuguesas que dependeria da autorização indiana. É uma sentença ecléctica e realmente ineficaz que precipita os acontecimentos. Em 11 de Agosto de 1961 o parlamento indiano aprova legislação mandando integrar na União os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e garantindo a cidadania indiana aos seus 5000 habitantes. Uma semana depois, Nehru, em discurso onde se regista uma nítida mudança de atitude, avança com a possibilidade de um ataque militar cujos preparativos – que Lisboa conhece – se iniciam nessa altura.

---

[19] Efectivamente, o Movimento Nacional Democrático, organização unitária ligada ao PCP, com uma existência dificilmente tolerada pela polícia política na primeira metade dos anos 50, emite, na sequência dos acontecimentos de 1954, um comunicado defendendo o direito à autodeterminação da população do chamado «Estado da Índia». Isso valerá a prisão, o julgamento e a condenação dos seus principais dirigentes. Ruy Luís Gomes, presidente do MND, ficará preso de 1954 a 1957, ano em que parte para o exílio no Brasil.

[20] Cf. texto integral do telegrama de Salazar *in* Botelho da Silva, *ob. cit.*, pp. 87-88.

Entre Agosto e Dezembro de 1961 trava-se a desesperada batalha diplomática final do Governo de Lisboa para suster a invasão, recorrendo a todos os apoios diplomáticos e políticos mobilizáveis[21]. Um reforço militar limitado e de última hora, por via aérea, ensaiado em Outubro, não consegue concretizar-se por falta de transportes e de autorização de aterragem da parte de vários países. Tudo em vão: na noite de 17 para 18 de Dezembro de 1961, 40 000 soldados da União Indiana, apoiados por tanques e artilharia pesada, pela aviação e por uma esquadra naval, atacam por terra, ar e mar os territórios de Goa, Damão e Diu. O diminuto e subarmado exército e as forças de polícia portuguesas (pouco mais de 3000 homens) rendem-se ao meio do dia 19 de Dezembro, pouco mais de 24 horas após o início da ofensiva. Quando Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, aterra em Nova Iorque, nesse dia, para intervir na reunião do Conselho de Segurança da ONU convocado de urgência para o efeito, toma conhecimento, estupefacto, que já tudo se consumara. Nem aí será possível fazer nada: o veto soviético impede a aprovação da moção que mandava suspender o conflito e recuar as tropas ao seu ponto de partida. Na realidade, os fundamentos da estratégia de intransigência de Salazar, após aguentarem a situação durante algum tempo, ruíam como um baralho de cartas, evidenciando o beco sem saída da política integrista.

O velho ditador errara na avaliação do adversário, construindo toda a política para Goa na presunção de que ele não atacaria. Preso a concepções e preconceitos do mundo agonizante dos impérios coloniais, Salazar não acreditava que um jovem Estado recém-saído da tutela britânica, ainda por cima dirigido por um discípulo de Gandhi e do seu pacifismo, ousasse desafiar a oposição dos EUA e da Inglaterra para atacar um «velho aliado» desta e membro da NATO. O certo é que o mundo mudara e ele se enganou: esgotadas as possibilidades de uma transição pacífica, pressionado pela opinião pública interna em véspera de eleições, pelos anticolonialistas africanos e pelos nacionalistas angolanos em particular[22],

[21] Para uma visão de conjunto deste processo diplomático, cf. Franco Nogueira, *História de Portugal (1933-1974)*, Porto, Livraria Civilização, 1981, pp. 279 e segs., bem como para a colectânea dos principais discursos e notas oficiais, *Vinte Anos de Defesa do Estado Português na Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.

[22] Em Outubro de 1961, reunira-se em Nova Deli um «Colóquio sobre as colónias portuguesas», onde os delegados nacionalistas angolanos exercem forte pressão sobre o Governo indiano para passar à acção contra as posições portuguesas na Índia (cf. «Entrevistas de Pundolika Gaitande com Manuel Sertório», in *História*, n.º 30 (2.ª série), Abril de 1997, pp. 48-57).

apoiado na influência crescente dos «não-alinhados», Nehru atacou mesmo, desafiando a discordância – aliás mais formal e retórica do que real – das potências ocidentais.

Salazar enganou-se, também, quanto à fidelidade dos aliados e à eficácia das alianças: o Portugal colonialista descobre-se, em 1961, um Estado singularmente vulnerável, isolado internacionalmente e sem verdadeiros apoios externos para a sua política. As anteriores manifestações de simpatia da Administração republicana dos EUA pela política colonial portuguesa pertenciam ao passado: com a nova Administração Kennedy, os americanos, a investir fortemente nas relações com a Índia, limitar-se-ão a exercer alguma pressão diplomática para suster o ataque e a emitir piedosas condenações pela sua verificação. E a «velha aliada» faz saber, no auge da crise, a 12 de Dezembro de 1961, face ao pedido de apoio de Lisboa, que a ajuda que pode prestar num diferendo com outro Estado da Commonwealth é «inevitavelmente limitada», reafirmando estar fora de questão qualquer participação britânica em operações militares[23]. Tal como os EUA e os demais países da NATO, aceitará intervir em Nova Deli para evitar o ataque indiano e manifestará a sua crítica face a ele. Votos pios: o salazarismo descobria que a «velha aliança» se tornara uma relíquia inútil no mundo do pós-guerra e que não podia contar com as novas alianças a que pertencia para defender o «império» ameaçado.

Finalmente, vítima, talvez, do próprio discurso da sua propaganda, Salazar enganou-se quanto à capacidade sacrificial das tropas no terreno e o «portuguesismo» dos goeses. Na realidade, era um absurdo irrealista e inútil – «uma crueldade política inqualificável» lhe chamará, anos depois, o general Pedro Cardoso[24] – ordenar o «sacrifício total» a forças que tinham sido propositadamente abandonadas quanto à sua capacidade militar de defesa, precisamente porque se assentara toda a política na inviabilidade e na improbabilidade da defesa militar. Tal como o era, nessas condições, ordenar-lhes «ao menos» oito dias de resistência. E, naturalmente, as ordens não foram cumpridas: com a excepção da resistência denodada do velho navio *Carvalho Araújo*, no porto de Mormugão, e de algumas guarnições em Damão, o grosso das forças do exército e da polícia, após um esboço de defesa inicial, renderam-se em massa ante

[23] Cf. Borelho da Silva, *ibidem*, p. 75.

[24] Pedro Cardoso, «Prefácio» *in* C. Alexandre de Morais, *ob. cit.*, p. 16.

a esmagadora superioridade do adversário, ao ponto de se inviabilizar o plano de constituição de um último reduto defensivo em Vasco da Gama. Para evitar o massacre, o general Vassalo e Silva e o seu Estado-Maior decidem, alegando «razões de consciência», não acatar a ordem de Salazar e aceitar a rendição [25].

Os goeses, esses, Salazar suspeitaria, ao menos pelo Relatório de Orlando Ribeiro, que não podia assentar no seu «portuguesismo» a defesa da «Roma do Oriente». A maioria hindu era claramente apoiante da integração na União, e na minoria cristã, à excepção dos núcleos de «descendentes» e da pequena comunidade mestiça de Damão, predominava a hostilidade ao colonizador português e o desejo de associação à Índia, ainda que, para alguns, com um estatuto de autonomia preservador da especificidade goesa. O facto é que a maioria dos goeses festejaria a invasão indiana como uma libertação. E ainda que dizê-lo fosse, à época, um interdito absoluto, era claro que a queda do chamado Estado Português da Índia haveria de ser geralmente pressentida, com esperança ou temor, como o que realmente era: o princípio do fim do último «império» colonial europeu.

O Relatório de Orlando Ribeiro

É muito estimulante, para o historiador, ler, à luz do contexto da época, o interessantíssimo Relatório de Orlando Ribeiro para Salazar que a seguir se publica. Desde logo, porque o eminente geógrafo era, ao tempo, e assumidamente, um investigador marcado pela visão «luso-tropicalista» de G. Freyre, apoiante da orientação política do Governo acerca da presença portuguesa na Índia e no mundo, como expressamente declara no texto, propondo-se realizar um trabalho, em Goa, que tentava conciliar, num equilíbrio delicado, o rigor científico e a objectividade com a visão oficial de então acerca do «interesse nacional». Queria-se mostrar «a que profundidade chegara a acção portuguesa através de quatro séculos de história», proporcionar uma «ampla confirmação» às observações «francamente animadoras» de outros geógrafos e sociólogos, o que, «nas actuais circunstâncias», parecia oportuno e de «evidente alcance nacional». Em suma, da investigação a que Orlando Ribeiro se autopropusera, haveria de sair «um livro que, pelo seu nível científico, não desmereça o grande esforço que Portugal está fazendo na Índia; e que, servindo a objectividade e

[25] Cf. Botelho da Silva, *ob. cit.*, pp. 98-118, e C. Alexandre de Morais, *ibidem*, pp. 87-274.

a verdade, que são timbre da nossa educação científica, não dessirva também o interesse nacional no grave momento que atravessamos».

E o facto é que o rigor e a objectividade da investigação conduzida pela missão chefiada pelo geógrafo, o detalhe, a profundidade, a variedade de sítios, situações e pessoas persistentemente inquiridos «em menos de cinco meses de trabalho intenso» e nem sempre fácil, conduziram, antes mesmo da elaboração da monografia sobre o «Estado da Índia» – que nunca chegaria a ser publicada enquanto tal[26] –, ao Relatório que agora se dá a conhecer. No sentido em que o rigor das conclusões do estudo se impôs, na consciência do cientista, ao que a visão ideológica do «império» que então perfilhava gostaria de encontrar. Sentindo necessidade, por isso mesmo, e face à «grande decepção» que fora, para si, a «Goa portuguesa» (ainda que, como assinala, parcialmente temperada pelas realidades do «núcleo tão português, embora tão restrito, de Damão»), de «apresentar ao Governo», directamente ao presidente do Conselho, um «feixe de observações e reflexões» que ajudassem a dar um «conhecimento exacto dos problemas» e a deles tirar «certas directrizes de acção». «Homem de estudo», como se autodefine, «completamente afastado da acção política», impõe-se-lhe apresentar a realidade que observara «com inteira independência» e a «rude sinceridade» que era a sua.

É, pois, este, na vasta produção científica de Orlando Ribeiro, provavelmente um documento singular, especificamente *político* – no sentido em que se destina especificamente a alertar o Governo para certas situações de cariz político –, ainda que suportado em abundante e erudita informação sociológica e cultural fruto das suas observações. Como ele próprio escreve, ao fazê-lo, viu-se obrigado «a trilhar um terreno fora dos estudos a que unicamente me tenho dedicado». Mas talvez seja essa visão de fronteira, e todavia desapaixonadamente crítica, que faz deste Relatório uma fonte histórica singular e preciosa.

Em termos gerais, e salvo algumas excepções que ressalva, a «província de Goa» surgiu-lhe como «a terra menos portuguesa de todas as que vira até então». E explica detalhadamente porquê, tomando como tópicos o «desconhecimento geral da nossa língua», a «persistência de uma sociedade estranha e indiferente, quando não hostil à nossa presença», a limitada influência portuguesa «encerrada como um quisto no flanco do hinduísmo renascente» ou o

[26] Ver a Introdução de Suzanne Daveau, p. 30.

predomínio dos sentimentos autonomistas ou pró-indianos sobre o «patriotismo português». Não se inibe, mesmo, Orlando Ribeiro, de lamentar as deturpações da propaganda oficial (a manipulação falsificatória das estrofes dos *Lusíadas*, a referência errónea a uma «maioria cristã», a alusão à duração da presença portuguesa na Índia...), ou de verberar os casos de «corrupção», «prepotência», «exorbitação da autoridade», «parcialidade», imputados às autoridades portuguesas que encontrara envoltas em ambiente de «suspeição e delação» e de algum «nervosismo». Para o leitor de hoje, dir-se-ia que, fosse por erros históricos da colonização portuguesa no lidar com a complexa sociedade indiana, fosse por características de fechamento e de nacionalismo anti-ocidentais próprias desta ou por ela desenvolvidas, Portugal «perdera o pé» na Índia, desligara-se política, social e culturalmente do «escol» indiano sem criar outro que lhe fosse fiel, não estando à vista, salvo medidas pontuais, uma solução fácil para os desafios que colocava a pressão da União Indiana.

No fundo, através de uma abordagem frontal, o autor dá-nos da «Goa portuguesa», não deixando de o lamentar e de alertar o Governo para a situação, o reverso da imagem do «mundo português» mestiçado, miscigenizado, gerador de uma sociedade e cultura específicas que a «vulgata luso-tropicalista» do regime costumava celebrar. Pesava sobre o «Estado Português da Índia», como diz Orlando Ribeiro ao concluir o seu Relatório, «um passado de abandono e um futuro de incertezas». Que melhor prefácio se haveria de encontrar para o desenlace que se avizinhava?

Vila Nova de Milfontes, Abril de 1999.

A «Missão de Geografia da Índia» na obra científica de Orlando Ribeiro

INTRODUÇÃO DE SUZANNE DAVEAU

Antecedentes da Missão

Nas suas memórias Orlando Ribeiro conta como a sua infância, em casa dos avós, foi embalada pela evocação das longínquas terras ultramarinas onde viviam e labutavam portugueses. Era um tio que tinha desaparecido sem nunca mais dar notícias, outro que voltou de Angola com família mestiça, eram vizinhos da aldeia onde passava as férias que lembravam episódios da sua vida africana ou brasileira. Para quem, cedo, sentiu a profunda determinação de dedicar a vida ao estudo da terra e do povo português, pareceu sempre evidente não limitar o seu interesse à fachada atlântica da Península mas alargá-lo às outras margens marítimas onde portugueses se tinham implantado.

Licenciado em 1932 em História e Geografia pela Faculdade de Letras de Lisboa, cujo ensino desigual e falto de prática o deixou mal satisfeito, teve a sorte, enquanto preparava o doutoramento, apresentado em 1936, de ser escolhido para dirigir, sob a alçada de Marcello Caetano e em companhia de Norberto Cardigos, um cruzeiro de férias, organizado em 1935 pelo Governo para fazer conhecer aos estudantes, futuro escol da nação, o Império Colonial português. Descobriu assim, aos 24 anos, durante as férias grandes, a Madeira, Cabo Verde, a Guiné, Angola e São Tomé: ampla panorâmica atlântica que servirá de tela de fundo às viagens de estudo que multiplicará mais tarde.

Mas, no imediato, outros interesses orientavam a sua vida de estudo. Em 1937, foi aprofundar e alargar a sua formação de geógrafo em Paris, aproveitando um lugar de Leitor de português na Sorbonne. A seguir, os anos de guerra,

dificultando as viagens, fixaram-no em Portugal, onde se dedicou a aprofundar o estudo da Beira Baixa e do país em geral e onde publicou, já em 1945, o seu famoso *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*.

Em 1943, o Instituto para a Alta Cultura criou o Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, a quem começou a atribuir verbas no ano seguinte, permitindo o arranque da sua actividade em 1945. Em 31 de Março de 1946, num memorial dirigido ao IAC e numa altura em que pensava poder confiar a Mariano Feio, recrutado como assistente de Geografia em 1944, a futura orientação dos estudos de Geografia física, sistematizava, pelo anúncio de quatro grandes obras, os seus projectos a longo prazo em Geografia humana e regional: Lisboa: a terra e a gente; Portugal: o território, a população, a vida local, a economia; Um povo na terra (a expansão portuguesa) e Manual de Geografia humana. O plano proposto para *Um povo na terra* mostra a largueza de visão com que, desde então, concebia os seus estudos ultramarinos:

1. Finisterra (Portugal)
2. As ilhas perdidas (Açores, Madeira, Cabo Verde)
3. Terra de pretos (África)
4. Um sonho desfeito (Índia e Oriente)
5. Vitória nos Trópicos (Brasil)
6. Gente pobre, terras ricas (Califórnia, Ilhas Hawaï, etc.)
7. Humanidade, nacionalidade.

Acrescentava que, para realizar esta síntese do «mundo que o português criou», da «terra onde a nossa gente viveu ou deixou marca», seriam precisos «muitos anos de viagens e reflexões e o conhecimento, ainda que muito rápido, das colónias portuguesas, do Brasil e dos outros núcleos de povoamento português [...]. O assunto pode parecer vasto [...]. Se conseguir escrevê-lo daqui a vinte anos, posso dar-me por satisfeito: para isso é preciso começar já».

Neste mesmo ano de 1946, tentava que a Junta de Investigações Coloniais, como era então chamada, passasse a tomar em conta o trabalho dos geógrafos universitários (até ali, «geógrafos» eram apenas, para ela, os engenheiros-geógrafos que levantam mapas) e criasse uma «Missão de Geografia humana» em Cabo Verde. Foi nesta altura que surgiu de repente uma «oportunidade» de missão à Guiné, destinada a fornecer uma rápida visão de conjunto, que permitisse apresentar decentemente a colónia aos participantes estrangeiros da Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, promovida

pelo jovem Institut Français d'Afrique Noire de Dakar, que ia decorrer em Bissau em Dezembro de 1947.

Interessam algumas das reflexões que Orlando Ribeiro incluiu no relatório final desta Missão. Queixou-se dos atrasos burocráticos que a encurtaram para dois meses e meio e a fizeram decorrer no período mais quente do ano, não permitindo que se completasse a desejada visão de conjunto. Reconheceu, no entanto, «quanto este primeiro contacto com problemas e métodos da Geografia africana me foi proveitoso. Encarregado do ensino destas matérias na Universidade de Lisboa e na Escola Superior Colonial, a minha preparação ganhou muito com esta viagem. Dela espero que os meus alunos sejam os primeiros a beneficiar [porque] os estudos coloniais continuam, nas nossas escolas, na fase de amadorismo». Esta primeira experiência de trabalho de campo nos Trópicos confortou portanto o seu grande desejo de conseguir um verdadeiro e largo conhecimento geográfico do Ultramar português.

Na qualidade de vogal da Junta de Investigações do Ultramar, Orlando Ribeiro proferiu, em 30 de Dezembro de 1949, um «colóquio», ou seja, uma conferência seguida de discussão, tratando do que entendia ser os «problemas gerais relativos à organização, ao espírito e aos fins da investigação científica colonial» (*Colóquios*, 1950).

Entretanto, novo intervalo vinha protelar o seu próprio programa de investigação. Teve, com efeito, de dedicar toda a sua actividade, durante dois anos, à laboriosa preparação e realização do XVI Congresso Internacional de Geografia, da União Geográfica Internacional. A implantação do primeiro Congresso do pós-guerra em Lisboa foi decidida pela direcção da UGI em Novembro de 1947, ou seja, ainda antes de ter decorrido a Conferência de Bissau. O Congresso de Lisboa e as Excursões acabaram por se realizar em Abril de 1949, com o volume de Resumos e os seis Livros-guias já impressos, enquanto a edição das volumosas Actas se prolongaria até 1952. A preparação do livro-guia da excursão à Madeira, que Orlando Ribeiro baseou «em duas campanhas estivais de um mês cada uma», constituiu para ele uma preciosa experiência prática de Geografia insular, que será largamente utilizada nas outras monografias de ilhas atlânticas, realizadas a seguir por ele e os seus discípulos.

Entretanto, mal tinha acabado «o tempo do Congresso», soube-se em Lisboa, na manhã do dia 13 de Julho de 1951, do deflagrar de uma erupção vulcânica na ilha do Fogo. Este acontecimento constituiu nova «oportunidade», que per-

mitiu que Orlando Ribeiro retomasse o seu primeiro projecto de investigação cabo-verdiana, ideado havia já cinco anos. Solicitou e conseguiu duas missões sucessivas, que lhe permitiram elaborar o estudo da erupção e a monografia da ilha, colocando com toda a clareza o grave problema das «crises» de fome e de mortalidade, que ocorriam implacavelmente quando se sucediam anos com chuvas deficientes. Acabado de escrever em finais de 1954, e tendo sido o polémico capítulo das «crises» entregue directamente na tipografia, a *Memória* foi difundida pela Junta de Investigações do Ultramar em 1957 e reeditada em 1960, tendo sido novamente publicada em 1997 pela Comissão dos Descobrimentos.

Desde 1952 Orlando Ribeiro tinha tomado contacto com o Brasil, aproveitando à ida a viagem de inauguração do famoso paquete *Santa Maria* e percorrendo longamente a seguir este extenso país, bem como o Peru, antes de ir para Washington onde, como primeiro vice-presidente da União Geográfica Internacional, tinha de participar numa reunião preparatória do próximo Congresso Internacional. Em 1955 acariciava o projecto de ir passar uma larga temporada de docência na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Voltaria duas vezes ao Brasil, em 1956 e em 1965, percorrendo e estudando, de cada vez, sítios diversos e contrastados do vasto subcontinente sul-americano.

A Missão de Geografia da Índia

Desde a proclamação da independência da União Indiana e do Paquistão, em 15 de Agosto de 1947, a tensão política internacional fez-se cada vez maior à roda da persistente e teimosa soberania de Portugal sobre o «Estado da Índia», conforme está mais desenvolvidamente mostrado no Prefácio de Fernando Rosas. Desde o fim de 1953, Goa ficou praticamente bloqueada da parte da União Indiana, que ocupou, em Julho de 1954, uma parte do território de Damão (Nagar-Aveli). Em Janeiro de 1955, foi encarada, em conversa com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Paulo Cunha, a rápida realização duma Missão de Geografia à Índia. Esta foi criada em Maio de 1955 e Orlando Ribeiro nomeado Chefe da Missão em 1 de Agosto, tendo como adjuntos Raquel Soeiro de Brito e Mariano Feio, ambos seus discípulos e doutores em Geografia.

Depois de umas semanas de férias passadas com os filhos na praia de São Bernardino, seguiu para Kampala (Uganda), onde decorreram simultaneamente, de 10 a 24 de Setembro, um Simpósio sobre os Factores Geográficos no Desenvolvimento da África Intertropical e o encontro da Comissão Executiva da UGI.

No fim do mês, reuniu-se com os adjuntos no Cairo (Egipto), donde seguiram para Karachi (Paquistão Ocidental, Fig. 1). Tiveram lá de esperar vários dias para conseguir lugar no pequeno avião que ligava esta cidade a Goa. Em 9 de Outubro encontravam-se em Pangim, a tomar os primeiros contactos e organizar materialmente a Missão.

No Relatório final da Missão, datado de Agosto de 1956, Orlando Ribeiro lembra que, mal «começados os trabalhos, logo as dificuldades se foram avolumando. O modesto equipamento de campo chegou atrasado à Índia e levou um mês a desalfandegar. Valeu-nos a cooperação do chefe e demais membros da Brigada Geológica e Mineira, que nos emprestaram material e nos deram todas as facilidades. Um automóvel prontamente cedido pelo Gabinete do Governo Geral começou pregando as partidas habituais em automóveis emprestados. A língua portuguesa, com grande espanto nosso, é praticamente desconhecida na maior parte das aldeias hindus onde carecíamos de efectuar inquéritos. Foi muito difícil encontrar intérpretes que nos dessem satisfação».

Em 18 de Outubro, em carta dirigida ao presidente da Comissão Executiva da Junta, apresentava «o orçamento da Missão de Geografia da Índia para o próximo ano de 1956, elaborado já de acordo com a experiência dos primeiros 10 dias de intenso trabalho de prospecção» e juntava algumas reflexões: «O território de Goa não é extenso, mas muito variado, acidentado, apenas com algumas boas estradas e cortado por largos estuários que tornam as comunicações morosas e difíceis. A Missão, para maior rendimento de trabalho, não pode fixar-se nas cidades do litoral, de situação excêntrica em relação ao campo onde tem de actuar. [...] O estado de tensão existente entre Portugal e a União Indiana obriga a estudar Goa, Damão e Diu como "ilhas", quando seria do maior interesse integrá-los nas unidades naturais e culturais a que pertencem [porque] as raízes da civilização hindu não estão nos territórios portugueses.»

Em Outubro e Novembro, os membros da Missão procederam ao reconhecimento geral do território de Goa. Em Dezembro, Orlando Ribeiro e Raquel Soeiro de Brito estudaram toda a região do Norte, em Janeiro o Sul do território. Em Fevereiro os primeiros 15 dias foram consagrados ao concelho das Ilhas e o resto do mês a uma rápida prospecção de Damão e Diu. Em 27 de Fevereiro, Orlando Ribeiro teve de voar apressadamente para Lisboa, para retomar o serviço docente no dia 1 de Março, em consequência do falecimento inesperado do seu colega, o catedrático Luís Schwalbach. Tendo sido, ele

próprio, substituído pelo assistente Francisco Tenreiro nas cadeiras de Geografia de Portugal e Geografia das Colónias, Orlando Ribeiro tinha agora de assegurar o ensino nas cadeiras básicas de Geografia física e Geografia humana, até ali da responsabilidade de Schwalbach. Enquanto Mariano Feio prosseguia paralelamente o estudo do relevo de Goa e da sociedade hindu, Raquel Soeiro de Brito, ao longo dos meses de Março, Abril e Maio, construiu um mapa pormenorizado da população e procedeu ao estudo monográfico de três aldeias e de uma cidade, organizando e dirigindo um inquérito a cerca de três mil famílias de Curtorim (Salcete), Moirá (Bardez) e Marcaim (Pondá) e levantando a planta funcional de Margão (Fig. 2).

Os resultados científicos da Missão

Encontram-se nos arquivos de Orlando Ribeiro várias versões dos projectos de publicação, que pensava elaborar para difundir os resultados científicos da Missão, hesitando ao princípio entre a realização de três obras individuais ou de uma obra de conjunto. Destes projectos, penso interessante reproduzir aqui o mais elaborado, provavelmente redigido durante o Verão de 1956. Ainda que não corresponda exactamente às publicações que irão ser realmente editadas, resume elegantemente os temas abordados e esclarecidos durante a Missão.

Goa

I – Relações de posição
1. Primeiras imagens
2. O Concão: individualidade de Goa – território marginal, relações marítimas
3. A formação do território: Velhas Conquistas, adições posteriores
4. A fronteira

II – O relevo
1. O rebordo dos Gates
2. Os relevos intermédios
3. As plataformas litorais
4. Os rios e as várzeas
5. A laterite e os seus problemas

III – O clima, o regime das águas, a vegetação
1. Condições gerais
2. A monção: chegada, instalação, prolongamento
3. A estação seca
4. A vegetação: formações naturais
5. A vegetação: modificações introduzidas pelo homem
6. Matagais, bosques, feras e animais bravios

IV – A sociedade hindu
1. Organização geral: as castas e as profissões
   1a. A mentalidade hindu: o sobrenatural
2. As incidências da religião na vida social

3. As marcas religiosas: pagodes, plantas e lugares sagrados
4. As fontes da vida espiritual: a «mãe Índia»
5. Os embates da vida moderna e os sintomas de disssolução

V – Bases históricas da influência portuguesa

1. O sonho da Índia: as especiarias
2. A conquista: preponderância de Goa
3. A organização das Velhas Conquistas
4. A cristianização
5. «Conquista, navegação e comércio»
6. A fixação: uma sociedade luso-indiana

VI – Velha Goa: esplendor, decadência e morte de uma cidade luso-indiana

1. A posição e os antecedentes da cidade
2. Descrição da cidade no seu apogeu
3. A decadência
4. Igrejas e ruínas da Velha Cidade
5. O culto de S. Francisco Xavier

VII – A sociedade cristã

1. A táctica da cristianização
2. As castas: a barreira contra a mestiçagem
3. Traços da organização e da vida hindu
4. Influências ocidentais
5. Expansão pela emigração: os retornados

VIII – A sociedade portuguesa

1. Os cruzamentos, seus obstáculos
2. A «casta» dos descendentes
3. Os africanos: escravos e soldados
4. Os mouros

IX – A vida rural: as várzeas e palmares

1. Esquema da utilização do solo
2. As várzeas e a cultura do arroz
3. As culturas de horta nas várzeas
4. O palmar: coco e sura
5. O arecal
6. Culturas à roda da casa: árvores de fruto

X – A vida rural: formas de agricultura extensiva

1. Basor: arroz de montanha e cereais inferiores
2. Cumerins
3. Verduras nos outeiros
4. O cajual

XI – A criação de gado

1. Incidências da religião
2. A vida do gado
3. Pastos
4. Os goulis

XII – O mar, a pesca e a vida litoral

1. A frente marítima e os estuários
2. Pesca e pescadores no mar e no rio
3. As salinas
4. A navegação
5. O porto de Mormugão (tratado em XIV)

XIII – As indústrias

1. As castas de artífices
2. Indústrias de tipo tradicional
3. Indústrias de tipo moderno: as fábricas
4. A exploração mineira

XIV – Circulação e comércio

1. Mercados e feiras
2. Produção e consumo
3. O comércio externo
4. O porto e o caminho-de-ferro de Mormugão

XV – A organização administrativa

1. Originalidade de Goa
2. A ascensão dos hindus
3. A sociedade ocidentalizada das Velhas Conquistas
4. Persistência da sociedade hindu nas Novas Conquistas
5. Portugueses em Goa e goeses no mundo português

XVI – **A população** (talvez a seguir a XIV)
1. A estrutura demográfica
2. O estado sanitário
3. O movimento fisiológico
4. A emigração
5. O nível de vida

XVII – **As aldeias**
1. História das comunidades
2. Organização actual
3. Uma aldeia hindu: Marcaim
4. Uma aldeia de Salcete: Cortorim
5. Uma aldeia de Bardez: Moirá

XVIII – **As cidades**
1. Estudo comparativo
2. Estudo funcional de uma cidade: Margão

XIX – **As regiões de Goa**
1. Bases geográfico-históricas da diferenciação regional
2. Velhas Conquistas
3. Novas Conquistas

XX – Damão

XXI – Diu

XXII – **Goa, Portugal e a Índia**
1. Goa no quadro da expansão portuguesa
2. Influências indianas na vida portuguesa
3. Influências portuguesas na vida indiana
4. Os goeses: entre dois mundos
5. Os direitos e os deveres da História

Na realidade, os resultados científicos da Missão nunca chegarão a ser reunidos numa publicação única. Cada um dos participantes redigiu alguns artigos provisórios e elaborou, mais tarde, obras maiores, quer centradas nos problemas de Goa quer alimentadas comparativamente pela experiência ganha durante a Missão. A primeira difusão de resultados fez-se através do número especial da revista *Garcia de Orta*, datado de 1956, «dedicado à Índia Portuguesa e integrado nas Comemorações do IV Centenário da Introdução da Imprensa em Goa». Foi uma publicação de sólido conteúdo científico, mas que era evidentemente mais destinada, na altura, a confortar a difícil posição política de Portugal do que a comemorar desinteressadamente um antigo acontecimento cultural.

Raquel Soeiro de Brito publicou em 1966 uma obra de conjunto, *Goa e as Praças do Norte*, reeditada em 1998, com o título *Goa e as Praças do Norte Revisitadas*, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. No ano anterior, 1997, a mesma Comissão editou outra obra de conjunto da autora, *No Trilho dos Descobrimentos – Estudos Geográficos*, que contempla os aspectos mais monográficos das suas investigações na Índia («Encontros de Civilizações na Índia ex-portuguesa», pp. 222-287). O volume inclui também (pp. 355-356) uma bibliografia completa dos estudos ultramarinos da autora.

Fig. 1 Localização do «Estado da Índia», em 1956.

Mariano Feio publicou a síntese dos seus estudos geomorfológicos no número especial de *Garcia de Orta* já citado e, mais tarde, em 1979, um livro sobre *As Castas Hindus de Goa*. A lista das suas obras encontra-se nos *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, editados em 1986 em Lisboa (pp. XVII-XXIII).

Quanto a Orlando Ribeiro, a sua primeira publicação foi um artigo no *Diário Popular*, «A cruz e o tulôsse», saído em 9 de Fevereiro de 1956 e reproduzido a seguir; depois, várias contribuições para o já citado número especial de *Garcia de Orta*. O *Relatório ao Governo*, agora publicado pela primeira vez, nunca teve a menor difusão. Mas a experiência ganha durante os cinco meses que passou na Índia continuaria a ser um dos importantes alimentos da reflexão científica e dos estudos comparativos de Orlando Ribeiro. Alargando progressivamente os contactos com as terras modeladas pela expansão portuguesa, voltará às ilhas atlânticas, Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e ao continente africano, Mauritânia, Senegal, Angola e Moçambique. Entre

as suas numerosas publicações, citam-se, em especial, as que reuniu em *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa* (1962), o livro de síntese *La Zone Intertropicale Humide* (em colaboração comigo, 1973), a colectânea de artigos de jornais *Destinos do Ultramar* (1975) e *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso* (1981). A bibliografia científica de Orlando Ribeiro foi publicada em 1981 por A. e I. Amaral, e completada em 1996 na revista *Finisterra*.

O Relatório ao Governo

Orlando Ribeiro conta, no Relatório, quanto a impressão resultante dos primeiros contactos humanos que teve na Índia foi para ele deprimente: uma verdadeira desilusão. A expectada Índia portuguesa, brilhante jóia do Oriente e do Ultramar, lugar de fecundo encontro entre dois focos de velha civilização, lhe apareceu, de facto, como «a terra menos portuguesa» dos numerosos territórios de além-mar, tocados pela expansão plurissecular do seu país, que já conhecia. Sentiu dolorosamente o desprezo que os indianos tinham para com os «paclós» da metrópole e observou também, com não menos desânimo, que «Portugal não se interessa pela Índia».

No entanto, quando conheceu melhor o núcleo cristianizado de Goa, estas Velhas Conquistas, onde um verdadeiro cadinho cultural tinha funcionado ao longo de séculos, matizaram as primeiras impressões, negativas e dolorosas para quem sempre acreditou no valor benéfico e formativo dos contactos e trocas entre homens e civilizações. Multiplicou então e aprofundou os contactos com personalidades variadas, tentando entender melhor os diversos pontos de vista, que se entrecruzavam num país onde dominava o desprezo e a ignorância dos outros.

Em 24 de Janeiro de 1956, mandava, da aldeia de Porvorim (Bardez), uma curta síntese das suas impressões destinada ao grande público, que o *Diário Popular* publicaria em Lisboa em 9 de Fevereiro, ou seja, enquanto se encontrava ainda trabalhando na Índia. Resumiu neste artigo, que se reproduz a seguir, a visão que tinha já conseguido construir de Goa, utilizando, para exprimi-la, como bom geógrafo e pedagogo, o contraste entre dois elementos simbólicos da paisagem humanizada: a cruz dos cristãos e o tulôsse (arbusto sagrado) dos hindus.

De volta a Lisboa no fim de Fevereiro de 1956, sentiu-se obrigado a dar logo conta ao Governo, promotor e financiador da Missão, não apenas das observações efectuadas mas, sobretudo, das preocupações que sentia, frente

a uma situação não apenas grave no plano internacional mas que lhe parecia também muito mal encaminhada no plano local, pelas incompreensões e erros que marcavam a acção administrativa e cultural do Governo. Com a singeleza e frontalidade habitual do seu feitio, entendeu dever dirigir-se directamente à mais alta autoridade do país, sabendo por experiência que o seu Relatório se teria perdido de caminho, se utilizasse a via hierárquica normal. Conservava sem dúvida alguma ilusão, bastante ingénua, sobre a possibilidade de convencer Salazar, de quem respeitava a capacidade intelectual e de decisão, a modificar rapidamente a política em curso.

Não conhecia pessoalmente o chefe do Governo, então com 66 anos de idade e que dirigia o país havia já um quarto de século. Apenas chegou a vê-lo de perto uma vez, numa cerimónia oficial, e nunca mais trocou correspondência com ele. Mas acreditava ainda, visivelmente, na possibilidade da «acção renovadora que poderia ter exercido», se não tivesse sido tão «ávido de mandar» e «desprezador dos serventuários», como escreverá em 1981, ao fazer o balanço da sua vida científica e universitária.

Salazar acusou a recepção do Relatório num bilhete autógrafo, agradecendo «a preciosa informação» e pedindo para mandar um exemplar ao presidente da República. Numa carta dirigida a este último, datada do dia 18 de Maio de 1956 (e publicada em 1983), Salazar voltou ao assunto, dizendo ao presidente que lhe mandava um «estudo sobre a Índia Portuguesa pelas características do seu povo que achei do maior interesse. Lendo ao mesmo tempo um trabalho de muito boa categoria do Prof. Orlando Ribeiro (de quem solicitei fosse oferecido a Vossa Excelência um exemplar), pode encontrar-se a confirmação do que o autor do primeiro afirma». Passamos assim a saber que o Relatório do geógrafo cruzou-se nas mãos de Salazar com outra informação de teor análogo, de autor não determinado. Mas nem o presidente da República acusou recepção do exemplar mandado, nem as informações e recomendações contidas nestes documentos parecem ter surtido efeito político algum. Os exemplares sobressalentes do Relatório nunca foram pedidos e ficaram cuidadosamente guardados no Centro de Estudos Geográficos, por quem os tinha dactilografado e ciclostilado, o secretário António Machado Guerreiro.

Apenas em 1977, quando decidiu ordenar para publicação as suas obras dispersas ou inéditas, Orlando Ribeiro deu uma ligeira revisão ao famoso original, para o pôr finalmente à disposição dos leitores, incluído na colectânea dos

seus escritos «ultramarinos». Infelizmente, esta parte da obra orlandiana não encontrou ainda editor interessado, que seja pela dimensão dos quatro volumes então preparados (cerca de 700 páginas) ou pela nova conjuntura política que (a partir do 25 de Abril e até quando?) afastou o interesse dos intelectuais portugueses dos intricados problemas resultantes da prolongada e diversificada expansão colonial do seu país.

Por isso mesmo, fico muito grata aos responsáveis da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses por terem acedido à publicação do texto do Relatório, acompanhado por umas introduções e notas esclarecedoras, e por uma escolha das magníficas fotografias a preto e branco recolhidas por Orlando Ribeiro, à medida que ia percorrendo os territórios de Goa, Damão e Diu, observando, conversando e anotando diariamente as suas observações e reflexões.

Sentindo-se profundamente português e, ao mesmo tempo, cidadão do Mundo, foi sempre ecuménica a sua visão do destino do povo que se individualizou na margem ocidental da Península Ibérica e que se foi implantando, ao longo de cinco séculos, através do Mundo. Orlando Ribeiro prezava, antes de tudo, a «capacidade de estabelecer relações humanas num plano de tolerância, de compreensão e de autêntica simpatia» e teria gostado que as relações nascidas da colonização europeia tivessem sido, sobretudo, uma «obra de entendimento, feita ao mesmo tempo com objectividade e amor», como dirá em 1961 num Colóquio sobre os Problemas Humanos nas Regiões Tropicais. Durante as suas primeiras viagens na Ásia e na África, sofreu com os aspectos menos generosos da expansão colonial lusa, com as formas de «discriminação absurda, inconveniente e odiosa» que presenciou e descreveu, mas não sofreu menos, mais tarde, com o fracasso repentino da colonização, primeiro em Goa («metade da nossa História foi feita com Goa»), a seguir na Guiné, Angola e Moçambique. Se exigiu sempre, para os investigadores, uma completa liberdade de escolha e de expressão, pagou a liberdade pessoal conseguida, e corajosamente praticada, por uma falta quase completa de influência sobre a orientação dada à vida nacional, até mesmo nos ramos em que era reconhecido, teoricamente, um mestre.

Que este Relatório seja o testemunho da sua clarividência, sem dúvida ingénua, mas generosa e penetrante.

Vale de Lobos, Janeiro de 1999.

Imagens de Goa

ORLANDO RIBEIRO

Nota introdutória

Para facilitar a leitura e compreensão do *Relatório ao Governo*, escrito em Abril de 1956 por Orlando Ribeiro, reúnem-se a seguir algumas páginas escritas por ele na mesma altura e que, com as fotografias então recolhidas, ajudam a situar e visualizar os aspectos geográficos fundamentais do distrito de Goa, a mais extensa parcela do então chamado Estado da Índia.

Primeiro, apresenta-se um extracto do *Curso sobre o Ultramar português*, proferido pela primeira vez no Rio de Janeiro no Verão de 1956, onde se mostra a distinção fundamental entre as *Velhas* e as *Novas Conquistas*; este texto é seguido de um curto inédito sobre a fronteira terrestre de Goa e as vias de ligação à União Indiana. Estes fragmentos são acompanhados de um mapa de localização dos lugares então estudados (Fig. 2) e por outro indicando a imbricação das diversas formas de utilização do solo no distrito de Goa (Fig. 3). A variedade das paisagens é também documentada por uma série de fotografias a preto e branco que mostra a progressiva modificação do ambiente entre o litoral oceânico e a barreira montanhosa dos Gates.

A seguir reproduz-se o artigo enviado por Orlando Ribeiro de Porvorim-Bardez para o *Diário Popular*, Lisboa, em 24 de Janeiro de 1956, e publicado neste jornal em 9 de Fevereiro de 1956, onde se comparam os modos de vida dos cristãos e dos hindus. Ilustram-no fotografias de igrejas católicas e templos hindus.

Suzanne Daveau

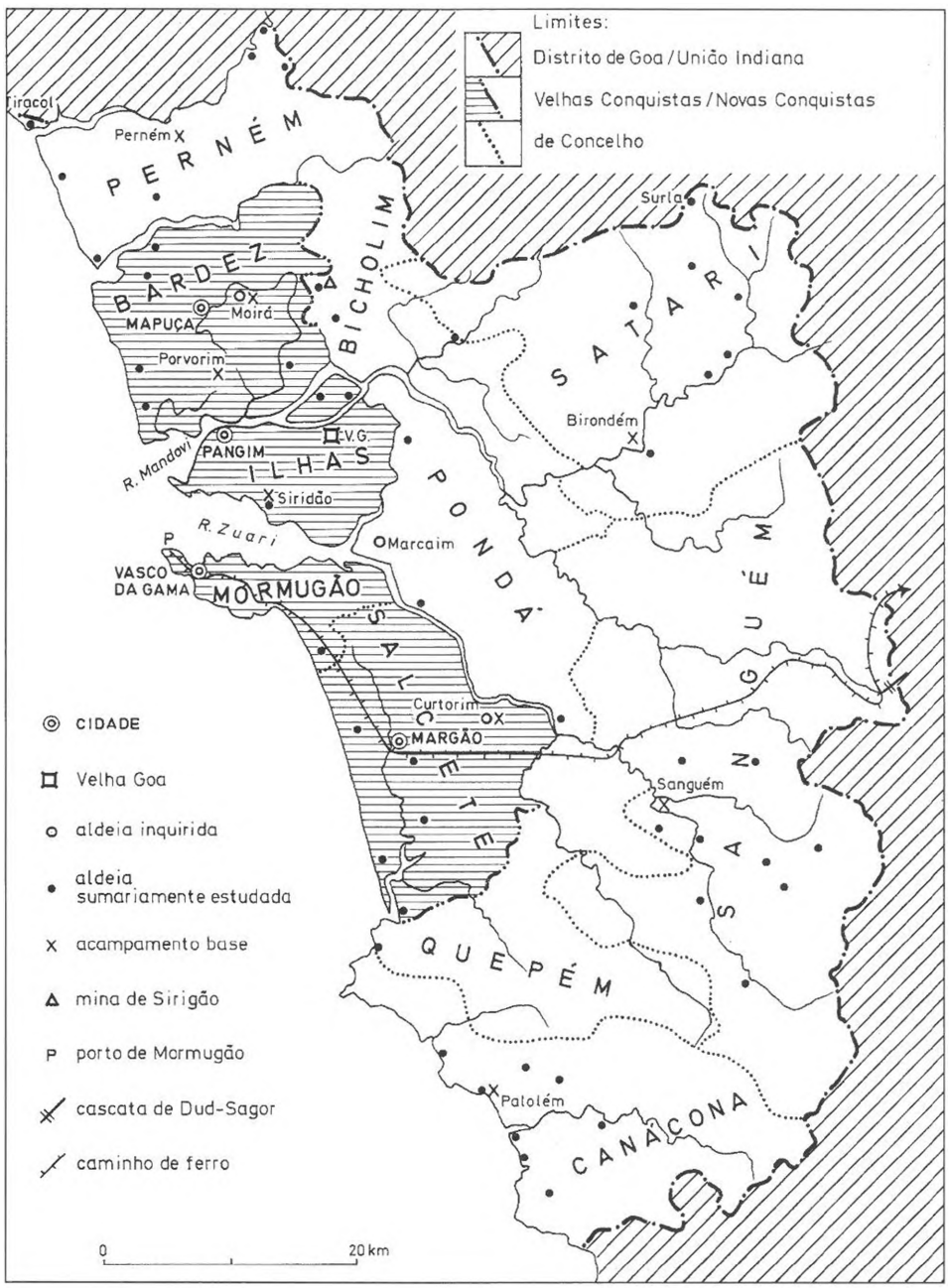


Fig. 2 Divisão administrativa do Distrito de Goa e lugares estudados pela Missão de Geografia.

O território*

Goa tem a extensão e população de um distrito do Continente (3500 km², 550 000 habitantes, 152 por km²). Mas na pequenez deste território coexistem harmonicamente dois mundos.

Velhas e Novas Conquistas

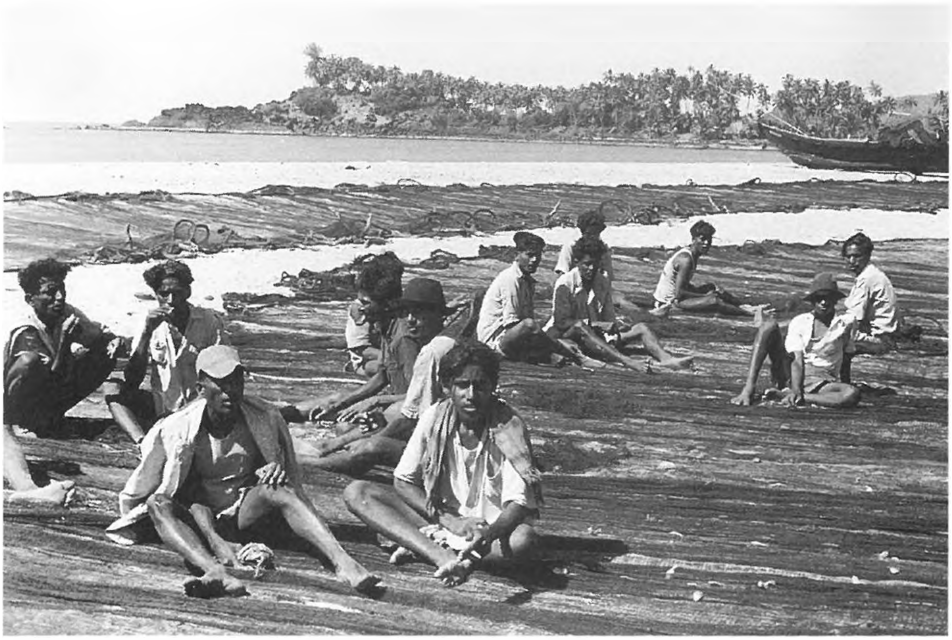
As *Velhas Conquistas* possuem, em 22% do território, 59% da população. Elas formam como que o alfoz rural da antiga urbe, com as suas várzeas no fundo dos largos vales, onde se fazem duas colheitas de arroz, as suas aldeias disseminadas entre palmares de coqueiros (o arroz e o caril de coco apimentado constituem a base da alimentação), apertadas entre planaltos de laterite, que são uma consequência da degradação irremissível do solo pela exploração intensiva em torno da grande cidade. Em Bardez, ao norte da ilha de Goa, a maior extensão da laterite constrange as várzeas e aponta aos camponeses o caminho da emigração. Em Salcete, os fundos aluviais da margem dos rios e da beira-mar são mais amplos, a população mais estável e conservadora. «Estas terras são muito férteis e tidas pelas melhores do Concão», diz um tombo de 1595; ainda hoje são consideradas como o celeiro de Goa. Quer o viajante venha de fora, quer do interior da Índia, não deixam de surpreendê-lo os «testemunhos exteriores do catolicismo, junto a influências da cultura latina que aqui ganhou raízes» (N. Krebs). Nesta paisagem marcada pelos sinais de uma religião estranha – igrejas, ermidas no alto dos montes, cruzeiros e nichos nos caminhos, nas várzeas, nas fontes – está o mais forte e perdurável da influência portuguesa.

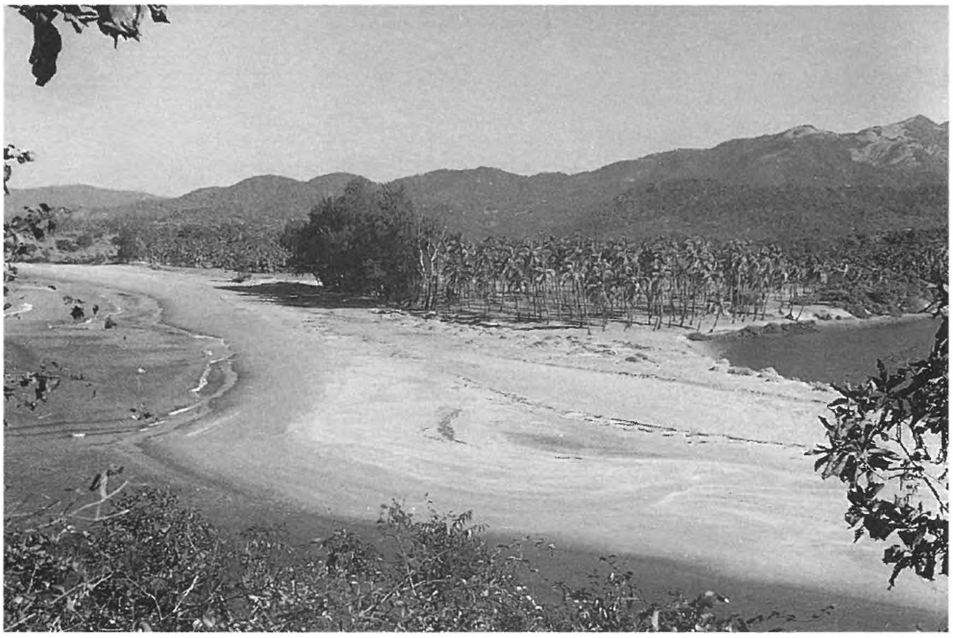
* *Curso sobre o Ultramar português*, Rio de Janeiro, 1956.

As paisagens de Goa, do Oceano Índico aos Gates

Ao mundo estéril e enegrecido dos planaltos opõe-se
o mundo vivo e verdejante dos vales. Ao pé dos declives íngremes
estende-se uma planície aluvial rigorosamente plana. Na base
das vertentes desnudadas balança-se a folhagem dos coqueiros.
P. Gourou, 1951.

1. A grande rede de arrastar (*ramponi*) chegando, ao fim da tarde, à praia de Murgim (Perném), com o saco carregado de peixes.





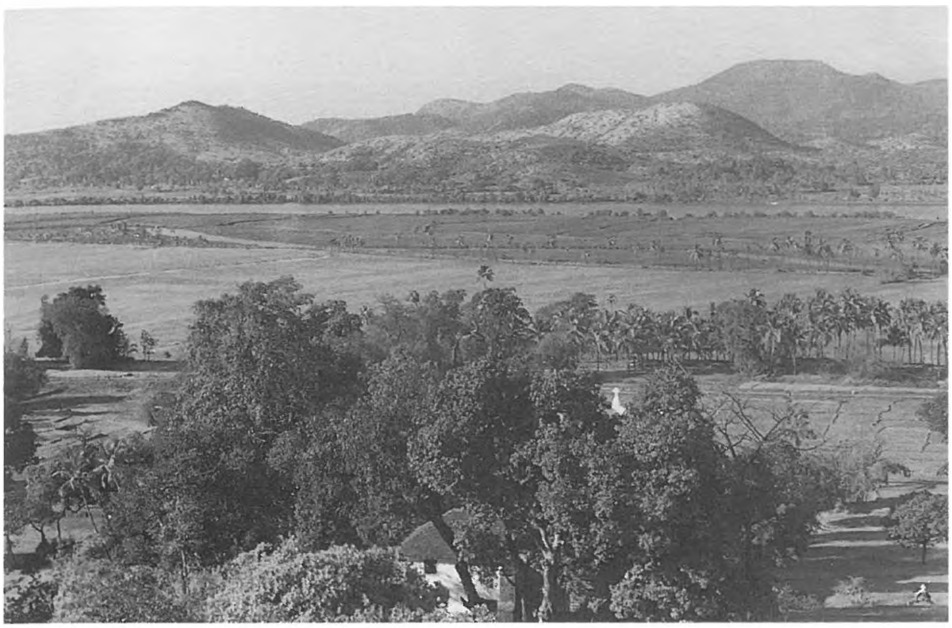
2. De manhã, os pescadores vão secando e remendando as redes. Praia de Talpona (Canácona).

3. A foz do Rio de Talpona (Canácona). Palmar e arrozal cobrem a estreita planície litoral, que dominam as agrestes colinas do interior.

As *Novas Conquistas*, ocupadas durante os séculos XVII e XVIII, correspondem não a um desejo de expansão, mas a uma necessidade de segurança, quando, por um lado, o poderio naval português declinou, e, por outro, o império marata cingiu pelo interior o minúsculo território de Goa. Próximo do rebordo dos Gates, que constitui a sua fronteira natural, o terreno eleva-se, as várzeas são menos extensas, as terras mais pobres; faltando as várzeas faltam também as ricas comunidades de aldeia e os brâmanes que as administram. Os maratas (kxatrias) permaneceram senhores do país (*dessai*), administrando o segundo uma sorte de feudalismo; o «código de usos e costumes hindus» reitera-lhes o respeito da religião e da maneira de viver.

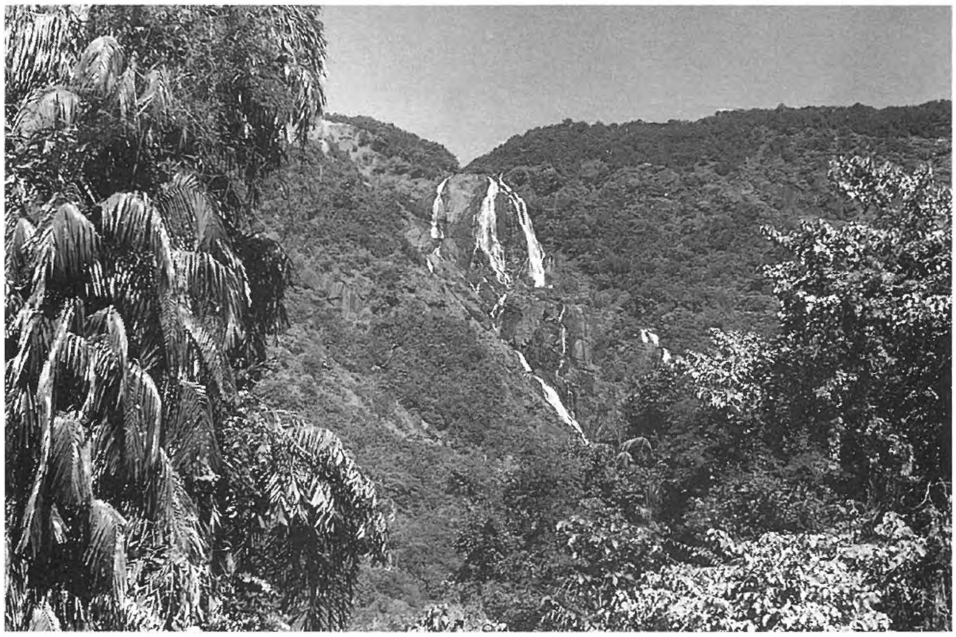
Dois mundos físicos e humanos, justapostos mas interpenetrados: há uma expansão cristã, efectuada pelos sutras, que arrotearam várzeas longe das comunidades de brâmanes e, melhor alimentados (sem as interdições do hinduísmo), são trabalhadores que competem vantajosamente com os hindus. Os brâmanes hindus, movidos pelo natural desejo de preponderância no funcionalismo e no comércio, são atraídos pelas quatro cidades, todas nas *Velhas Conquistas*. Em três quartos de século inverteu-se a percentagem de cristãos (42%) e de hindus

4. Um caminho ensombrado por coqueiros acompanha um valado na várzea do rio Zuari, em Curtorim (Salcete).



Ainda as debulhas estão longe de terminar e já as várzeas que podem ser regadas por meio de tanques levam nova preparação da terra... Fazem-se canteirinhos onde se dispõem as cebolas, pimentos, bagis... Desde as primeiras horas do dia até às 11 e a partir das 4 ou 5 da tarde, os campos enchem-se de gente atarefada e silenciosa.
R. Soeiro de Brito, 1998.

5. A larga várzea do Rio Zuari separa Macasana (Salcete) das colinas escalvadas de Pondá.
6. Preparando hortas na várzea de Curtorim (Salcete), a seguir à recolha do arroz de vangana (estação da chuva).



7. As cabanas do gado situam-se no limite entre o arrozal e a Serra de Vaul, coberta de mata (Gulém, Canácona).

8. A cascata de Dud-Sagor, descendo do rebordo dos Gates, domina a linha férrea que liga Goa à União Indiana.

9. Lenha e cascas de ostras transportadas numa *tona* (piroga aberta num tronco de mangueira), Salcete.
10. Carrinhas de passageiros, puxadas por zebus, em Bardez.

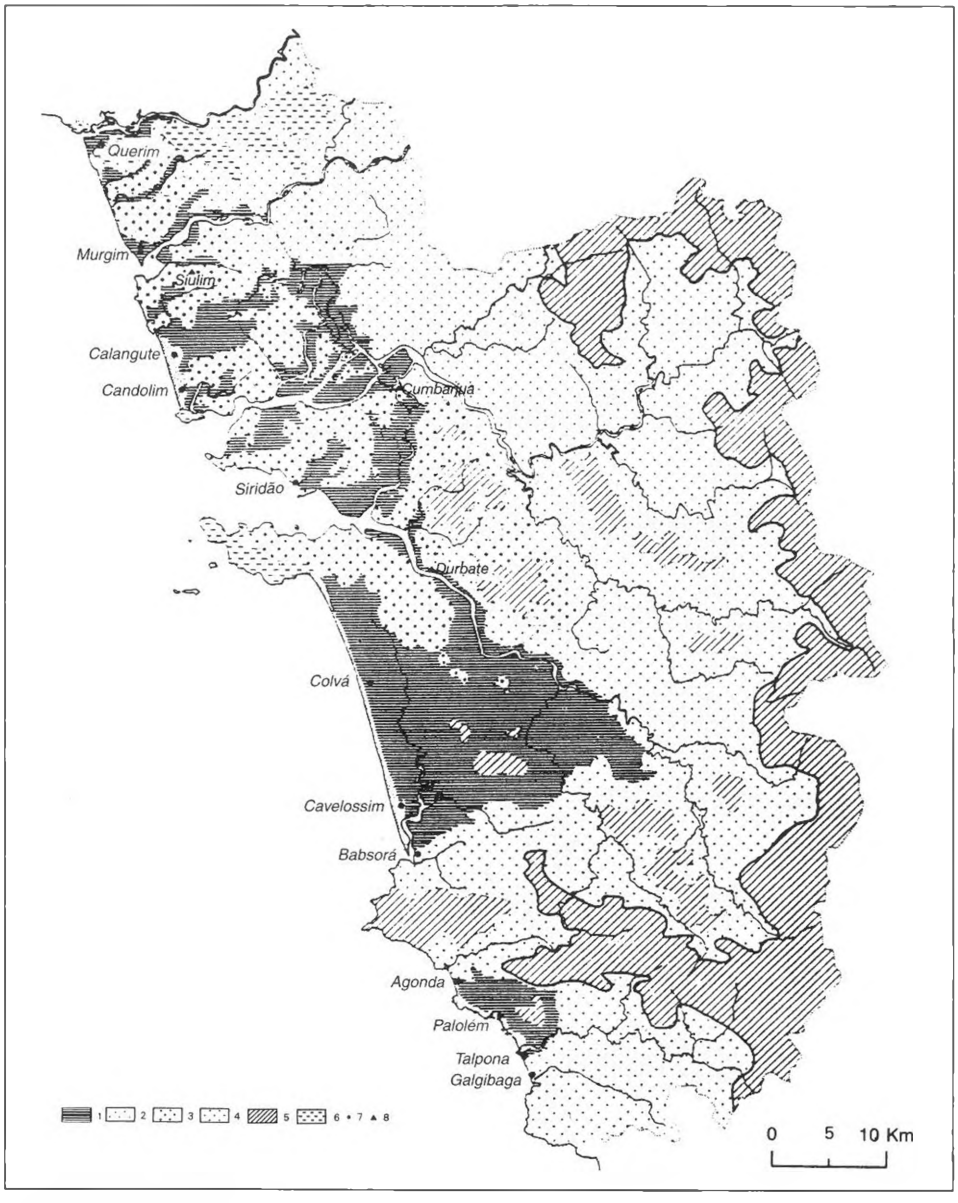


Fig. 3 A ocupação do solo em Goa.

1: Cultura do arroz dominante, com palmares bordejando os campos; 2: areias litorais, com palmares; 3: planaltos de laterite e outros relevos, com plantações de caju; 4: incultos dominantes, com algumas várzeas e culturas itinerantes; 5: relevos ocupados por matas (o traço cheio representa o rebordo dos Gates); 6: planaltos de laterite, estéreis; 7: aldeias onde a pesca é mais importante; 8: estaleiros principais.

(Extraído de R. Soeiro de Brito, «Notas para o estudo dos modos de vida em Goa», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, p. 185.)

(58%) em desfavor dos primeiros, desfalcados pela emigração, de que apenas alguns retornam enriquecidos.

Goa é, no conjunto dos territórios de formação portuguesa, um caso original. Primeira entre as cidades-portos, foi sede do comércio marítimo mais rico e mais prestigioso. O seu alfoz foi, depois do Brasil, o maior centro emissor de plantas cultivadas (manga, coqueiro – o coco foi chamado «noz-da-Índia» –, jaqueira, etc.) e, excepto o caju, adaptado à pobreza dos terrenos lateríticos, nada recebeu em troca; a sua agricultura de subsistência sofria vantajoso confronto com a mediterrânea e não carecia de milho, feijão e mandioca. Os sudras e corumbins, castas inferiores, asseguravam a mão-de-obra rural e os pretos foram importados apenas como escravos domésticos. Combinando harmoniosamente elementos de «um duplo tesouro de civilizações» (P. Gourou), Goa cristã é tudo o que resta dos *fumos da Índia* – a grande miragem da História portuguesa.

*Isolamento natural e humano**

Goa constitui uma região marginal baixa e pouco acidentada entre o rebordo dos Gates e o mar. Por toda a parte este rebordo se observa, a queda brusca do planalto do Decão constitui ao mesmo tempo a fronteira do território português e o seu limite natural. Como a escarpa, embora contínua, está afestoada e a terra baixa penetra em regolfos na montanha, este limite é sinuoso, mas respeita geralmente a linha de maior relevo. Ao sul do rio Madei, a extrema com a União Indiana corre pela divisória de águas. Apenas o curso que formará, a jusante, o largo estuário do Mandovi, tem origem em território estranho; mas esse mesmo entra em Goa por rio de curso tranquilo e quase nada encaixado, mas logo despenhando-se a 450 m de altitude, pela bela cascata de Dad-Sangor. Num percurso de apenas 2,5 km o rio desce 200 m, para formar, num regolfo interior da grande escarpa, as primeiras várzeas cultivadas.

O caminho-de-ferro de Mormugão, a única importante via terrestre que, em tempo normal assegurava o trânsito de mercadorias e passageiros com o interior da Índia, entre Bombaim e Maryalore, constituindo portanto uma das três entradas da Costa do Malabar, aproveita em parte este entalhe para se internar num áspero terreno de montanha. Hoje cessou todo o trânsito. Apenas algu-

* Inédito de 1956.

mas zorras empurradas penosamente por homens transportam empregados da linha, o médico e os polícias do posto da fronteira, descendo por gravidade à velocidade normal de um comboio. Quando este passava, a paisagem animava-se por um instante de movimento e ruído humano, para logo recair na solidão e no silêncio. Escarpas revestidas de densa mata, aqui e além cortadas por uma surgência de rocha ou a cicatriz de uma arroteia fugaz, envolvidas num isolamento espesso – tal é o grandioso cenário da linha férrea, desde que ela começa a subir.

Um pouco ao norte, corre a única estrada «internacional» que não fica junto à costa e, portanto, se interna na montanha. Em Agosto de 1954, na previsão de operações militares, a estrada foi cortada, atravessando-se nela grossos troncos de árvores e destruindo os pontões das torrentes. Pouco mais de um ano depois, a natureza estava a ponto de completar a destruição desta bela obra de engenharia: o capim que se desenvolve nas bermas abafa a estreita faixa de rodagem já atravessada pelos sarmentos de algumas trepadeiras; o alcatrão abre fendas por onde despontam as mesmas plantas pioneiras nas crostas mais estéreis de laterite. Fechada por completo a qualquer trânsito, ela mostra bem o carácter de absoluto vazio humano desta fronteira. Apenas nalguns troços menos íngremes do escarpado se distinguem, entre o verde sombrio da mata, as manchas mais claras de *cumerins* abandonados, onde a bananeira brava e o coqueiro sobressaem do capim alto e dos arbustos que despontam. Mas, à parte estas cicatrizes deixadas pela queimada na massa do arvoredo espontâneo, em balde o olhar ou ouvido procuram discernir qualquer débil sinal de presença humana: não se lobriga uma palhota, não se ouve o chocalho de um búfalo voltando da pastagem. Apenas o rumorejar das folhas, o murmúrio das torrentes, o pio das aves – tudo ruídos de uma natureza abandonada a si mesma. Esta ausência do homem sente-se bem quando uma lufada de vento nos traz aquele cheiro acre e inconfundível que indica a proximidade de um coito de fera ou a sua passagem discreta e imperceptível pela espessura da floresta.

A mesma solidão reina no planalto, que a estrada alcança à altitude de 640 m. A faixa de rodagem estreita ainda mais, deixa de ser alcatroada e os avisos em inglês indicam precaução e limitam o trânsito a veículos pequenos, proibindo-o mesmo assim durante a noite. Esta fronteira, demarcada apenas pelos sinais de soberania, num sítio ermo e selvagem, corre de facto através de uma verdadeira «terra de ninguém». O relevo criou à volta de Goa uma faixa de perfeito isolamento.

A cruz e o tulôsse*

Quer se chegue a Goa por navio ou por avião, o viajante desembarca no coração das *Velhas Conquistas* e são as imagens de uma terra cristianizada há quatro séculos as primeiras que lhe é dado observar: igrejas escrupulosamente caiadas, que se abrem para grandes adros com cruzeiros monumentais, capelas na margem dos rios ou no cimo dos outeiros, que dominam as várzeas onde brilha o verde-claro dos arrozais e se balançam as frondes mais amareladas dos coqueiros.

Um contacto mais íntimo com esta terra mostra por toda a parte as marcas da religião cristã: cruzes à beira dos caminhos, no meio das pontes, nas presas de água para as regas, em frente das casas, no interior das várzeas; capelinhas ou oratórios nas povoações menores ou na encruzilhada dos caminhos. Uma companha de pescadores vindos de longe nas suas embarcações, para se instalarem durante os meses de bom tempo, mal desembarcaram as redes e os comestíveis, antes de construírem um abrigo de folhagem, instalam encostado ao tronco de um coqueiro o painel do seu santo patrono, diante do qual rezam o terço quando terminam a faina. Nas missas dos domingos e dias santos a gente enche as igrejas até à porta e segue os ofícios com grande concentração. A piedade é forte, a devoção muito viva: novenas, ladainhas, entoadas na língua local com acompanhamento plangente de rabecas, mesmo sem a assistência de sacerdotes. No escuro da noite, brilha frouxamente a vela ou a candeia com que se alumia o nicho ou o cruzeiro. Esta intensidade de vida religiosa surpreende, e só a compreenderá quem visitar as enormes igrejas de Velha Goa e ouvir, no coro de uma catedral imensa e deserta, o cabido, *todo indiano*, salmodiar para os fantasmas da grande cidade desaparecida.

A evangelização foi uma obra intensa e profunda: na ilha de Goa e nas terras anexas de Salcete e Bardez, que constituem as chamadas *Velhas Conquistas*, a população converteu-se ou exilou-se, os pagodes foram arrasados, as igrejas levantadas às vezes sobre os seus fundamentos, as rendas que sustentavam o culto hindu aplicadas à fábrica de edifícios religiosos e a obras pias, e a Igreja, sob o olho vigilante da Inquisição, aceitou integralmente a sociedade local, conservando a língua, a hierarquia das castas, o predomínio dos brâmanes, que passaram a povoar seminários e mosteiros.

Ao contrário de outros lugares onde o português, sensível à atracção das

* *Diário Popular*, 9 de Fevereiro de 1956.

mulheres de cor, originou rapidamente uma população mestiçada, opôs-se-lhe aqui a rigidez do sistema das castas, obrigando-o a formar outra – a dos *descendentes*. O sonho de Albuquerque, de criar uma população luso-indiana, como D. Manuel insistentemente lhe recomendara, em breve se esvaiu. Apenas algumas mulheres, cuja casta as condenava a uma condição inferior, encontraram maneira de se elevarem socialmente pelo casamento com estes homens estranhos.

Ao contrário do Brasil, onde tantas famílias ilustres ou humildes entroncam numa ascendência lusitana, que timbram em reconhecer, a par de uma frequente mestiçagem; ao contrário de Cabo Verde, cuja população crioula está sentimentalmente tão perto de nós, porque os antigos escravos africanos absorveram na verdade o sangue dos seus brancos, os goeses conservaram a pureza da sua casta, mas revelam uma surpreendente assimilação dos nossos usos e maneiras de ser. Aqui a *mestiçagem* foi apenas de ordem espiritual. Custa a crer que não corra nenhum sangue português nas veias da nobreza rural de Salcete ou das antigas famílias cristãs de Margão. Os salões dos seus palácios, as camas de dossel, a vida patriarcal da família, tutelando numerosa criadagem, a cortesia um tanto reservada com que sabem receber, a presença discreta das senhoras da casa, a conversa que decorre sobre os nossos escritores e a vida provinciana que eles revelaram a quem nunca saiu de Goa, tudo evoca horizontes distantes da tradição portuguesa. Onde estamos? Na Índia ou no Brasil, nos Açores ou em Cabo Verde, ou ainda entre velhas famílias da nossa aristocracia mais provinciana e mais autêntica?! Assim, não surpreende que o filho da casa, graduado por uma Universidade portuguesa, ocupe algures, no Ultramar ou na Metrópole, lugar de relevo: tão português na aparência, nos modos e na expressão, que a sua origem de uma raça estranha facilmente passaria despercebida, se não fosse o sotaque especial, o cabelo negro e corredio e o tom bronzeado da pele.

Por outro lado, surpreende a pouca difusão que teve a nossa língua entre a população cristã de Goa. A gente culta fala com fluência e correcção, não raro até com eloquência. Muitas famílias de Margão usam o português entre si. Mas todos falam concanim com os criados e, entre o povo, esta língua é às vezes exclusiva. Mas, nas festas, nas conversas da rua, nas representações teatrais, o ouvido atento surpreende, no meio da língua ininteligível, o perpassar de palavras portuguesas: *pai*, *mãe*, *família*, *casamento*, e estas bastam para mostrar até onde foi funda a nossa influência na vida de intimidade.

Templos e igrejas

Quando se chegue a Goa, no coração das Velhas Conquistas, são as imagens de uma terra cristianizada há quatro séculos as primeiras que é dado observar: igrejas escrupulosamente caiadas, que se abrem para grandes adros com cruzeiros monumentais, capelas na margem dos rios ou no cimo dos outeiros...
O. Ribeiro, 1956.

11. Um gouli, pastor seminómado membro de uma casta de fala marata, oriunda das terras altas do interior, leva o seu gado, passando perto de uma igrejinha rural.

12. A igreja principal da grande aldeia de Curtorim (Salcete). À direita, o cruzeiro utilizou um elemento arquitectónico tradicional.

13. A igreja principal de Macasana (Salcete). As torres laterais, poligonais, assemelham-se às dos templos hindus de Pondá.

14. A fachada de pedra do templo hindu de Parxém (Perném), inspirada no modelo das igrejas monumentais de Velha Goa.

Em torno das Velhas Conquistas, a população hindu estabeleceu uma cintura de pagodes, pela maior parte correspondentes dos que aí haviam sido destruídos; são sobretudo numerosos em Pondá.
O. Ribeiro, 1956.

15. Vista geral do templo de Mardol (Pondá).
16. O pequeno templo de Arporá (Bardez). À esquerda, a peanha do tulôsse.

Mas Goa não é só isto. A população cristã é hoje menos de metade da total, desfalcada no cento de milhares de goeses que vivem na União Indiana, no Paquistão, na África Oriental ou espalhados pelos países árabes da Ásia do Sudoeste. Apenas em Salcete se encontram poucas aldeias onde não existe elemento hindu. Mas Margão, capital desta província, é uma cidade tipicamente indiana: sendo o primeiro mercado de Goa, o seu comércio é quase exclusivamente exercido por hindus. Estes ocupam em Goa todos os postos do Estado, desde guardas-florestais ou encarregados dos correios até chefes de serviço. Desde que, em 1910, lhes foi aberto o acesso aos cargos públicos, eles participam largamente na administração da sua terra. Comerciantes, médicos, advogados, funcionários, encontram-se em todas as cidades e vilas e formam a população dominante das aldeias das *Novas Conquistas*.

Estes territórios, adquiridos já durante o declínio do império português do Oriente, formaram como uma cintura de segurança em torno das *Velhas Conquistas* e alargaram Goa até ao seu limite natural – a escarpa dos Gates. Enquanto, por um lado, se procurou constituir, em torno da grande cidade luso-indiana, o seu aro cristão, por outro lado, garantiu-se, nas *Novas Conquistas*, o respeito da religião, dos costumes e, em grande parte, da administração dos hindus. E, logo que a Inquisição abrandou os seus rigores e a paz sucedeu à luta, deu-se uma sorte de osmose da população de ambas as religiões através da fronteira das *Velhas* e *Novas Conquistas*: os hindus de casta superior atraídos pelo comércio (as quatro cidades de Goa ficam todas ali) e depois pelo funcionalismo; os cristãos de condição rural humilde pela possibilidade de encontrarem, em áreas menos ocupadas, terra para cultivar.

Esta fronteira é hoje, em grande parte, uma fronteira histórica. É certo que separa dois mundos, mas dois mundos que se interpenetram a ponto de encontrarem uma maneira de conviver na tolerância e no respeito mútuo das suas crenças.

Em frente de cada casa hindu, ou no seu pátio interior, no adro de cada templo (*devalaia*) levanta-se de uma peanha, às vezes tosca, outras artisticamente decorada, uma planta sagrada – o *tulôsse* – à qual todos os dias se presta culto e fazem oferendas rituais. Com ela celebra o sacerdote um casamento simbólico; nesse dia, que lhe é especialmente consagrado, a peanha é iluminada e os fiéis reúnem-se à sua roda, lançando, como sobre noivos, um punhado de arroz. Estes sinais exteriores permitem reconhecer, em tantas aldeias onde a

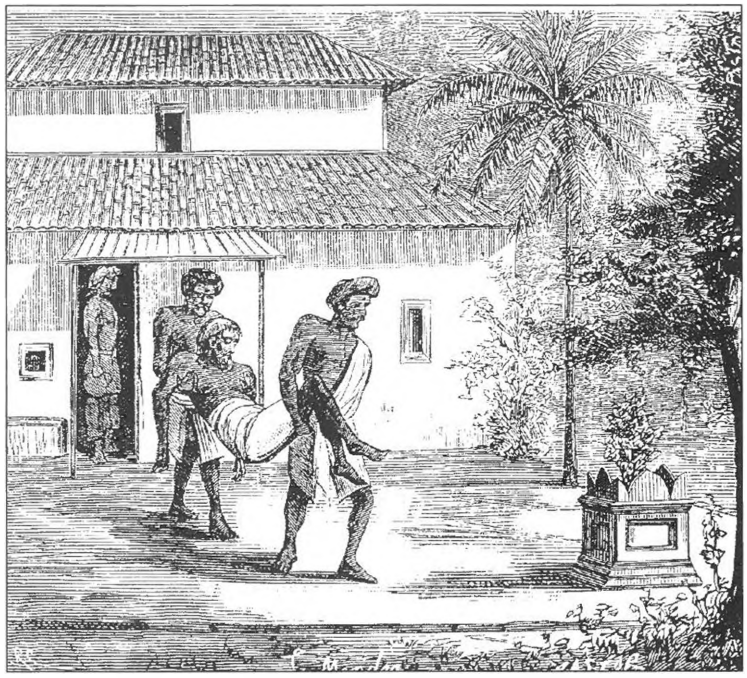


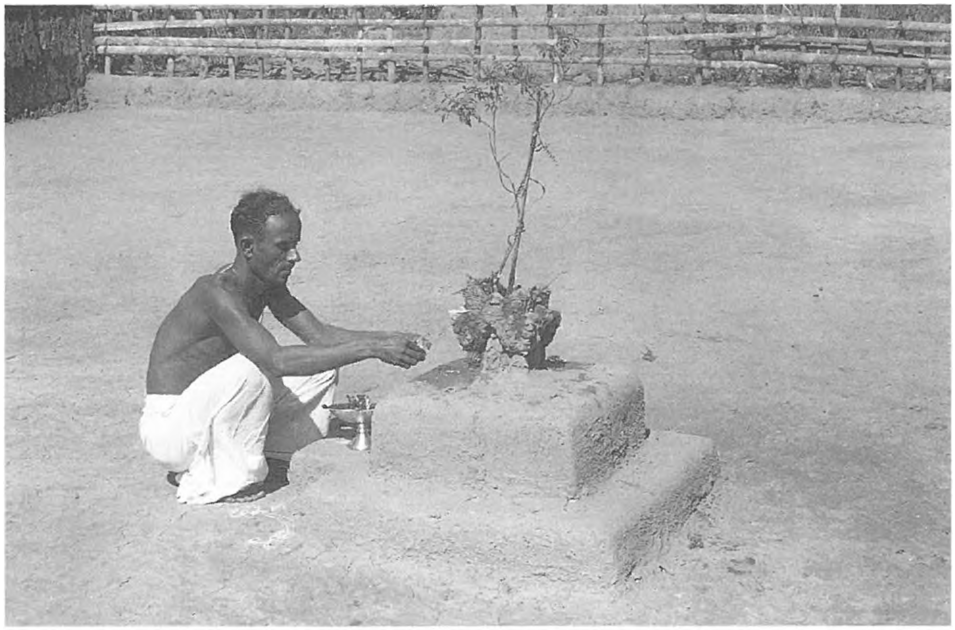
Fig. 4 Funeral de um índio rico. Coloca-se o defunto no doróbo (terreno bosteado de fresco), em frente do tulôsse, procedendo-se ali a várias cerimónias, antes de o transportar para a pira funerária.
(Extraído de A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, Lisboa, 1886, I, p. 272.)

população vive misturada, as casas dos hindus: no pátio em frente da habitação, cuidadosamente varrido e bosteado (a bosta dissolvida em água é um ingrediente ritual de purificação), levanta-se sempre a planta sagrada. Não raro a casa cristã fronteira exibe, no mesmo lugar, uma cruz. Estes símbolos de duas religiões resumem em si um dos aspectos mais originais da vida de Goa[1].

Cabe a um estudo moroso e complexo mostrar, para além de diferenças irredutíveis, a interpretação do cristianismo e do hinduísmo. Nas margens do rio de Rachol, duas léguas acima do famoso seminário fundado por D. Sebastião, a igreja de Macasana está flanqueada por duas formosas torres de devalaia. Em Parxém, uma aldeia perdida do concelho de Perném, o templo hindu principal tem o seu peristilo fechado por uma fachada de pedra, que se inspira visivelmente nas

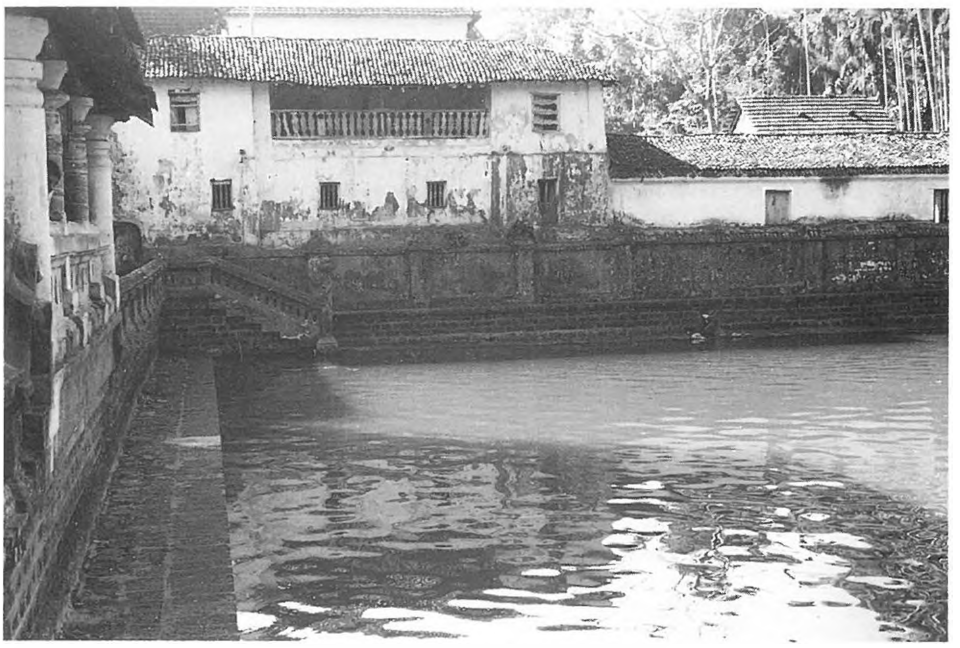
[1] O significado deste duplo símbolo já tinha sido assinalado por A. Lopes Mendes na sua «Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia» (*A Índia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, I, p. 271). Que era de uso corrente quando Orlando Ribeiro esteve em Goa, mostra-o o facto de o engenheiro silvicultor António Passos, antigo administrador das matas nacionais de Nagar-Aveli, que regressara há pouco a Portugal, o ter também utilizado num programa em inglês da Emissora Nacional, consagrado às aldeias de Goa, e retomado no *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, 1956, 12-13, pp. 101-103.

Em frente de cada casa hindu, ou no seu pátio interior, no adro de cada templo, levanta-se de uma peanha, às vezes tosca, outras artisticamente decorada, uma planta sagrada – o tulôsse, à qual todos os dias se presta culto e fazem oferendas rituais.
O. Ribeiro, 1956.



17. Um boto (sacerdote brâmane), fazendo oferendas ao tulôsse situado no pátio da própria casa, em Tanêm (Satari).

18. Numa aldeia hindu, cada casinha térrea é acompanhada do seu tulôsse.



19. O nicho de um deus familiar (maruti) no recinto do templo de Queulá.
20. O lago das abluções do grande templo de Queulá (Pondá).

igrejas da Velha Cidade. Na primeira festa hindu a que assisti, impressionou-me ouvir contar a uma das pessoas principais como São Francisco Xavier lhe curara um filho de um mal que o afligia. Entre hindus e mouros é grande a devoção pelo Apóstolo das Índias. Por outro lado, cristãos vão também ao *zatrá* ou festa nocturna de fatorpá, cuja divindade aparece em sonhos aos crentes para lhes fazer pedidos. Conta-se que tem chegado a pedir a batina a alguns padres, que lha vão levar a ocultas. Isto tem o valor de uma anedota: mas é inegável que, nos estratos inferiores da população, sob a capa das devoções cristãs, transparece muito do hinduísmo primitivo. É também aqui que se encontram aldeias revertidas à religião anterior. Numa delas trabalha, com zelo apostólico, um jesuíta. A sua missão é uma página viva de história. Como nos tempos heróicos da Companhia no Brasil, luta-se ali pela educação das crianças, pela dignidade dos homens, pela defesa dos humildes contra as prepotências dos poderosos.

Mas isto é a excepção. A igreja, a devalaia ou a mesquita (há alguns núcleos de muçulmanos em Margão e em diversas aldeias) congregam os respectivos fiéis. Fora das suas devoções, convive-se em paz e boa harmonia. Nestas festas, nas reuniões, em encontros de acaso, a gente de todas as crenças aparece misturada. Os vendedores de estampas religiosas nos mercados de Margão ou de Pangim expõem simultaneamente imagens cristãs, divindades hindus, vistas de Meca ou versículos do Alcorão. Isso não causa estranheza a ninguém. Dum lado, a cruz que santifica uma várzea; do outro, o *tulôsse* à entrada de uma casa. Aqui, uma ermida solitária; além, a peanha que rodeia uma árvore sagrada do hinduísmo.

Poderia recordar-se a dureza da Inquisição de Goa, mas isso pertence à História. Século e meio de liberdade religiosa produziu esta lição de tolerância, em que é grato meditar quando os jornais nos trazem notícia dos vexames e perseguições que os cristãos começam a sofrer, da parte de fanáticos, na Índia vizinha. A terra de Goa é pequena, escassa a sua população. Mas foi aqui que, pela primeira vez, Oriente e Ocidente entraram em contacto íntimo, directo e profundo. Neste exemplo, que vale a pena explanar em pormenor, tem o mundo de hoje ainda alguma coisa que aprender.

Relatório ao Governo

Uma missão de estudo: objectivos, processos de trabalho, âmbito e propósito das observações. Razão do presente Relatório

De 8 de Outubro de 1955 a 27 de Fevereiro de 1956, estive na Índia Portuguesa numa missão de estudo da Junta de Investigações do Ultramar, em que tive como colaboradores dois discípulos, a Doutora Raquel Soeiro de Brito, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, e o Doutor Mariano Feio, que anteriormente exercera, por alguns anos, o mesmo cargo. O nosso objectivo era poder elaborar um trabalho desenvolvido acerca da Geografia desses territórios portugueses, preparado em comum segundo as predilecções ou antecedentes científicos de cada um[1]. Era de esperar que este trabalho, conduzido com desenvolvimento, mostrasse a que profundidade chegara a acção portuguesa através de quatro séculos e meio de história. Algumas observações francamente animadoras de geógrafos e sociólogos estrangeiros, como Gourou, Spate, Siegfried e Gilberto Freyre[2], receberiam assim

[1] Sobre as publicações resultantes da Missão de Geografia da Índia, ver a Introdução de Suzanne Daveau e a bibliografia. Todas as notas seguintes são de Suzanne Daveau, excepto as que correspondem às modificações que Orlando Ribeiro fez ao próprio texto, em 1977 ou 1981, devidamente assinaladas.

[2] Pierre Gourou, «Algumas observações de Geografia tropical», número especial, *Garcia de Orta*, 1956, pp. 79-88; também Norbert Krebs, «Goa», *ibid.*, pp. 89-100; O. H. K. Spate, *India and Pakistan*, Londres, 1954, pp. 620-622; André Siefried, «Goa», in *Voyage aux Indes*, Paris, 1951; Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Rio de Janeiro, 1953.

ampla confirmação e o desenvolvimento que, nas actuais circunstâncias, parecia oportuno conceder-lhes.

O falecimento inesperado de um colega[3] e a necessidade de retomar o serviço docente obrigaram-me a abreviar a minha estadia, tendo-se a Doutora Raquel Soeiro de Brito encarregado de ultimar as investigações que não me foi possível prosseguir, além do que lhe fora destinado na distribuição das tarefas – motivo por que ainda se encontra em Goa, onde permanecerá até que esse trabalho se acabe.

Esta Missão, que tive a honra de propor a Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Janeiro do ano passado – já porque se tratava de um colega universitário, já porque tivera tão larga e decisiva intervenção no *caso* de Goa[4] – mereceu-lhe todo o apoio e o melhor acolhimento do Ministro do Ultramar de então. Não obstante a sua oportunidade, se não urgência, o evidente alcance nacional dos estudos que nos propúnhamos realizar, o interesse com que o Governo aceitou a minha proposta, e o bom acolhimento que poderia esperar quem se oferecia para ir à Índia em momento tão incerto, a emperrada rotina da constituição de uma missão pelo organismo competente, fez com que, só em fim de Setembro (meio ano de delongas!) e depois de muitas canseiras, os adjuntos pudessem partir. Na Índia encontrámos da parte de Sua Excelência o Governador-Geral e do pessoal do seu gabinete o melhor desejo de satisfazerem as nossas, aliás modestas, necessidades[5].

A missão permaneceu a maior parte do tempo no campo, apenas ficando em Pangim os dias necessários para organizarmos um acampamento, umas vezes debaixo de tenda, outras debaixo de telha, que deslocámos consoante as necessidades das nossas pesquisas. Para dar ideia dessas deslocações, enumeram-se os lugares onde estivemos, não con-

[3] Luís Schwalbach (1888-1956), Professor Catedrático de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa.

[4] Sobre os acontecimentos que precederam a Missão de Geografia da Índia, ver o Prefácio de Fernando Rosas, pp. 15-16.

[5] Deve-se especial menção ao Pandita Panduronga Pissurlencar (1894-1969), Director do Arquivo Histórico de Goa, modelarmente organizado, que, por minha iniciativa, foi feito Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa, em 1960. Com a sua vasta cultura, tanto hindu como ocidental, muito ajudou o nosso trabalho. (OR, 1977)

tando naturalmente aqueles onde ocasionalmente passámos uma ou duas noites: Sanguém, Birondem (Satari), Pernem, Palolem (Canácona), Porvorim (Bardez), Siridão (ilha de Goa), e os adjuntos ainda em Moirá (Bardez) e Curtorim (Salcete). Com um automóvel adaptado a todos os caminhos, pudemos ir a lugares pouco acessíveis; onde o automóvel não chegava, fomos a pé, atravessando pela água os rios sem pontes e percorrendo sendas no mato. Chegámos realmente a toda a parte: à aldeia de Surla, alcandorada no planalto do Decão, único lugar onde a fronteira de Goa se retrai em relação ao rebordo dos Gates, ao forte de Tiracol, «enclave» ao norte do último rio que por este lado serve de fronteira desta província, à ilha de Angediva e ao forte de Simbor, isolado no litoral da União Indiana a duas ou três horas de navegação de Diu – nos dois últimos lugares aproveitando missões dos navios da guarnição. Corremos a maior extensão da fronteira, não raro para além dos seus últimos postos e, já que não podíamos ir à União Indiana, ao menos olhámos de longe, de todos os pontos altos, o que a vista podia abranger...

Directamente ou por intermédio de intérpretes, convivemos com pessoas de todas as condições sociais: famílias hindus distintas e abastadas, antigos senhores rurais cristãos de Salcete ou emigrantes enriquecidos de Bardez, *banianes* de Diu e *parses* de Damão; velhas famílias cristãs desta província e de Goa, *descendentes*, pessoas de relevo social, sacerdotes cristãos e *botos* hindus, *imames* das comunidades muçulmanas, oficiais das guarnições, mas também humildes camponeses e pescadores, *machins* ou pescadores de Damão, que estudámos aí e em Diu, donde se preparavam para partir finda a campanha de pesca, *goulis* ou pastores seminómadas de Goa, *farazes* «intocáveis», que fomos procurar nos seus bairros perdidos no mato, soldados e polícias que encontrámos no seu posto.

Nada disto sai fora dos métodos habituais que todos nós já tínhamos exercitado em Portugal e em Espanha, na Ilhas Adjacentes, em Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé, no Brasil, ou no Peru... Indica-se apenas para mostrar a profundidade das nossas observações. A colaboração de uma Senhora facilitou muito o nosso trabalho, pois numa sociedade

tão hermética como a hindu, visitou interiores de casas e surpreendeu cenas de intimidade, vedadas aos olhos dos homens, beneficiando todos das suas observações. Na verdade, em menos de cinco meses de trabalho intenso, esquadrinhámos a fundo um território exíguo mas variado e fizemos inúmeras sondagens através da complexa estrutura das suas camadas sociais. Sem o conhecimento das línguas locais e sem uma especialização nas coisas da Índia, que nenhum de nós possuía ou estava em condições de adquirir, solicitados como somos para outros lugares e outros estudos, pouco mais se poderia fazer. Mais de um milhar de fotografias, uma dúzia de cadernos de campo recheados de observações, os materiais do inquérito *completo* a três grandes aldeias de Goa, conduzido pela Doutora Raquel Soeiro de Brito, vão permitir elaborar uma verdadeira *monografia* que, tendo como núcleo a substância geográfica, se alargará, não raro, pela História, pela Etnografia e pela Sociologia[6]. Um livro que, pelo seu nível científico, não desmereça o grande esforço que Portugal está fazendo na Índia; e que, servindo a objectividade e a verdade, que são timbre da nossa educação científica, não dessirva também o interesse nacional no grave momento que atravessamos.

Esta consideração tive-a muitas vezes debaixo dos olhos e não deixou de desanimar-me nos primeiros tempos das nossas pesquisas. Conhecendo razoavelmente todas as Ilhas Adjacentes e tendo escrito um livrinho sobre a Madeira, havendo visitado todos os territórios portugueses da África, excepto Moçambique, e estudado com profundidade a Guiné e algumas ilhas de Cabo Verde, tendo viajado quase quatro meses pelo Brasil e observado alguns dos seus recantos mais sertanejos, sabendo alguma coisa do mundo muçulmano, já pelos estudos árabes da minha juventude já por viagens em Marrocos, no Egipto e na África Ocidental, possuía assim uma perspectiva ampla ao iniciar as investigações na província de Goa. Esta apareceu aos meus olhos como a *terra menos portuguesa* de todas as que vira até então, menos portuguesa do que a Guiné, pacificada em 1912! O desconhecimento geral da nossa

[6] Ver a Introdução de Suzanne Daveau, pp. 30-32.

língua, a persistência de uma sociedade estranha e indiferente, quando não hostil, à nossa presença, a limitação da nossa influência, encerrada como um quisto no flanco do hinduísmo renascente, fizeram-me olhar Goa com uma grande decepção. Sobre estas primeiras, embora meditadas impressões, ditei, aproveitando uns dias de imobilidade a que me obrigou dolorosa doença, aos Ministros com quem tinha relações pessoais, cartas pouco animadoras quanto ao resultado das nossas investigações. Até então, estudáramos a bem dizer quase só a sociedade hindu, pois se nos afigurou que esta, por mais complexa e por estar na base da sociedade cristã local (os cristãos foram hindus convertidos), devia ser o ponto de partida das nossas indagações. Depois, o estudo do elemento cristão, a comparação com o núcleo tão português, embora tão restrito, de Damão, alteraram e corrigiram as observações iniciais.

A situação actual da Índia[7] não pode deixar indiferente qualquer português, muito menos quem há vinte e cinco anos faz de Portugal e das marcas da sua presença no mundo o fulcro da sua vida científica e o objecto quase permanente dos seus estudos. Daí a ideia de apresentar ao Governo do meu país este feixe de observações e reflexões, na convicção de que alguma coisa lhe poderá servir para o conhecimento exacto dos problemas e para ajudar a fixar certas directrizes de acção. Se muita gente visitou Goa nos últimos tempos, não sei de ninguém que, como nós, esquadrinhasse os seus recessos: uns viram apenas o que desejavam encontrar, outros o que lhes mostraram, alguns o que um excessivo apego ao conforto lhes permitia observar sem se desprenderem dele. O meu íntimo modo de ser, se não bastasse o propósito deste relatório, leva-me a ser inteiramente sincero, a não esconder aspectos menos agradáveis, a não dissimular facetas que ferem a nossa sensibilidade nacional. Penso que é bom olhar de frente a realidade, por menos grata que nos seja esta contemplação. Só assim se evitam equívocos, miragens, hesitações, e se sabe ao certo com que contar e donde se tem de partir.

[7] No texto revisto por Orlando Ribeiro em 1977, «da Índia» foi substituído por «do Estado da Índia – designação tradicional e oficial da Índia portuguesa».

Apenas uma advertência desejo deixar aqui. Como homem de estudo, vivi até hoje completamente afastado da acção política. Ao apreciar factos ou pessoas, faço-o com inteira independência e a rude sinceridade que são traços, bons ou maus, do meu carácter. Não tenho o menor propósito de lisonja, embora não esconda admiração quando a dever a alguém. Nada do que vou dizer deixou de ser visto cuidadosamente e de ser submetido a demorada reflexão. Que a honrada intenção com que escrevo estas linhas sirva de desculpa quando algum juízo, mais esclarecido ou melhor informado, se sobreponha ao meu.

Comentários à posição de Portugal no chamado «caso de Goa»

Infelizmente nem todos os portugueses bem-intencionados compreendem a atitude intransigente e firme do Governo em manter a posição portuguesa na Índia[8]. Gasta-se aí muito dinheiro que seria certamente aplicado com mais proveito nos nossos territórios africanos. Estão-se fazendo obras custosas, de que nada aproveitaremos no dia em que uma força bruta se desencadeie sobre os nossos pequenos territórios. A própria população local está muito longe de compreender o sacrifício do país em assegurar-lhe paz social e bem-estar económico, que a integração na União Indiana não viria melhorar: olhando o «caso de Goa» como uma querela entre aquele país e Portugal, desinteressa-se em grande parte de um conflito que aparentemente lhe não diz respeito. Como nos tempos heróicos, a Índia é sorvedouro de dinheiro, que a recente descoberta das minas apenas em parte mínima virá compensar. Numa época utilitária e realista, que vale o facto de termos ligado à terra de Goa pouco mais de metade da nossa história como nação independente? Se outros países mais poderosos e de maiores responsabilidades internacionais foram constrangidos a abandonar posições insustentáveis, por que teima Portugal em fazer mais do que eles?

A tudo isto se pode responder que a História também obriga, quando é nobre como a nossa. Portugal foi o primeiro país europeu a pôr os pés

[8] Ver o Prefácio de Fernando Rosas, pp. 15-16.

na Ásia, é grato ao nosso sentimento que seja o último a sair. Quem visite as igrejas de Velha Goa, pisando as sepulturas de tanta gente ilustre que lá deixou os ossos, ou as muralhas de Diu cimentadas com o sangue de heróis, quem ouça os cristãos de Damão falar um crioulo que difere menos da língua padrão do que o sotaque do Brasil, ou cantar as velhas canções que evocam toadas da nossa província, compreende, através da profunda emoção que estas relíquias provocam que, neste património histórico, está muito da nossa razão de ser como nação. A generosa mocidade, menos tocada de preocupações materiais, devia ver estas coisas porque talvez as soubesse sentir.

Por que não se manda à Índia um grupo escolhido de gente moça no género do cruzeiro que, há 23 anos, se fez aos territórios do Atlântico[9] e nunca mais se repetiu? A sementeira não seria perdida. Tive a honra de participar dele como adjunto do director cultural, que é hoje o ilustre Ministro da Presidência; creio que foi essa viagem que mais fortemente cimentou o meu portuguesismo e foi ao mesmo chefe, como Ministro das Colónias, que muito tempo depois me ofereci para estudar lugares e populações do Ultramar Português – o que, desde então, constitui larga parte da minha actividade científica.

Este património espiritual merece ser tratado com o maior respeito. Se pode ler-se num livro do autor índio Kulenkar, *Portugal no Malabar*, que os portugueses, ao contrário dos *muçulmanos*, não deixaram na Índia monumentos apreciáveis, esquecendo-se propositadamente todas as igrejas e castelos que lá se construíram, a nós compete valorizar e divulgar esta riqueza artística. O estudo desenvolvido por Mário T. Chicó sobre os *Monumentos da Índia Portuguesa* tem assim a maior oportunidade. Mas que desagradável impressão causam a um português – e que deplorável será que possam causar a um estrangeiro – factos como os que aponto: para visitar a igreja manuelina do Priorado de Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga de Goa, tive de ir quatro vezes a um convento-quartel próximo, onde, apesar da boa vontade das pessoas a

[9] Ver a Introdução de Suzanne Daveau, p. 25.

As marcas monumentais do passado português

Seja qual for o destino político da dominação portuguesa na Índia, a sua cultura lançou fundas raízes; nem, de certo, se pode negar a imortalidade a uma cidade que conheceu São Francisco Xavier e Camões, o maior poeta do seu tempo em qualquer país e do seu país em qualquer tempo. A glória e decadência de Goa reúnem-se na obra dele; a cidade é, ao mesmo tempo, a «Senhora de todo o Oriente» e a Babilónia dos seus amargos sonetos, talvez a expressão mais pungente dum génio exilado em terra estrangeira.
O. H. K. Spate, 1954.

21. Na fortaleza da Aguada, que comandava a barra do Rio Mandovi.

22. Ruínas do forte da Ilha de Santo Estêvão, a montante de Velha Goa, no limite oriental das Velhas Conquistas.

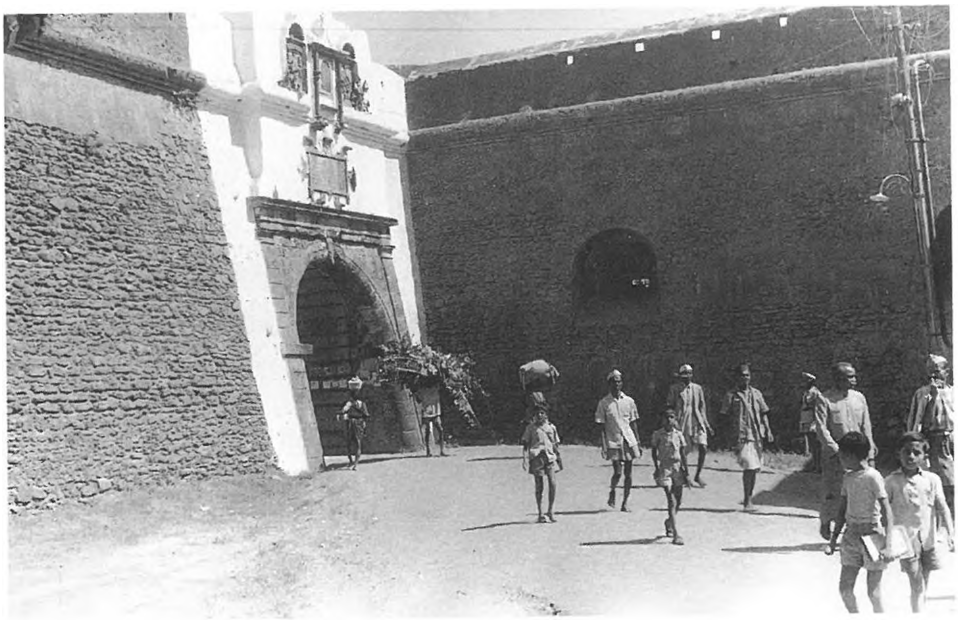
quem me dirigia, nunca se encontrava o homem que tinha a chave. A formosa porta lavrada do Palácio da Fortaleza, única relíquia da cidade conquistada por Albuquerque, que aí morou, cuja fotografia figura no guia da velha cidade, levou-me horas a pesquisar; vim a saber depois que fora apeada para se levantarem uns deselegantes alpendres junto a outro convento-quartel, isto na área que o mapa de Velha Goa indica como «interdita a toda e qualquer construção»...

Se do campo artístico passarmos ao literário, vem a propósito lembrar que, imediatamente após a agressão de Nagar-Aveli, entre os cartazes colados nas paredes de Lisboa, figurava uma oitava d'*Os Lusíadas* (X, 58) que começa

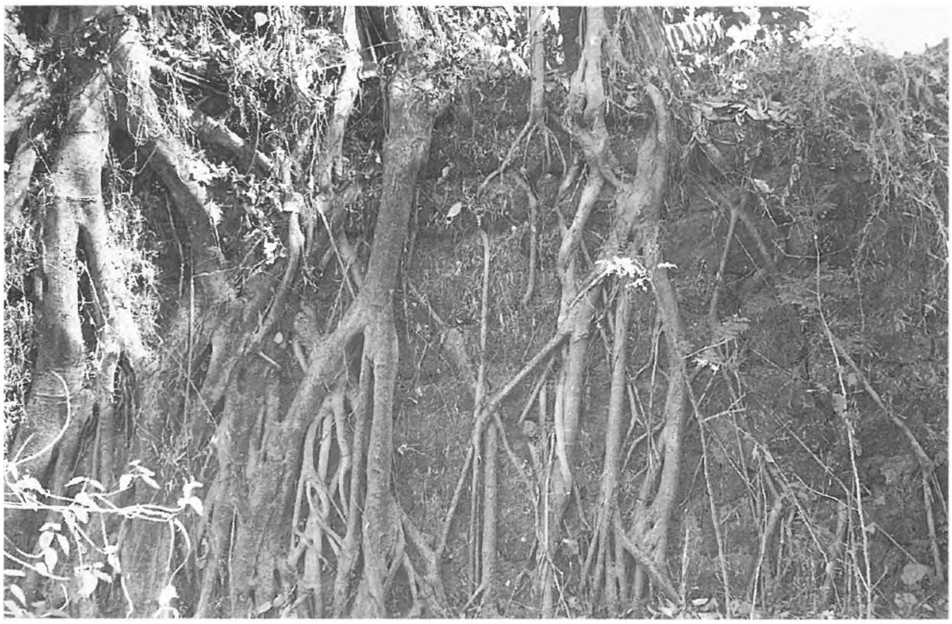
«Mas na Índia cobiça e ambição»

e parecia aplicar-se aos nossos molestos vizinhos. Não é preciso a menor profundidade exegética para ver, segundo o contexto, que Camões verbera não a cobiça e ambição dos índios[10], mas a cobiça e ambição dos portugueses na Índia. Entre os nossos adversários da União Indiana ou

[10] Para designar os habitantes da Índia, Orlando Ribeiro usou quase sempre, no seu Relatório, a palavra «índio» como substantivo e «indiano» como adjectivo.



23. A monumental Porta Sul da Praça de Damão.
24. A igreja de São Caetano no meio do palmar que encobre Velha Goa. Ao fundo, o Rio Mandovi.



Os palácios caíram em ruínas, depois exploradas como pedreiras, e os casebres de barro se desfizeram e foram levados pelas enxurradas da monção. A cidade se converteu num ermo e apenas o cabido entoa no coro da sé ofícios que não escutam outros fiéis.
O. Ribeiro, 1956.

25. Ruínas da igreja de Santo Agostinho em Velha Goa.
26. As raízes conservam de pé este muro arruinado.

mesmo de Goa, há gente inteligente e instruída. Que podem pensar – e dizer – de um país onde se autoriza a demolição do mais venerável monumento de Velha Goa e onde a propaganda oficial tão inadvertidamente utiliza a epopeia do nosso maior poeta?

Que papel tem a nossa Índia gloriosa no ensino e na cultura dos portugueses? Não temos uma História de Portugal no Oriente, a melhor descrição da Índia Portuguesa data de 1886, as coisas indianas são quase desconhecidas entre nós. Depois do notável grupo de orientalistas onde sobressaíram David Lopes, para o mundo muçulmano, Vasconcelos Abreu e Monsenhor S. Dalgado para a Índia, Esteves Pereira para a Etiópia, ficaram talvez preenchidos empregos correspondentes aos que eles ocuparam mas vazio o campo do saber que eles ilustraram. Basta dizer que no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos ensina sânscrito quem nunca visitou a Índia – como há-de compreender a cultura de que esta língua é o veículo? Não há em Lisboa qualquer ensino de marata, guzerate e urdu, línguas da Índia Portuguesa, providas de notáveis literaturas. No próprio liceu de Goa – e a observação já foi feita por um notável hindu – estuda-se a história de civilizações orientais inteiramente mortas, como as do Egipto e da Caldeia, e não se estuda a da Índia e, acrescento eu, a da China, ainda vivas em tantos aspectos e a que a nossa própria história está ligada por um convívio de quatro séculos. Isto porquê? Porque os nossos programas, copiados dos de outros países europeus, não têm o cuidado de preparar o estudante para uma formação verdadeiramente nacional; sendo a história o principal instrumento dessa educação, e dada a originalidade da nossa expansão no mundo, é lamentável que *nunca* tenha havido, na organização desta disciplina, em qualquer grau de ensino, a preocupação de lhe dar a perspectiva que provém dessa originalidade; lamentável ainda mais por os compêndios, em regime de livro único[11], imporem sem remédio esta visão deformada.

[11] Tanto no ensino primário como no ensino secundário, o Estado Novo impôs a utilização de «livros únicos», que enalteciam as excelências do regime político vigente e os ensinamentos da doutrina cristã, utilizando exemplos tirados sobretudo da vida tradicional portuguesa e das glórias do passado.

Que interesse merece a Índia aos nossos homens de estudo? Apontam-se a dedo os que lá foram – tantas são as facilidades que verdadeiramente, quem quer, não deixa de lá ir! Entre os professores das Faculdades de Letras das nossas Universidades, além da missão que dirigi, da do Dr. Mário Tavares Chicó e de dois professores de sânscrito e um de Geografia que eram goeses de nascimento, ninguém mais teve curiosidade ou sentido de dever que lá o levasse. E todavia, muito antes de os acontecimentos actuais terem chamado a atenção para estes longínquos territórios, a investigação e o ensino das coisas indianas deviam ocupar nessas escolas o mais amplo lugar. «Portugal não se interessa pela Índia», ouvi algumas vezes a goeses ressentidos com a nossa indiferença. Temos de reconhecer que esta queixa tem, infelizmente, muito de verdadeira. Adiante voltarei a este ponto, que me parece essencial.

Por outro lado, é a Índia peça solidária da nossa unidade nacional. De todos os impérios dispersos pelo mundo foi o nosso o único que ainda não abriu brecha. Recordo a profunda emoção com que, mesmo nos lugares mais afastados de Goa onde permaneceu a missão, tomei conhecimento das claras afirmações do Ministro dos Negócios Estrangeiros de um pequeno país e da retumbante vitória diplomática que consistiu a aceitação dos pontos de vista do Governo português pelo Governo dos Estados Unidos[12]. Defender a todo o transe essa unidade afigura-se a única forma de servir os interesses não só de Portugal mas da Europa, e da própria civilização, ocidental ou universal, porque é ela só que possui verdadeira universalidade. Que seja um pequeno país a compreendê-lo e explicá-lo ao mundo não deixa de ser estranho: motivo de orgulho e de satisfação que infelizmente a estreita visão de alguns portugueses estará longe de partilhar. Pouco importará ao Governo do meu país que lhe deixe aqui uma palavra de inteiro aplauso: e daí talvez importe, porque a opinião dum homem que procura ser livre, independente e desinteressado não deixará de ser tida em algum apreço[13].

[12] Ver o Prefácio de Fernando Rosas, p. 18.

[13] «A evolução da conjuntura ultramarina obrigou-me a modificar esta opinião radical; mas, ao tempo, era o que pensava.» (OR, 1977)

Mas, conservar a Índia contra vento e maré, mais ainda, manter na Ásia uma das derradeiras posições que a Europa tão irreflectida ou cobardemente tem vindo a abandonar, cria para nós redobradas responsabilidades e muitas dificuldades bem custosas de vencer. Acode-me à lembrança aquela frase de D. João IV: «As Índias Orientais são um colosso do qual não posso tirar qualquer proveito; prouvera aos céus que eu as pudesse abandonar duma maneira honrosa!» O colosso já não existe, o proveito, feitas bem as contas, deve ser negativo, e a honra nacional exige a sua manutenção e todos os sacrifícios que com ela se hão-de fazer.

A sociedade goesa: aspectos que importa conhecer

No pequeno território de Goa coexistem duas regiões e duas sociedades que se justapõem nos traços gerais mas, na verdade, se imbricam em muitos e importantes pormenores: as Velhas e as Novas Conquistas[14], a sociedade cristã e a sociedade hindu (já que os muçulmanos, importantes em Damão e dominantes em Diu, pouca significação têm aqui).

As Velhas Conquistas são, como o nome indica, as primeiras aquisições territoriais e aí a população nativa converteu-se ou emigrou. Destruíram-se os pagodes e sobre as suas ruínas levantaram-se igrejas; os bens dos templos hindus foram aplicados ao culto cristão e a obras pias; não tardou que os brâmanes, a casta sacerdotal do hinduísmo, povoassem seminários e mosteiros, assegurando o recrutamento de um clero local não isento do espírito de casta, pois se fundou um convento especial para os chardós, visto se lhes negar o acesso à maioria dos que àqueles estava reservada. A Inquisição vigiava a pureza da fé destes convertidos que, é de crer, poucos o fossem espontaneamente e, através dos seus processos e proibições, surpreendem-se muitas práticas de hinduísmo que era difícil extirpar... e ainda hoje não desapareceram por completo. Mas, quatro séculos de cristianismo e um clero numeroso e zeloso criaram uma oposição entre cristãos e *gentios* e, para os primeiros,

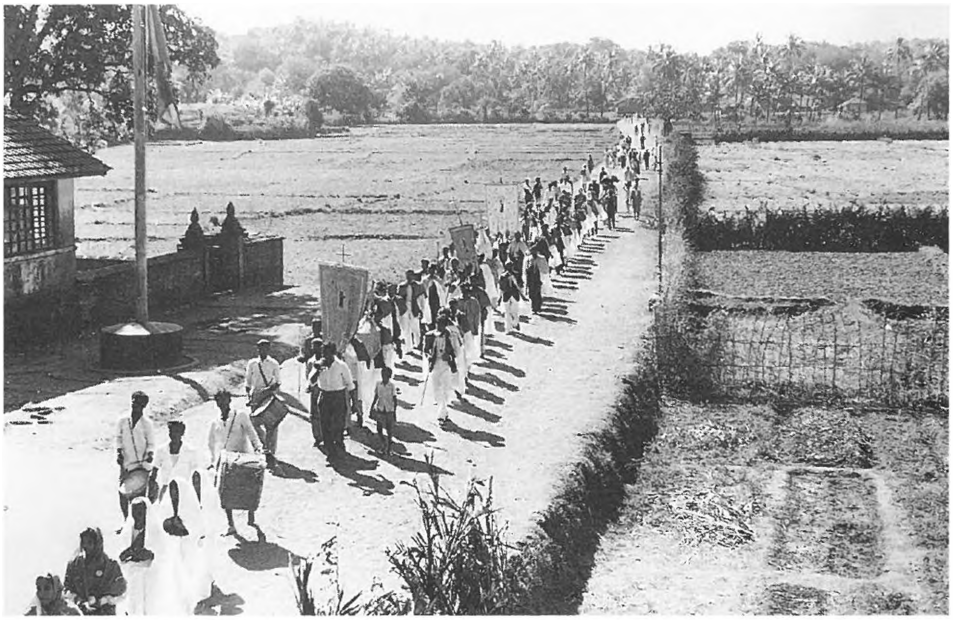
[14] Ver a Fig. 2, p. 38.

a consciência de pertencerem, pela religião, a uma civilização superior. Admitidos desde cedo a todos os cargos públicos, cidadãos portugueses de longa data, preferidos pelo seu ocidentalismo como agentes da administração inglesa, a grande maioria de goeses que vive em Portugal, no nosso Ultramar, na Índia vizinha, no Paquistão, na África Oriental britânica, pertence a famílias cristãs, e pratica com zelo, se não com consciência, a sua fé. Como a emigração hindu de Goa é insignificante, o goês, espalhado por tão diversos territórios, com o seu nome português e a sua formação religiosa ocidental, é sempre o cristão. Tem razão um livro escrito em 1930 em marata sobre Goa, pelo professor primário oficial hindu Sanvordencar em dizer que «o cristão fez do mundo a sua casa e o hindu fez da casa o seu mundo». Mas em seguida, ao apontar outras características dos dois elementos sociais de Goa, não hesita em considerar os cristãos destituídos de tradição, como se tradição fosse sinónimo de hinduísmo e quatro séculos de cristianismo não bastassem para criar, por sua vez, uma tradição de outra espécie; e estranha e deplora que o movimento nacionalista (índio) os deixasse em completa indiferença! Hoje não diria o mesmo, pois uma parte da sociedade cristã se deixou seduzir pela miragem da independência daquele país. Quanto a este curioso livro terei de lhe fazer noutro lugar mais larga referência.

Convertida em massa, a sociedade cristã conservou a sua estratificação originária. Surpreende um português o papel insignificante da mestiçagem, o reduzido emprego da nossa língua, geralmente desconhecida pela gente humilde, e a divisão da sociedade em castas que são, por ordem decrescente de importância: *brâmanes*, *chardós*, equivalentes segundo eles próprios dos *cxatrías* ou guerreiros e segundo os *brâmanes* dos *vâichias* ou comerciantes, no hinduísmo: estas são as castas privilegiadas, havendo muitos *chardós* ricos e tendo recebido várias das suas famílias títulos e brasões de fidalguia portuguesa; *sudras*, artífices e trabalhadores não apenas rurais, às vezes proprietários de terras e de casas; *corumbins*, camponeses geralmente *moradores* nos prédios rústicos dos grandes e médios proprietários, espécie de servos da gleba com obrigações mitigadas: são eles que exercem os misteres mais humildes;

Procissões

27, 28. Aspectos de uma procissão em Curtorim (Salcete).

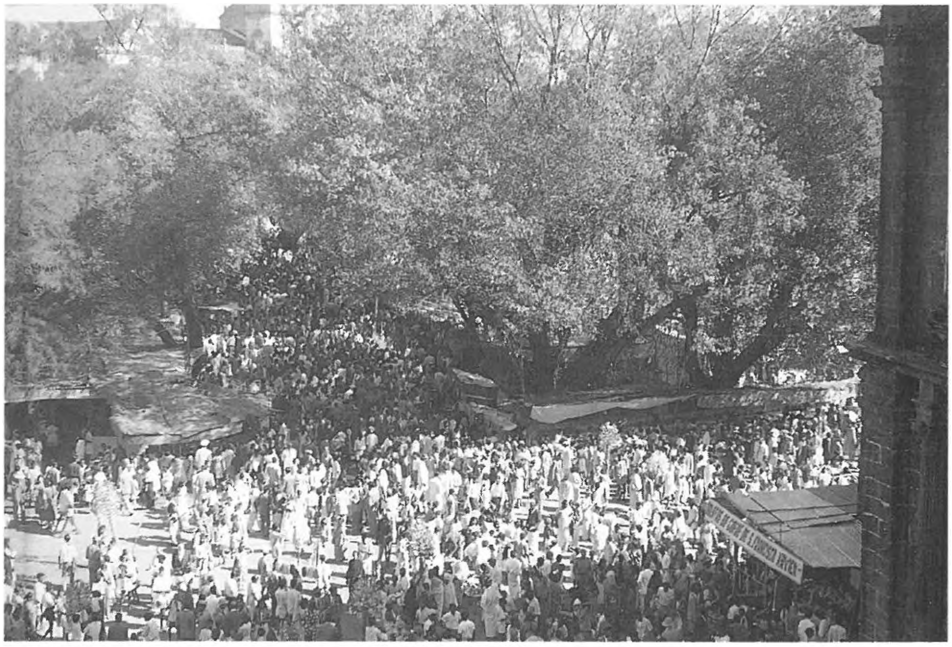


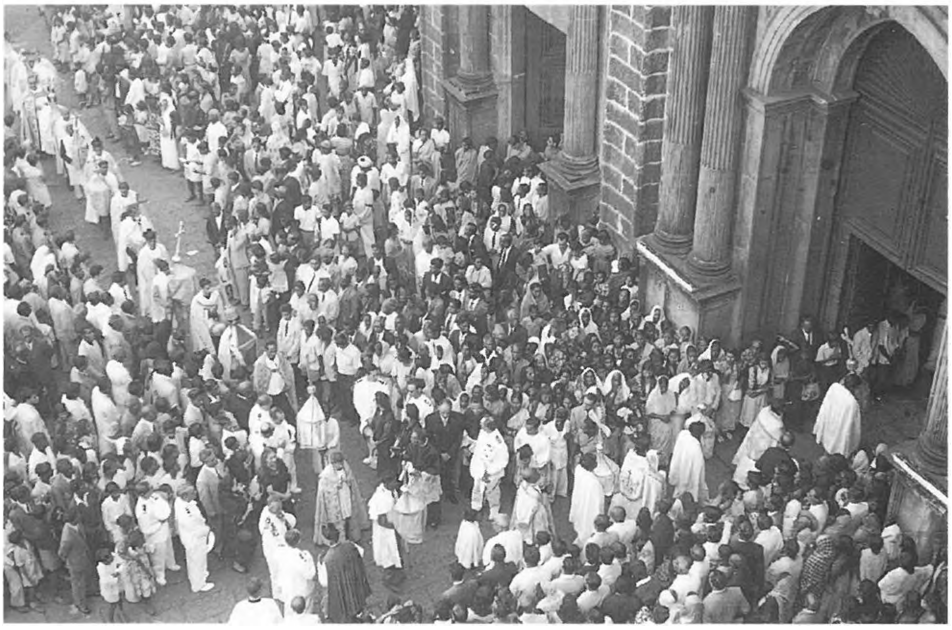
29. Chegando à vila de Chauri (Canácona) para participar na procissão de Santa Tereza.
30. A procissão de Santa Tereza em Chauri (Canácona).

farazes, intocáveis no hinduísmo, a que se reservam certos ofícios como o de *pião* da igreja, coveiro do cemitério, mas também o de cozinheiro do padre.

Claro que muita coisa se perdeu: a proibição da comensalidade fora da casta ou com casta inferior, a subdivisão de cada grupo em muitas castas rigorosamente separadas, a intocabilidade dos farazes, a própria rigidez quase absoluta do sistema; mas subsiste o seu distintivo essencial: o casamento dentro da própria casta. Com razão diz o mesmo citado autor dos dois grupos sociais: «o cristão guarda as castas só para o casamento, o hindu respeita as castas ainda para as comidas». É corrente entre os cristãos ouvir menosprezar a casta; mas cada um sabe a qual pertence e também a qual pertence o sogro. Entre os próprios sacerdotes, recrutados principalmente entre brâmanes e chardós, é corrente a rivalidade; alguns sudras ascenderam ao sacerdócio, mas a esses reservam-se os sítios mais isolados e inóspitos. Não deixa de ser curioso referir que, num lugar onde o clero dispõe de grande influência, um humilde sacerdote... sudra se nos dirigisse para obter empenhos na colocação de irmãos. Também os fiéis, na associação de assistência mútua que receberam de Portugal, a *confraria*, estão sujeitos a estas distinções: há confrarias exclusivas de *brâmanes*, de *chardós*, outras abertas a toda a gente ou reservadas apenas a *sudras*; dentro da própria igreja, os lugares melhores pertencem às castas superiores. O mundo ocidental não desconhece totalmente estas distinções – são alguns índios que o notam! Mas, como a sua base principal é o dinheiro, e não a origem, não poucos se elevam a favor da mobilidade social que ele torna possível. O patriarca D. José da Costa Nunes, incorrendo no desagrado dos fiéis, reagiu vigorosamente, parece que sem qualquer êxito, contra estes inveterados preconceitos.

Como o casamento se faz dentro da própria casta, o europeu não encontra aqui lugar. Se bastantes índios que estudaram em Portugal aqui contraíram casamento (e até hindus), raras serão as raparigas indianas casadas com europeus. Estas alianças pouco ou nada adiantam para modificar a estrutura tradicional da sociedade local. Dizem as mães goesas:





São Francisco Xavier, padroeiro de Goa, é, na verdade, mais do que um santo celebrado no calendário cristão; é o verdadeiro patrono espiritual desta terra, a que hindus, mouros e parses prestam, se não culto, ao menos respeitosa veneração.
O. Ribeiro, 1956.

31. A multidão enche as ruas normalmente desertas de Velha Goa, no dia 3 de Dezembro, festa de São Francisco Xavier.

32. A procissão, vinda da Sé, penetra na igreja do Bom Jesus, que abriga o túmulo de São Francisco Xavier.

«Casou com uma *paclina* (= europeia), já está o meu filho perdido.» As mulheres portuguesas dificilmente se adaptam ao encerro da vida tradicional e o rapaz europeizado procura fazer, na Metrópole ou em África, a sua carreira.

A mestiçagem reduziu-se assim à ligação dos homens com mulheres de vida fácil e viúvas, perpétuas no hinduísmo, mas que várias provisões procuraram constranger ao casamento na sociedade cristã. Ao contrário do Brasil ou da África, ou mesmo de Macau, onde o português se cruzou, atraído fortemente pela irresistível simpatia que tem para ele a mulher de cor, a mulher indiana repeliu sempre este intruso, que ainda hoje lhe desperta visível desconfiança, se não autêntica repugnância. Posto assim à margem do convívio local, o português introduziu no sistema social mais uma casta: a dos *descendentes*, *castiços* pela maior parte, alguns *mestiços*, casando sobretudo entre si ou com a gente ida da Metrópole. E tão forte era a sua consciência de grupo, que no clube mais famoso de Pangim não tinham entrada os índios. Racismo onde se pode ver também alguma influência anglo-saxónica, em todo o caso estranho à tradição e ao comportamento habitual do português nas regiões tropicais. Discriminação absurda, inconveniente e odiosa, que muitos «naturais», mais ou menos escuros de pele, ainda não esqueceram...

Convertida em massa, provida desde cedo de clero recrutado nas suas próprias fileiras, não perdeu a sociedade cristã a sua língua. O concanim é a fala do lar, da rua e do amor. Dele se servem os sacerdotes nas suas prédicas e os fiéis nas suas orações. Nas próprias escolas paroquiais quase nada se ensina de português: algumas orações decoradas mecanicamente, o alfabeto com que se há-de escrever... o concanim. Encontrámos crianças destas escolas com quem era impossível entabular conversa, por mais simples e infantil que fosse. Devocionários e jornais escritos nesta língua, com caracteres latinos, encontram em Goa e entre os emigrantes goeses de Bombaim o seu público, onde o livro português não tem entrada. Toda a gente culta, que lê, escreve e fala correntemente a nossa língua, emprega o vernáculo local nas relações com as camadas inferiores da sociedade. Assim falam os patrões aos criados, os

proprietários aos trabalhadores, os superiores aos subalternos. Certamente que o clero local, dotado de grande influência, fez muito pela conservação do concanim e obstou à divulgação do português. Ao contrário das missões africanas, centros de difusão da nossa língua, a Igreja teve aqui largo papel na criação e manutenção de um sentimento *goês*. Com deploráveis consequências, como adiante mostrarei.

Portanto, à parte a religião – e mesmo assim sem o ideal igualitário que ela geralmente difundiu entre as raças não ocidentais – que recebeu de nós a sociedade goesa cristã? Uma forte influência na vida de intimidade: a monogamia, só mais tarde praticada geralmente pelos hindus; a adopção no concanim de certas palavras bem significativas, tais como *pai*, *mãe*, *família*, *casamento*, *sacramento*, que perpassam, ao ouvido atento, pela conversação ininteligível; uma total transformação do carácter das mulheres, que olham, falam e riem com estranhos, coisas que a educação hindu cuidadosamente reprime; a abolição de certas formas de castismo, como a comensalidade, a intocabilidade (basta dizer que os farazes se transformaram em cozinheiros...) e a discriminação no convívio. Vimos numa festa religiosa, de que era mordomo um sudra, os mais ilustres brâmanes da aldeia honrarem com a sua presença a humilde casa – embora houvesse com eles, da parte dos donos, as maiores deferências. Às vezes até um sudra, enriquecido pela emigração ou elevado socialmente pelos estudos com que alcançou um bom emprego, consegue casar em casta superior. Mas é tal a força desta estrutura tradicional da sociedade, que a muita gente ouvi que, em Moçambique, onde os goeses são numerosos, as castas conservam tanta força como em Goa.

O que há de mais português nesta sociedade está representado por velhas e distintas famílias de Salcete; algumas na cidade de Margão, a maioria nas aldeias onde exercem ainda grande proeminência. O português, aprendido na infância com o concanim da rua e da criadagem, é falado habitualmente entre a gente distinta, com correcção, não raro com eloquência, aqui tão apreciada como no Brasil ou em Cabo Verde. Aconteceu-me perguntar mais de uma vez a Senhoras que no trajar, nas maneiras, nas reacções, recordavam o nosso modo de ser provinciano,

quanto tempo tinham vivido em Portugal: «Nunca lá estivemos; dantes quem ia lá, tão longe?!» O ambiente das casas, o mobiliário, a dignidade dos retratos dos antepassados, todo o ar que aí se respira de uma prosperidade antiga, recordam, a quem conheça bem a nossa província, as velhas famílias do Porto, as Ilhas e o Brasil tradicional, imagens familiares. A conversação só confirma estas impressões. A gente de idade, culta, formou o seu espírito nas leituras do tempo dos nossos pais, os autores portugueses são-lhe familiares; os clássicos foram lidos cuidadosamente, certo literato local fará gosto em descrever aspectos da vida tradicional portuguesa que apenas conhece da leitura dos nossos romancistas. Estranha-se que nestes seres tão perfeitamente assimilados não corra uma gota de sangue português. Feita discretamente a pergunta, logo o orgulho de brâmane ou de chardó, se por um lado exibe os títulos da nobilitação que a família recebeu do nosso Governo, repudia por outro qualquer contacto fora da casta. Disse-me uma vez um goês, e é certo, que esta gente, em absoluto estranha ao nosso sangue, é a que melhor ilustra a capacidade de assimilação do português. Aquela «unidade de sentimento e de cultura» de que fala Gilberto Freyre em relação aos luso-descendentes, transfundiu-se aqui em gente estranha. Neste aspecto se poderia insistir para demonstrar o portuguesismo de Goa: infelizmente é restrito o número destas famílias e muito mais «inglesa» a formação ocidental da gente nova.

É exclusivamente entre os cristãos, de preferência entre a casta sudra, que se recrutam os emigrantes, numerosos principalmente em Bombaim, onde, com uma coragem que tantas vezes faltou à gente de Goa, afirmaram a sua nacionalidade portuguesa e o desejo de a conservarem, a despeito das pressões ou violência de que foram alvo. É grande a coesão desta gente, unida pela origem comum, pelo falar concanim, em terra onde se fala guzerate e marata, pela religião em oposição aos *gentios*, pelos usos ocidentais no vestuário e no comer à mesa com talher, etc. Como cidadãos portugueses, não raro favorecidos pela fortuna e pela educação, ocupavam lugar social mais elevado do que aquele onde se colocaria a sua casta. Em Bombaim para eles se publicavam jornais

em concanim (*Ave Maria* foi suspenso e repatriado à força o seu director) e os homens solteiros vivem em clubes, onde comem, dormem e rezam o terço todas as tardes, no regresso do trabalho. Destes clubes os brâmanes eram excluídos pelos estatutos: adiante voltarei ao significado desta exclusão.

No tempo do domínio inglês esta gente constituiu um elemento privilegiado: quando a propaganda política que se seguiu à independência lançou o uso do *purvem* ou pano de enrolar em vez de calças ou calções, do *topi* em vez do chapéu, do comer com as mãos, da superioridade do hinduísmo sobre a religião importada e estranha, quando o hindu suplantou o cristão no acesso aos cargos públicos, os goeses passaram da perplexidade a uma corajosa reacção. Da perplexidade porque a mesma propaganda, no intuito de os captar e levantar contra nós, começara por lhes deixar entrever grandes promessas: «a Índia também precisa destes seus filhos ocidentalizados, serão normalmente os goeses que, como cônsules, a representarão no mundo ocidental, etc.». É de crer que os *libertadores* de Goa em Bombaim se recrutassem entre estes *diplomatas*, demasiado comprometidos para voltar à terra e um tanto desiludidos nas suas ambições...

As Novas Conquistas constituem uma zona de segurança em torno do território de Goa de Albuquerque. Adquiridas no decurso do século XVIII, com o declínio do poderoso império marata, correspondem a outros propósitos, onde as razões de defesa primaram sobre a assimilação. Reiteradamente se garantiu aos habitantes o respeito dos usos, costumes, religião, instituições e até, em grande parte, a própria administração exercida pelos seus *dessais* ou senhores feudais. Aqui, persistiu a população hindu. Em torno das Velhas Conquistas estabeleceu-se uma cintura de pagodes, pela maior parte correspondentes aos que aí haviam sido destruídos. Em Pondá, espécie de cunha no flanco da terra cristã, são eles mais numerosos e aí está ainda hoje o maior centro de hinduísmo. Não é exacto dizer-se que o território de Goa tem quatro séculos e meio de português, porquanto não chega a ter dois na sua forma actual, e que o habita maioria de população cristã, quando esta é de 42%.

Lado a lado, viveram estes territórios segregados enquanto o fanatismo imperou sobre a tolerância. Extinta a Inquisição, com o mudar das ideias, deu-se uma ampla penetração entre os dois mundos, os cristãos ocupando a pouco e pouco as terras menos povoadas e utilizadas agricolamente das Novas Conquistas, os hindus infiltrando-se no comércio das cidades, todas situadas nas Velhas Conquistas, até o dominarem completamente. Quando em 1910 se aboliu a distinção de crenças e permitiu o acesso de todos os goeses às funções públicas, a infiltração tomou ainda maior amplitude. Há alguns anos, exigências pouco razoáveis do clero e a propaganda hindu, fizeram reverter ao hinduísmo, na própria ilha de Goa, algumas dezenas de milhar de corumbins cristãos, entre os quais trabalha hoje, para tentar a reconversão, uma das mais notáveis figuras do clero goês: como nos tempos heróicos as missões jesuíticas no Brasil, educando crianças e defendendo os humildes das prepotências dos poderosos. Este obscuro sacerdote é, aliás, mais uma das glórias da Companhia que aqui revive as melhores páginas da sua história (P.e Mário Santa-Rita, Missão de Carambolim). É comovente ouvir

Pira funerária

33, 34, 35. Preparação de uma pira funerária na praia de Palolém (Canácona).

os seus mocinhos cantarem, com grande expressão, algumas canções populares nossas: que o padre lhes escreve em... marata, com caracteres devanagáricos, explicando-lhes o sentido, uma vez que as palavras lhes são totalmente inacessíveis, tão absoluto é o desconhecimento do português nesta humilde casta, onde os adultos ainda foram cristãos.

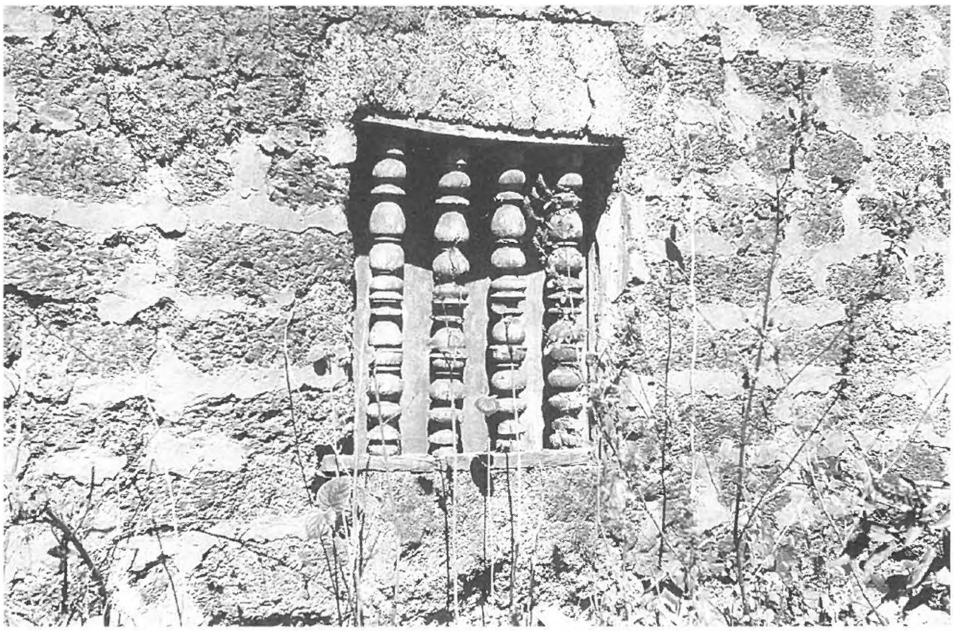
A estrutura social hindu tem a sua base na religião. O «espírito criador» ao originar o homem não o fez de maneira uniforme (não é altura de desenvolver aqui, para não alongar ainda mais este escrito, facetas da mentalidade indiana, tão diferente da nossa: tudo aí é vário, mudável, assumindo formas transitórias e instáveis; assim como os animais têm alma, não se admire que o espírito criador... tenha corpo!). Da boca saíram os *brâmanes*, e a eles cabem a inteligência, a sabedoria e a prática dos ritos sagrados; dos braços os *cxatrías* ou guerreiros; as coxas originaram os *vâíchias* ou negociantes; e os pés, os *sudras* ou trabalhadores. As três primeiras são castas superiores, usam a linha sagrada e praticam no culto os ritos elevados. Os sudras têm como fim o trabalho, como artífices ou camponeses, e a sua própria origem os aponta para serem calcados pelas outras castas. Abaixo deles ficam ainda os *intocáveis*, *farazes* ou curtidores de peles, *alparqueiros* que as confeccionam em sandálias, *bongis* que vazam as imundícies das cidades. Na sociedade tradicional, que impera ainda em grande parte de Goa, eles são excluídos do templo e da escola, são enterrados em cemitérios próprios e não queimados como os outros hindus, e nas lojas de chá (equivalentes pela função às tabernas do nosso campo) bebem por um copo cuidadosamente apartado dos outros fregueses. O contacto involuntário com intocáveis obriga a um banho purificador e até a roupa é arrojada com nojo e tem de ser lavada em seguida. Em Poona, cidade da Índia, próxima de Goa, estavam proibidos de entrar depois das três horas da tarde, não fosse a sua sombra, já muito alongada, tocar e impurificar outras pessoas... Eles próprios têm o cuidado de não poluírem a gente das castas, apartando-se.

O mais curioso é que, contra o que geralmente se pensa no ocidente, a casta, definida pelo casamento e pela comensalidade, se subdividiu a ponto de os quatro grandes grupos terem originado várias dezenas,

o que se não observa nos cristãos. Por exemplo: os pescadores hindus de Goa pertencem a duas castas que não casam nem comem entre si, os carpinteiros a três, os brâmanes a quatro e assim por diante. Estas castas eram inicialmente agrupamentos profissionais e conservam ainda muito do seu carácter. Portanto, o nascimento marca ao futuro homem não só a sua posição social como a própria profissão. A posição e até a indignidade, como se verá pelo seguinte exemplo. Existem duas castas de *bailadeiras*, servidoras dos templos, que mantêm limpos, e cantam e dançam diante das imagens sagradas quando estas saem em procissão. Vivem em regra junto dos pagodes e recebem nas suas casas, umas apenas hindus, outras homens de qualquer raça: ficam à porta esperando a freguesia, mas tão compostas e reservadas nos gestos que mais parecem vestais que cortesãs. Talvez se possa encontrar uma relação entre o seu serviço religioso e a prostituição a que, por força dela, se dedicam: os fiéis, antes de entrarem no templo, devem tomar um banho purificador e limpar-se também de todos os desejos que impeçam o pensamento de se elevar para Deus. Dentro de uma sociedade que não poderia prescindir delas, os filhos recebem da mãe uma infâmia a que ela própria está obrigada. Filho de bailadeira é sinónimo de «filho da puta», por que não raro é designado, «filho de bailadeira é *cuspo*», isto é, desprezível, às vezes chamado brutalmente filho dos órgãos genitais de sua mãe. Estas pobres crianças seguem, como raparigas, o destino das mães, leiloada a sua virgindade ao arrematante que mais der, geralmente um negociante abastado, antes de as lançar ao cliente comum; como rapazes, as artes da música, do canto e das longas narrações entoadas. Houve um, natural de Goa, que estudou em Bombaim, se notabilizou como cirurgião, enriqueceu e quis dotar a sua aldeia natal de um pagode sumptuoso; os brâmanes, recordando a sua origem impura, não consentiram em tal e teve de se contentar em erguer um belo edifício para a escola marata.

Dentro desta hierarquia, cabe ao brâmane o primeiro lugar. Sacerdote no templo e no lar, por seu intermédio se fazem as oferendas, se consultam as divindades, tiram oráculos e interpretam agouros. Possuindo a instrução necessária para o conhecimento dos livros sagrados,

Casas hindus e cristãs



Nas aldeias hindus as aberturas para o exterior, além da porta, são raras, muito pequenas e por vezes reduzidas a frestas com grades. R. Socíro de Brito, 1998.

36. Típica janela de casa hindu.

37. Aspecto da casa das baladeiras do templo de Mardol (Pondá).

38. A casa duma família hindu abastada, na aldeia de Parxém (Perném).
39. Casa hindu organizada à volta dum pátio interior, em Pondá.

Os salões dos palácios da nobreza rural de Salcete ou das antigas famílias cristãs de Margão, as camas de dossel, a vida patriarcal da família, tutelando numerosa criadagem, a cortesia um tanto reservada com que sabem receber, a presença discreta das senhoras da casa... tudo evoca horizontes distantes da tradição portuguesa.
O. Ribeiro, 1956.

40. Palácio do rei de Sundém (Pondá), chefe regional importante. Notar a peanha do tulôsse erguida no pátio.

41. Fachada do palácio da família Menezes de Bragança, em Chandor (Salcete).

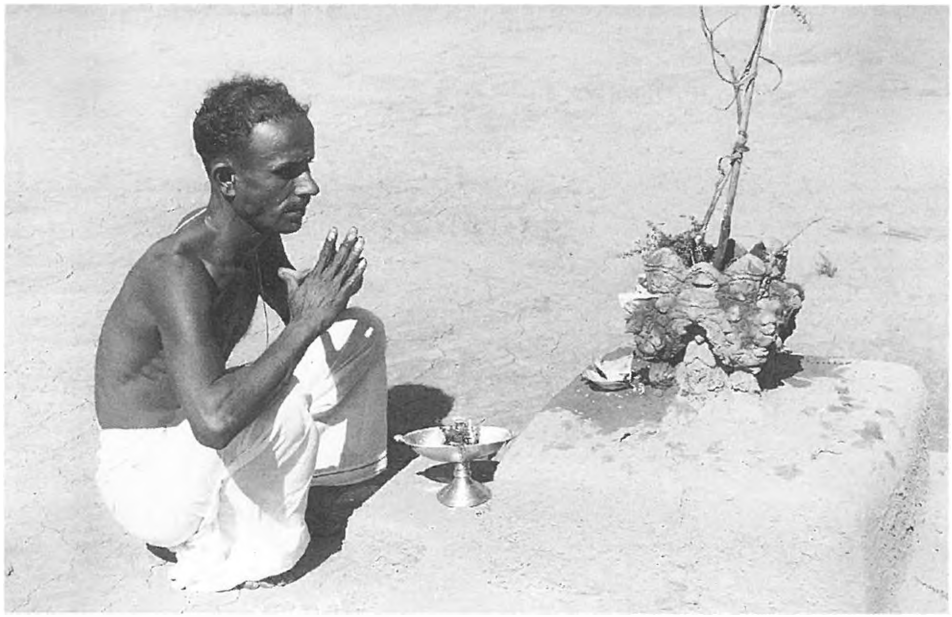
É exclusivamente entre os cristãos, de preferência entre a casta sudra, que se recrutam os emigrantes, numerosos principalmente em Bombaim.
O. Ribeiro, 1956.

42. Uma casa cristã, precedida de ampla varanda, em Margão (Salcete).
43. Casa de um emigrante cristão da Ilha de Chorão.

o estudo é obrigação de uma das fases da sua vida. É o fiel depositário da tradição religiosa, único elemento que, na variedade das raças, línguas, economias, modos de vida e formas de civilização, pode dar coesão e unidade à Índia. Pelos seus conhecimentos, exerce em exclusivo o ofício de escrivão das comunidades, e foi, desde o tempo de Albuquerque, o intermediário entre a administração portuguesa e a população local: entende de contas, de leis, de papéis, arrecada tributos e reparte benefícios. Ao brâmane convertido ao cristianismo ficaram abertos os caminhos do sacerdócio, do funcionalismo, guardando ciosamente as posições confortáveis e a influência. Os brâmanes hindus, quando conheceram o valor do dinheiro, lançaram-se avidamente ao comércio, que hoje lhes está nas mãos, embora fosse, por tradição, apanágio de uma casta inferior à deles, na indústria, na aquisição e exploração de terras e minas. Uns e outros se crêem na verdade superiores pela inteligência, pelo saber, pelas maneiras, às demais pessoas, rodeia-os a deferência das outras castas, que, execrando as suas intrigas e ambições, os respeitam e abominam ao mesmo tempo: mas os emigrantes goeses de Bombaim, obrigados a deixar as suas aldeias porque os brâmanes adquiriram por astúcia ou esbulho as terras que cultivavam, excluem-nos dos seus clubes, para que, ao menos fora da terra, não continuem sob a sua odiosa tutela.

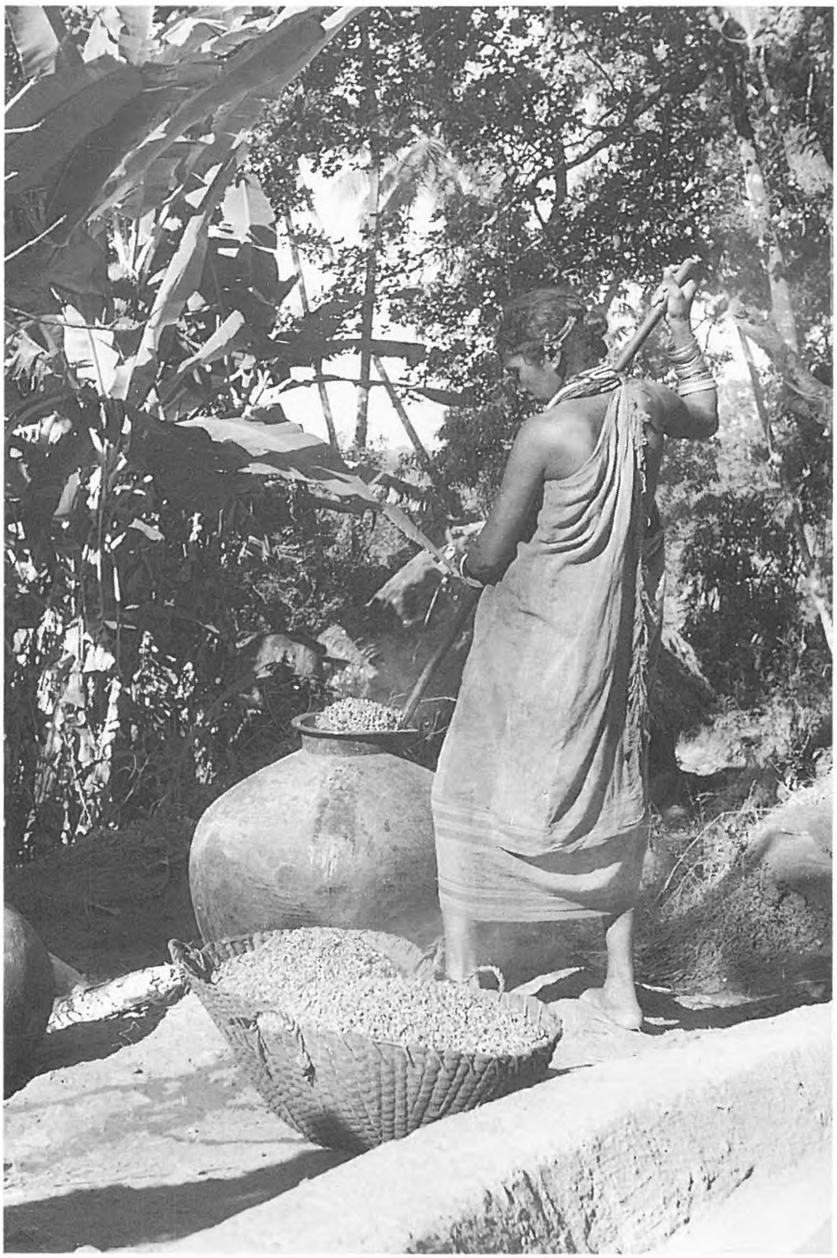
Muitos administradores portugueses acreditaram na superioridade inata do brâmane, favorecendo esta classe, que deu efectivamente muita gente de grande capacidade pois que ela principalmente teve acesso aos estudos e às profissões para que eles preparam. Pessoalmente, pelo convívio que tive com indivíduos de todas as castas, não vejo nos brâmanes outra superioridade que não seja a que a tradição lhes confere e é uma força real para a elevação dos jovens de capacidade. Mas pessoas inteligentes encontram-se a cada passo e a boçalidade, traço frequente da gente do povo entre nós, não existe. Se o Governo local tivesse procurado elevar as outras castas (o que apenas se fez em mínima escala), teríamos talvez hoje cidadãos mais patriotas, amigos mais fiéis e aliados mais seguros.

Porque o brâmane encarna todos os ideais do hinduísmo, o orgulho da sua religião, a desigualdade essencial dos homens, a educação que

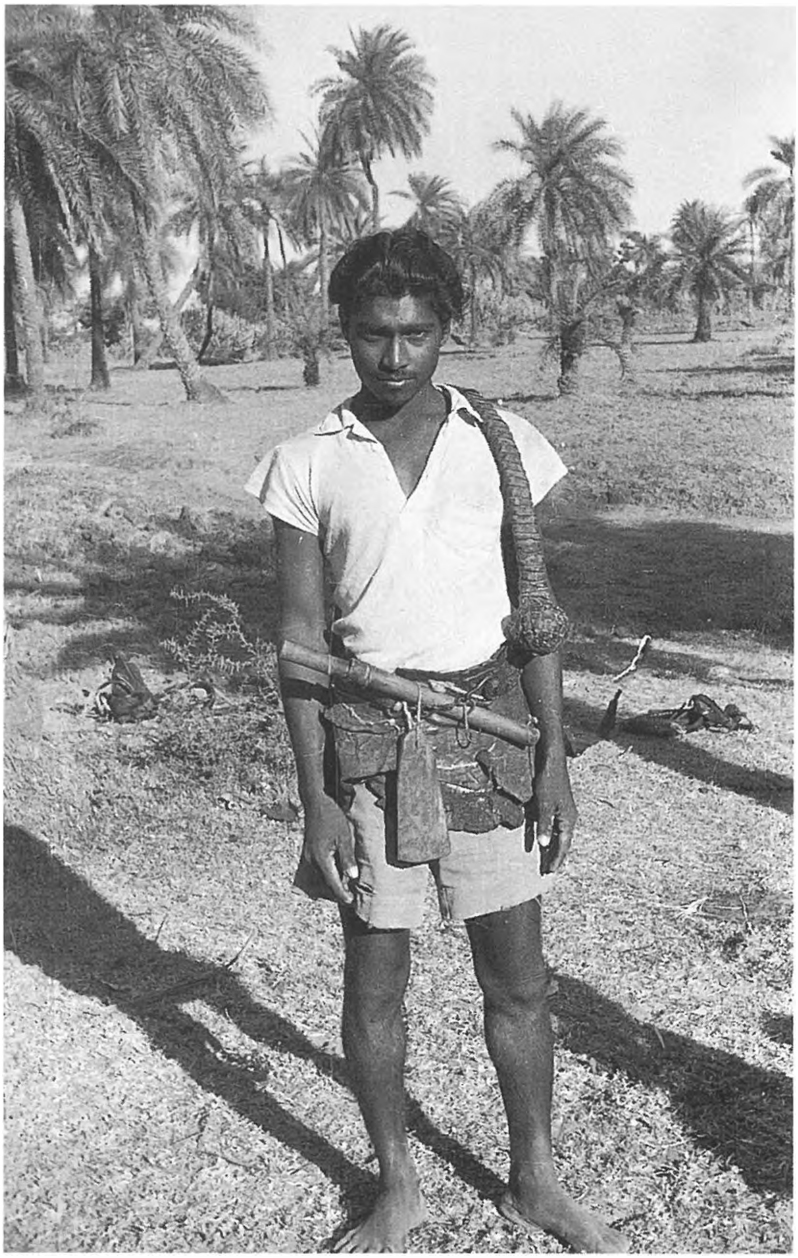


44. Um *boto* rezando defronte do tulôsse da sua casa, em Taném (Satari).
45. Uma senhora cristã, ralando coco para o caril, numa aldeia de Pondá.

Cristãos e hindus não brâmanes cozem o bate *(arroz com casca), ao contrário dos brâmanes hindus, e secam-no no pátio ou no terreiro defronte da casa. Só depois é guardado, e retirado pouco a pouco, à medida das necessidades.*
R. Soeiro de Brito, 1998.



46. Uma mulher *sudra*, da casta *gauddé velip*, coze o *bate*, ao pé da sua casa, em Gulém (Canácona).



47. Um rapaz da casta *der*, tirador de *sura* (seiva do cajuri, uma pequena palmeira espontânea, abundante em Damão).

leva as pessoas a serem hábeis, tortuosas, dissimuladas. «Palavra que sai da boca já não torna para ela», diz um provérbio local, por isso se recomenda ao jovem que não fale, tome cautela, seja amável, serviçal com os superiores, porque lhe fica muita gente abaixo de si para lhe dar a consciência da própria superioridade. A sinceridade e franqueza, a coerência e direitura de carácter, a fidelidade aos compromissos e o apego à palavra dada, traços que, embora nem sempre se pratiquem, se consideram no Ocidente qualidades de gente de *escol*, não têm para o brâmane (e para a maioria dos hindus que o tomam por modelo), qualquer significação. Ser hábil em conseguir os seus fins – talvez seja o que melhor define a sua ética de procedimento. Refiro-me em especial aos hindus, mas o cristianismo, assim como não extirpou o espírito de casta, também conservou muito desta duplicidade de carácter. Com ela tem de contar a administração portuguesa, que encontra na prepotência, na corrupção e na parcialidade dos seus agentes locais, um dos mais poderosos factores de descrédito. Diz-se até, e cuido que com algum fundamento, que foram os brâmanes os maiores adversários da difusão do português: como é essa a língua oficial da administração e dos tribunais, quanto menos gente a souber, mais lhe fica nas mãos...

A sociedade hindu de tipo tradicional vive fechada sobre si. O convívio com gente estranha é vedado no interior das casas, que seriam conspurcadas por estes seres imundos, que comem carne de vaca e de porco. As viagens por mar e as estadias no estrangeiro são ainda vistas com maus olhos, por causa dos perigos a que expõem na falta de cumprimento dos ritos, pelos prelados hindus. O português é repelido, as mulheres não devem olhar para ele. É o *pacló*, quer dizer, o boçal, o que «só diz asneiras»; nada sabe... do hinduísmo, com ele se mete medo às crianças irrequietas, viola mulheres, é capaz de comer gente. A nossa chegada a algumas aldeias hindus, onde queríamos surpreender o trabalho quotidiano, era sinal de uma debandada geral; muitos quilos de caramelos se gastaram a atrair as crianças, surpreendidas e receosas; ao pretendermos fotografar uma mulher lavrando, ela abandonou a junta e o arado, fugindo a sete pés; outra vez foi um marido que veio suspeitoso

As corumbinas, a mais ínfima das castas trabalhadoras, vestem geralmente de vermelho, exibindo a profusão das suas manilhas, brincos e colares.
O. Ribeiro, 1956.

48. Mulheres e raparigas corumbinas hindus, no seu ambiente caseiro, numa aldeia de Salcete.
49. Raparigas corumbinas cristãs num dia de festa, em Curtorim (Salcete).

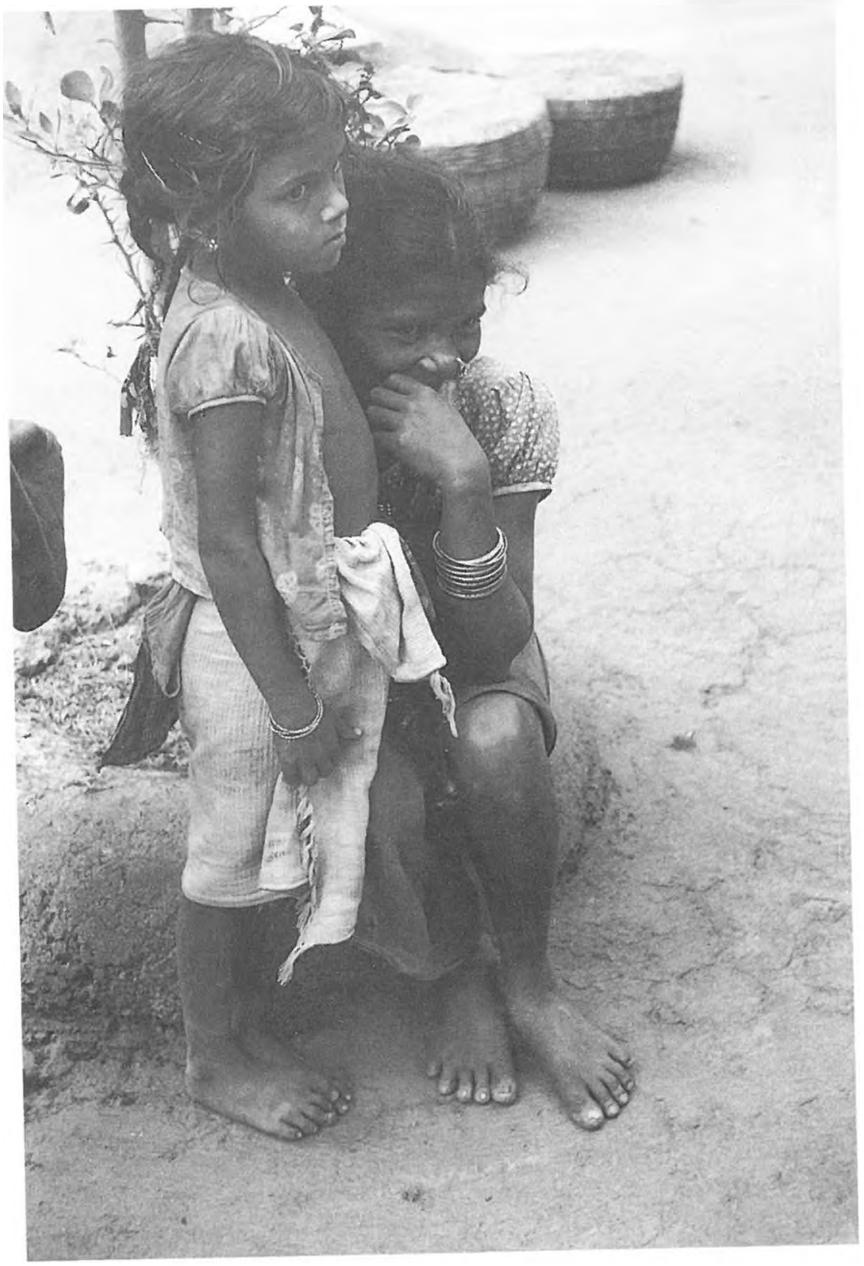
50. Carpinteiro hindu torneando um barrote, em Conculim (Quepém).

e armado de um podão. Entre os «notáveis» o estranho é recebido com cortesia, mas à porta ou à varanda. Por nada se podem pôr os pés no chão lavado a bosta da cozinha de um brâmane ou nos aposentos reservados às mulheres. Os templos têm lugares inacessíveis aos não hindus e, quando o Ministro do Ultramar foi recebido na prelazia de Queulá, gastaram-se 1200$00 em devoções para purificar o recinto que ele e a comitiva haviam conspurcado. O primeiro hindu que estudou em Portugal (hoje aposentado como desembargador) foi recebido com um banquete. O prelado excomungou-o e todos os que comeram com ele. Perante os seus protestos de desejar manter-se fiel à sua casta e à sua religião, foi-lhe indicado um remédio radicalmente purificador: lançar-se ao fogo e deixar-se consumir! Hoje as ideias estão mudando rapidamente; mas estes factos vivem na memória de todos e explicam que, a despeito do convívio das pessoas, as duas sociedades vivem segregadas. Para o hindu o português é um estranho, um intruso, um impuro. Aceitar a sua presença é uma derrogação aos conceitos essenciais do hinduísmo. Nas famílias de tradição ainda se pensa assim: e o brâmane que passa o dia

51. Vendedoras de flores no mercado de Margão (Salcete).

no emprego ou no comércio, ao entrar em casa, purifica-se de contactos aviltantes. No entanto, à face da lei, ele é cidadão português, todos os caminhos lhe estão abertos e todos acha apertados para a sua insaciável ambição de domínio!

Não me parece vantajoso que a propaganda insista em aspectos que o conhecimento dos factos possa desmentir. A verdade vem à tona de água, como o azeite, e os nossos inimigos goeses serão os primeiros a denunciar equívocos e deturpações. Há inegavelmente um escol cristão de Goa, profundamente assimilado, embora reduzido em número. Os cristãos não formam a maioria em Goa, mas sê-lo-iam se lhes juntássemos os 100 000 goeses que se diz viverem espalhados pelo mundo (e muito interesse haveria em os recensear exactamente). Um aspecto em que me parece dever insistir-se é na coexistência pacífica e tolerante de duas religiões, na ausência de conflitos, no convívio entre cristãos e hindus, no acesso que indiscriminadamente têm às mais elevadas funções, em Goa, na Metrópole ou no Ultramar. Ausência de tensões sociais, de lutas étnicas, coexistência pacífica do Ocidente e do Oriente, respeito pelas



52. Raparigas corumbinas hindus (Salcete).

53. Miúdos assistindo às brincadeiras do carnaval na festa dos *brincos* em Curtorim (Salcete). No primeiro plano, o homem prepara-se para tomar parte na representação.

54. Rapariga *varli* (casta inferior), tecendo olas de palmeiras em Jampor (Damão).

tradições hindus que, ao fim de quatro séculos e meio de domínio português, se encontram aqui mais vivazes do que em muitos lugares da União Indiana. Estes factos testemunham bem alto a nosso favor, e podem contrapor-se às violências da conversão, às crueldades da Inquisição, à estreiteza do espírito religioso, tantas vezes invocadas contra nós pelos homens de estudo da Índia.

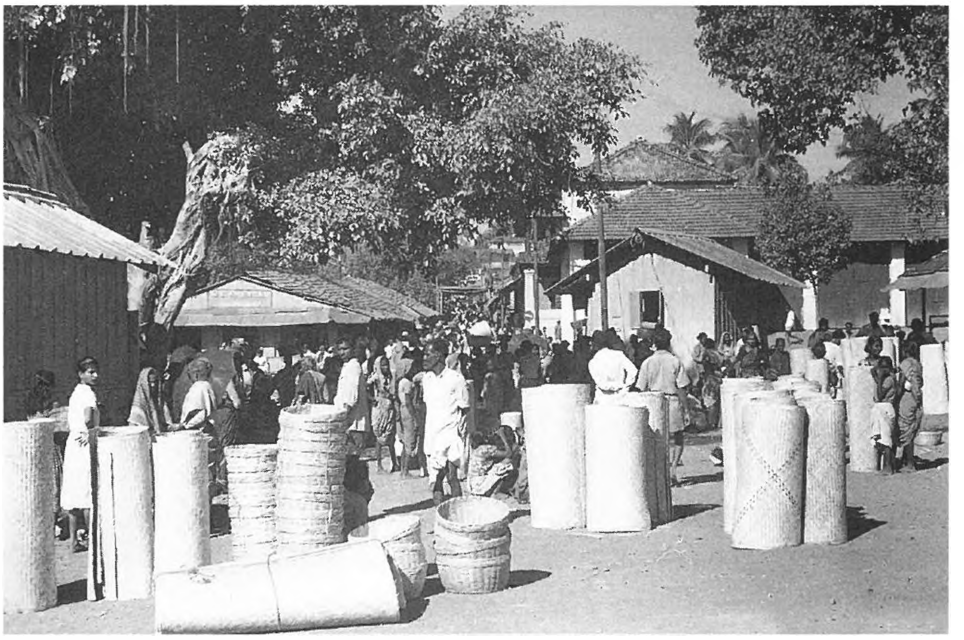
Ensino da língua e cultura portuguesa

A reduzida influência cultural que exercemos em Goa foi dos aspectos que mais dolorosamente feriram o meu sentimento de português. Talvez por ser professor, e não descrer totalmente das virtudes de um ensino bem conduzido, afigura-se-me que existe neste campo a maior lacuna da nossa acção e é aqui, portanto, que mais há a fazer. Porque, ou nós conservamos Goa e vale a pena tentar fazer dela uma terra mais portuguesa, ou, no dia em que a perdermos, se poderá invocar ainda este facto contra a legitimidade do nosso domínio.

A população local usa duas línguas, uma familiar mas quase desprovida de literatura, o concanim, a outra que serve aos hindus como veículo de cultura escrita – o marata. O concanim é escrito com caracteres portugueses apenas para fins de educação cristã; língua não literária, é oscilante nas formas e, se bem que inteligível a todas as camadas da população, pode subdividir-se em dois dialectos, o hindu e o cristão, este mais fortemente contaminado de palavras portuguesas. A gente cristã das castas baixas apenas fala este dialecto. Os hindus, por influência das castas elevadas, têm o concanim como língua familiar e desprezível, aprendendo o marata, que se escreve com os caracteres devanagáricos do sânscrito. Línguas da mesma origem, estão entre si como o português para o francês, por exemplo: quem sabe a primeira carece de aprender a segunda para poder compreendê-la. O marata fala-se numa grande área da Índia ocidental, mas é desconhecido em Damão e Diu, onde o guzerate tem a vantagem de desempenhar o duplo papel de língua familiar e de cultura. O marata possui literatura abundante, muitos livros de ensino religioso, de recreio, e até de instrução como ela é concebida no

55. Trarsporte por barco de louça de barro para a feira de Margão (Salcete).
56. Louça de barro levada à cabeça para a feira de Margão.

57. O mercado da cerâmica na feira de Margão.
58. Vendedoras de peixes no mercado de Margão.



59. Vendendo especiarias no mercado de Margão.
60. Esteiras e cestos na feira semanal da cidade de Mapuça (Bardez).

Ocidente. Há uma enciclopédia marata, dicionários, muitas obras ao nível do ensino liceal, algumas ao nível do ensino universitário, revistas literárias e científicas. Não é das primeiras línguas da Índia, mas é das segundas; retomando a comparação, está para a Índia como o italiano para o Ocidente. Nele se pode inteiramente adquirir uma cultura, sobretudo de tipo tradicional, e o marata é geralmente usado pelos sacerdotes hindus em todas as cerimónias religiosas, pelos actores no teatro, pelos eruditos nos seus estudos que não são destinados ao mundo ocidental. Existe uma importante produção falada em marata que se exibe nos cinemas de quase todas as cidades de Goa[15].

Nas principais aldeias hindus existem escolas maratas, frequentadas por dezenas ou até centenas de crianças. Uma cartilha de ínfimo preço que tem o título expressivo de «Escrita na areia», pois era assim que dantes se ensinava, uma «pedra», como muitos de nós ainda usámos no estudo das primeiras letras, um quadro para o professor, constituem o material de ensino indispensável. Mobiliário não existe, pois as crianças escrevem sentadas no chão. Qualquer casa serve de escola, mas não é imprescindível, bastando muitas vezes o abrigo do coberto que precede a entrada dos templos. Apenas as mais ricas têm carteiras e quadros parietais, para o ensino do alfabeto ou dos rudimentos das ciências, da geografia e da história. As crianças são admitidas de qualquer idade, geralmente aos cinco anos, e não é raro ver um menino de dez ou doze tomando a lição aos mais pequenos. Um único professor pode, assim ajudado, olhar por um cento de alunos. Os hindus nunca frequentam a escola portuguesa sem primeiro terem algumas classes de marata, pelo menos o bastante para ler e escrever.

É lamentável que o Governo local se desinteressasse completamente deste ensino feito à margem de qualquer ajuda ou fiscalização. Por um lado, o Estado tem obrigação de assegurar a instrução infantil e os hindus queixam-se, com razão, de que os particulares têm de suportar todos os encargos das escolas maratas. Por outro, nenhuma influência

[15] Esta última frase foi acrescentada em 1977.

portuguesa se exerce nestas crianças: os mestres vieram da União Indiana e a polícia pode mostrar que papel eles têm como agentes da propaganda contra nós, pois a não poucos teve razões para deitar a mão. Os livros têm a mesma origem: o de leitura exibe, consoante as datas, a figura de Jorge VI, Rei e Imperador, ou do Pandit Nehru, a bandeira britânica ou a da União Indiana; o compêndio de geografia tem duas partes, numa estuda-se Goa, noutra a Índia, e assim por diante.

A literatura na língua marata, geralmente desconhecida das autoridades locais cristãs, é um instrumento de propaganda contra Portugal. Citei já o livro de um professor oficial do ensino primário, Sanvordencar, já falecido, que tem por título «Apresentação de Goa», publicado em 1930; é uma exaltação do hinduísmo e uma diatribe contra os índios cristãos: «O maior defeito dos cristãos é serem eles alheios à sua Pátria [Índia!], à sua língua [como se o concanim não fosse uma língua indiana!], às suas tradições.» Livros como este, que inocentemente circularam até se esgotarem, prepararam o estado de espírito actual, sob a ignorância ou a complacência das autoridades. Avalia-se, por este exemplo, que formação portuguesa este professor daria aos seus alunos. Não se pode pretender eliminar este ensino, tão arreigado nos hábitos e necessidades hindus; mas devia haver uma escola de formação de professores de marata, e devia fazer-se, a par deste ensino, o da nossa língua, como aliás se faz com as escolas de urdu-português (urdu é a principal língua do Paquistão e a que falam os muçulmanos de Goa), subsidiadas ou criadas pelo Governo. O já citado P.e Santa-Rita, jesuíta goês de fé ardente, na sua missão junto dos corumbins revertidos ao hinduísmo em Carambolim, criou uma escola marata e é por intermédio dos caracteres devanagáricos que ensina às crianças canções portuguesas. Tornar o ensino bilingue e cuidar da formação dos professores – é a única maneira de ter mão num dos instrumentos mais perigosos da propaganda antiportuguesa, que se exerce sobre a maior parte da juventude e escapa ao conhecimento e à acção das nossas autoridades.

Raras são as crianças cristãs que frequentam as escolas maratas, embora algumas famílias, desde a independência da Índia, tenham com-

preendido o favor de que viriam a gozar as línguas de maior expansão que o concanim e façam os seus filhos aprender marata ou hindi, destinado a substituir o inglês como primeira língua de relação na União Indiana[16]. A maioria vai à escola paroquial, onde aprende o alfabeto latino... para ler os devocionários escritos com esses caracteres em concanim, e fixar na memória algumas orações em português. Também aprende a cantar em latim trechos da missa e, no vernáculo local, hinos e canções. Mas rara será a criança que saiba saudar ou responder a uma saudação em português, ou agradecer nessa língua uma mão-cheia de caramelos. Ao contrário das missões africanas, a Igreja nada faz, no geral, pela difusão da nossa língua, visto que o clero local a não utiliza nas práticas e orações em comum. Surpreende dolorosamente que, num ofício religioso celebrado em terra portuguesa, por um clero que Portugal aí formou, entre gente cristianizada pelo esforço português, apenas o latim seja para nós inteligível. Foi preciso na cidade mais cosmopolita de Goa, Vasco da Gama, que alguns portugueses da Metrópole, assíduos à missa da tarde, pedissem ao pároco o favor de fazer, em português, um como resumo da homilia.

As escolas primárias oficiais, menos frequentadas do que as anteriores, seguem um deplorável método de ensino, imposto em grande parte pela sua «unicidade» oficial. Os livros únicos de leitura, que entre nós se destinam às crianças de fala portuguesa, são pedagogicamente inconvenientes para estes mocinhos que, ao entrar na escola, não sabem uma palavra da nossa língua[17]. As suas histórias, as suas descrições, falam de um mundo que não lhes é familiar. Em vez do cajueiro ou da mangueira, árvores de fruto que crescem em toda a parte, a pereira e a cerejeira; em vez das chuvas diluvianas da monção, os encantos de uma Primavera que este clima não possui; em vez de gralhas, cujo grasnar acompanha sempre as moradas humanas, andorinhas que a maioria destes meninos nunca há-de ver. A geografia e a história são ensinadas

[16] «Não sem forte reacção da Índia que usa as línguas drávidas; e, por isso, essa substituição não se fez.» (OR, 1977)

[17] Cf. nota 10.

com minúcias sem interesse, que seriam vantajosamente substituídas por um melhor conhecimento da terra e da história local. Como os professores são índios, e falam muitas vezes o concanim melhor que o português, todo o ensino científico é feito naquela língua; e os moços que vão para o liceu entendem, lêem e exprimem-se em português com grande dificuldade. Devia organizar-se um ensino adequado a gente de outra fala, com programa de centros de interesse regionais, e não o absurdo modelo metropolitano, que pasma ver *uniformemente* adoptado em todos os vastos, distantes e diversos territórios do Império. Mesmo assim, nada justifica que se tenham encerrado escolas portuguesas, como sucedeu em Satari, quando esta área passou do regime de intendência militar para o de concelho civil.

O mais importante instituto de ensino secundário é o liceu de Goa; dos seus professores goeses, uns alcançaram as habilitações profissionais em Portugal, outros transitaram do antigo liceu de Margão, onde parece que a selecção não fora nada rigorosa; raros metropolitanos, que preferem ensinar em Moçambique ou Angola, uma vez que os vencimentos de Goa são sensivelmente inferiores aos daquelas províncias; e um número exagerado de professores provisórios, falhados da profissão que se cansaram de andar por colégios, senhoras que aproveitam ensinar aqui por terem maridos empregados em Goa. Sobre tudo isto, um critério de benevolência que faz com que, neste liceu-sanatório, venham estudar alguns maus alunos de Moçambique. Escola sem nível, com raros professores que se imponham pelo saber e pela distinção, alunos de grandes olhos vivos e inteligentes, certamente capazes, mas mal preparados na língua em que têm de fazer os estudos, o liceu que devia ser um dos mais vivos focos de cultura portuguesa no Ultramar é talvez o que, muito justamente, possui pior reputação. No entanto, frequenta-o uma mocidade ávida na conquista de diplomas que a habilitem a exercer mais tarde um emprego público: um lugar de estar sentado a escrever, com reforma na velhice, ideais muito divulgados entre uma população de funcionários. As escolas técnicas não alcançaram qualquer popularidade. Ao ideal do brâmane, ou das castas inferiores que o imitam, repugna o

trabalho manual e aplicado. Visitando de improviso a escola técnica de Mapuçá, não achei nela mais de 25 alunos, em todos os cursos. Em compensação, a 4 km desta cidade, o colégio inglês dos franciscanos de Monte Guirim, tinha, entre externos e internos, uma frequência de 400 crianças...

O ensino inglês, que se ministra em Goa subordinado aos programas e, até há pouco, à fiscalização pedagógica da União Indiana, é de longe o que congrega maior número de estudantes. Ele prepara para a emigração e apenas deixam de o frequentar os que têm em vista fazer uma carreira de funcionários da administração portuguesa, aqui ou noutras províncias do Ultramar. Muitos frequentam depois as Universidades e escolas superiores de Bombaim e Poona. É certo que, teoricamente, se exige a estes estudantes o exame de instrução primária e que podem tomar o português como segunda língua. Mas já vimos que aquele exame significa apenas que o aluno entende e diz algo de português, sem o falar ou escrever com correcção; nas escolas inglesas esquece o pouco que aprendeu, até pela convicção em que o põem da inferioridade do português. Assim, passa praticamente do concanim (e deste ao marata se é hindu) ao inglês. Entre os emigrantes de Bardez que gostam de retornar à sua aldeia a passar «o Outono da vida», a maioria esqueceu (se é que o soube) o português. Entre famílias goesas da Uganda, com quem estive em contacto, esta língua era desconhecida ou desprezada – o que não pouco me surpreendeu. Na jangada que atravessa o rio de Pangim, em frente ao Palácio do Governador, e liga esta cidade ao concelho de Bardez, o inglês ouve-se a cada passo a par do concanim. Só em inglês conseguimos que um *compatriota* nos mostrasse uma igreja de Velha Goa; em inglês me saudou o actual bispo de Cabo Verde, à porta do seminário de Rachol onde era reitor, não obstante pertencer a uma dessas velhas e distintas famílias salcetanas, onde o português é a língua corrente; várias vezes, na ausência do intérprete, nos socorremos desta língua em lugares onde o português era, ou fingia ser, totalmente ignorado.

Outros mais competentes no assunto poderão referir-se à única escola superior de Goa, a de Medicina. É voz corrente que o ensino deixa aí muito a desejar, que são professores catedráticos médicos que na Me-

trópole nem seriam assistentes e há uma forte corrente de opinião no sentido de substituir por bolsas de estudo, para virem aprender *a sério* em Portugal, o dinheiro que a Escola Médica custa ao Estado. Visitei as instalações dela, conheci vários professores e médicos formados por lá, e estou longe de partilhar esta opinião[18]. Mas certamente a Escola lucraria que algum dos distintos professores das nossas Universidades sacrificasse um pouco da sua rendosa clínica para elevar o nível deste ensino *colonial* e preparar em Goa professores à altura da sua missão.

Como a Escola Médica é a única de nível superior, a sua frequência abre vários caminhos e muitos médicos procuram saída no funcionalismo. Para ser advogado basta o curso do liceu e um exame de habilitação; Engenharia, Agronomia, Ciências e Letras estudam-se geralmente em Poona e Bombaim. Como universitário, veria com agrado a criação de um conjunto de Escolas Superiores, não só em Goa mas em outros lugares do nosso Ultramar; mas escolas *a sério*, com nível científico e professores recrutados dentro das mais rigorosas exigências. Pouco antes de ir para Goa tomei parte, como 1.º vice-presidente da União Geográfica Internacional, numa reunião do Colégio Universitário de Kampala, onde estavam também professores de Geografia de todos os Institutos similares da África britânica. A França criou um embrião de universidade em Dakar, a Bélgica uma no Congo[19]. Que a Universidade local acelera o movimento de emancipação e destrói a unidade de cultura? Não sei. Os índios que estudam, em regra hábeis, inteligentes e ávidos de aprender, por lhe faltarem em Goa as possibilidades e nem todos poderem vir à Metrópole, frequentam as escolas secundárias inglesas e as Universidades indianas, ocupando depois cargos públicos em Goa. Conheci lá agrónomos e engenheiros sem a menor formação portuguesa e que apenas balbuciavam a nossa língua. Não é o ensino um dos mais pode-

[18] «Da Escola de Goa saiu um grande epidemiologista tropical, Froilano de Melo, conhecido e apreciado no Brasil, onde faleceu.» (OR, 1977)

[19] «Portugal pôde ainda criar universidades em Angola e Moçambique. Mais sentido do que a Universidade de Macau seria completar a de Goa, embora com ensino bilingue, em português e inglês; empresa fácil dadas as boas relações actuais com a União Indiana.» (OR, 1981)

rosos vínculos que prende uma *élite* a determinada cultura? Quando há anos visitei o Brasil e o Peru, deu-me a impressão que foram as instituições universitárias que os Espanhóis se apressaram a criar em Lima, no século XVI, e em Cuzco no século seguinte, que em grande parte sustentam a maior resistência deste «hispaníssimo» país à profunda e deplorável influência que os Estados Unidos vêm exercendo na mentalidade sul-americana.

E que dizer da riquíssima biblioteca do Instituto Vasco da Gama, onde se encontram por catalogar as aquisições recentes do depósito legal, por falta de funcionários? E da sua quase deserta sala de conferências? Devia este Instituto ser uma réplica do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro – uma biblioteca viva e um lugar onde se fizessem ouvir, com frequência, mensageiros da cultura portuguesa.

Parece-me indispensável melhorar o nível do ensino em Goa e enviar aí com frequência portugueses interessados nas coisas da Índia e capazes de marcarem uma presença cultural nesta terra tão abandonada. Tive ensejo, a pedido de alguns amigos índios, de fazer em Margão uma palestra sobre o tema «Como vi Goa», tema que aliás me foi sugerido. Procurei mostrar a cada sector do auditório, cristãos, hindus, descendentes, algum lado que lhes fosse grato das minhas observações. Muitos me manifestaram o seu agrado por um professor universitário ter vindo falar a Margão, cidade onde aliás muitas vezes fui, por necessidade das minhas pesquisas. Gente estudiosa, capaz de se apresentar com simplicidade e simpatia, que viesse para ver e estudar e ao mesmo tempo, tivesse alguma coisa que dizer, valia a pena mandá-la à Índia. E por que não até aos nossos melhores professores liceais e jovens docentes universitários pedir alguns anos de ensino no liceu de Goa? O que só se conseguirá talvez quando o Ministério da Educação Nacional estenda a sua acção ao Ultramar, e quando se abolirem as rígidas separações entre ensino secundário e superior, entre a Metrópole e um Império que às vezes, à face de complicações criadas por certas leis, não parece fazer parte da mesma unidade nacional.

Dificuldades provenientes da situação actual

Nas dificuldades criadas pela União Indiana com a intenção de tornar impossível a vida em Goa, são naturalmente os goeses os primeiros a sofrer-lhes as consequências. Por isso grande número deles se queixa amargamente de Portugal, por teimar em manter uma situação de que lhes advêm tantos prejuízos.

Estes são de duas sortes: morais e materiais. Há inegavelmente um drama sentimental entre famílias separadas por uma fronteira, hoje intransponível, e onde antes apenas os europeus eram obrigados a documentar-se quando a atravessavam. Pais e filhos, irmãos, casais, vivem separados. Famílias que recebiam do homem, trabalhando na União Indiana, o seu sustento, vêem-se hoje privadas de recursos e do contacto com o seu chefe. Dentro da rigidez do sistema das castas, muita gente era obrigada a casar na Índia vizinha e não o pode fazer hoje. Em Diu, por exemplo, há quatro famílias de oleiros aparentados entre si, uma na cidade e três em Gogolá, aldeia próxima, situada no continente. Como os

61. Casa de emigrante, ao gosto da União Indiana, em Curtorim (Salcete).

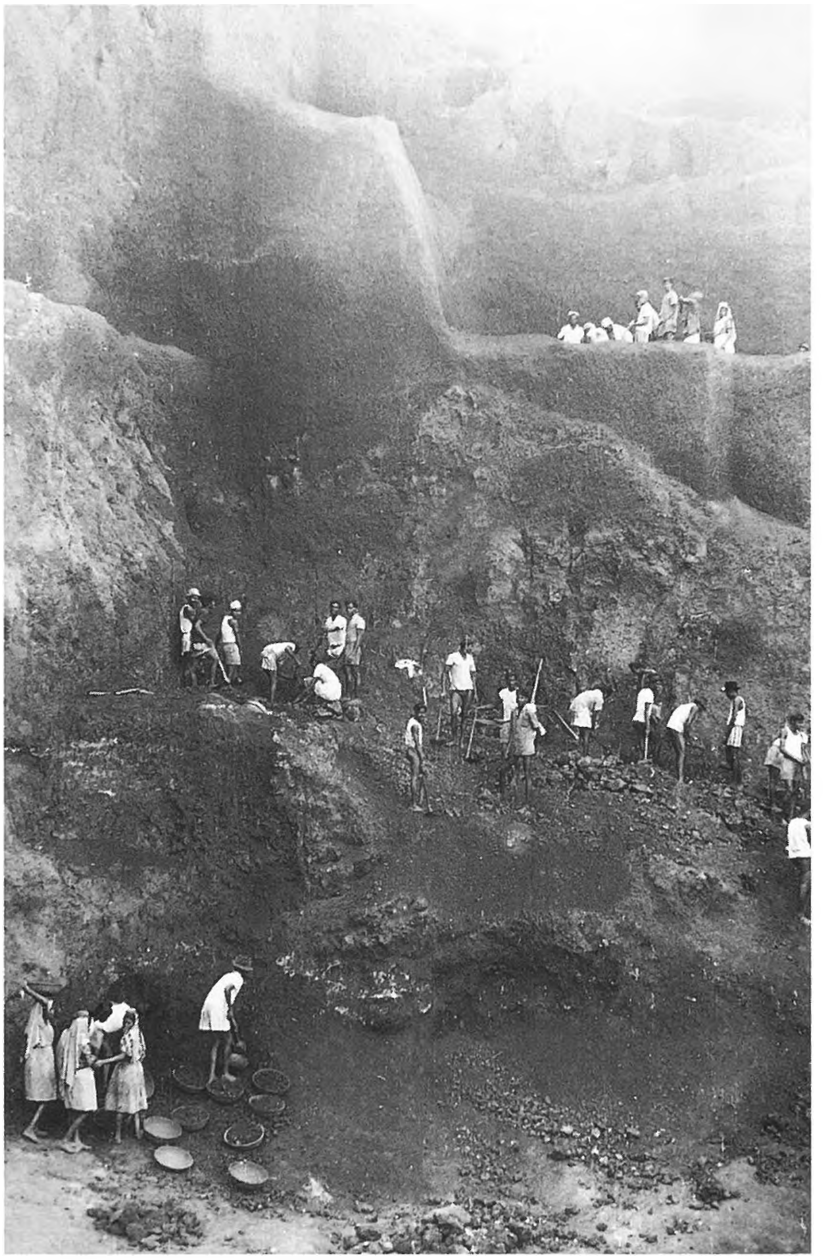
Emigração

Os goeses emigrados, sérios, empreendedores, hábeis e económicos, prosperam nos negócios e enviam os lucros para Goa, onde se convertem em terras e em casas. É a estes emigrantes que pertencem as casas de bonita aparência, que parecem em desacordo com a pobreza do país. Em Bardez as grandes casas de emigrados constituem verdadeiras aglomerações no meio de árvores de fruto e de flores.
P. Gourou, 1951.

seus membros só podem casar dentro da mesma casta de oleiros e estão proibidos de o fazer dentro da *gôtra* (estirpe) a que todas pertencem, a situação actual cria à gente jovem um angustioso problema. Há muito que em Goa, entre as classes superiores hindus e até cristãs, se generalizou o hábito de casar na Índia; as visitas eram constantes, todos os dias um comboio e uma carreira de camionetas galgavam a barreira dos Gates e as ligações por barco com Bombaim existiam várias vezes por mês. Hoje tudo cessou, a dificuldade e sofrimento causados por uma separação quase absoluta são reais e um motivo de mal-estar e de má vontade contra Portugal, «que, com a sua teimosia, nos força a esta situação».

Mas há muito mais. Todo o hindu vê na Índia a sua pátria espiritual. Aí estão os rios e montanhas sagradas que os brâmanes invocam nas suas orações matinais; aí existem os únicos sacerdotes que podem lançar aos rios sagrados as cinzas dos antepassados, e todo o bom filho tem a ambição de celebrar, em memória do pai, esta cerimónia. A morte involuntária de um gato hoje em Goa é um caso muito sério, porque só em Benares há sacerdotes capazes de conjurar os malefícios que daí provêm. Uma visita aos lugares sagrados da Índia, aos seus santuários maravilhosos, é, para o hindu de Goa, um legítimo anseio da sua fé e da sua cultura. Os principais monumentos que existiam nesta terra estavam situados na sua área mais fértil e mais povoada: as Velhas Conquistas. Destruídos pela fúria do proselitismo português, os templos mais famosos de Pondá não se igualam àqueles nem pela veneranda antiguidade nem pelo esplendor artístico. Centros de cultura hindu não os há em Goa, pois este aspecto, como tantos outros, foi completamente descurado pela nossa administração. Qualquer brâmane que deseje aprofundar a sua obrigação de «aprender e ensinar» não encontra aqui maneira de o fazer. Goa fica assim tributária da União Indiana.

O aspecto material não é menos de considerar. Como os bancos portugueses davam juros insignificantes aos depositantes, os goeses tinham as suas economias ou o dinheiro do giro dos negócios colocados nos bancos de Bombaim. De repente, esses créditos foram congelados e, embora se diga que os juros se estão acumulando... eles só serão mo-



62. O trabalho nas minas de Sirigão (Bicholim).

Minas

O minério de ferro e manganês é constituído por espessas crostas lateríticas, que em regra podem ser exploradas não só a céu aberto, mas ainda a flanco de colinas, podendo o minério sair sempre a descer.
M. Feio, 1979.

63. Veleiros no Rio Mandovi, transportando o minério de ferro para o porto de Mormugão.

vimentados «quando os portugueses desistirem da sua teimosia». Isto criou à maioria dos negociantes, no geral simples retalhistas das grandes firmas de Bombaim, situações difíceis, que nada ajudam a boa vontade a nosso respeito.

Uma classe pouco numerosa mas muito importante é a dos *botos* ou sacerdotes hindus, pertencentes a três castas de brâmanes, todas muito ortodoxas, uma até ferozmente (os *chitpáwanas*), pois um dos seus membros foi o assassino do grande obreiro da independência, Gandhi, cujos espectaculares jejuns tantos embaraços criaram à dominação britânica. São eles que, naturalmente, maior guerra nos fazem, por motivos ideológicos, uma vez que a propaganda da Índia se confundiu em grande parte com a propaganda do hinduísmo; tanto mais que, tendo-se verificado um renovo desta religião em terra já tradicionalmente cristã, o clero veio da União Indiana, trabalhando contra nós concomitantemente com os professores de língua marata (alguns templos e muitas escolas se fundaram nas últimas décadas). O ritual obriga os botos a frequentes

O porto de Mormugão está durante todo o ano protegido dos temporais e é fundo bastante, a ponto de permitir que os vapores acostem ao cais.
N. Krebs, 1933.

64. Moços descarregadores dos batelões de minério, no porto de Mormugão.
65. Navio minaleiro e guindastes no porto de Mormugão.

abluções e eles não podem viver senão ao pé da água; mas, não se imaginem estes homens somente dedicados ao culto e à vida interior. Já que têm água, cultivam uma palmeira especial cuja noz, a areca, fornece, juntamente com as folhas trepadeiras de betel, cal viva e algumas especiarias, um mastigatório muito em uso entre as populações hindus e muçulmanas, mas não entre cristãos. No asfalto de Bombaim, a abundante salivação vermelha que a mistura provoca assemelha-se a grandes charcos de sangue! A produção de Goa sobra ao consumo e o excedente vendia-se para a União Indiana. Às razões ideológicas, acrescentam os botos o desgosto de verem perder-se, sem cotação, o que outrora era fonte de rendoso negócio. O Governo local não conseguiu ainda a colocação deste produto noutros mercados.

Quem hoje deseje estudar nas Universidades de ao pé da porta arrisca-se a ficar uns anos separado dos seus, ou a atravessar clandestinamente a fronteira, o que se faz com alguma facilidade mas certo risco. Ultimamente concederam-se vantagens aos estudantes que queiram vir a Portugal seguir um curso superior e talvez eles nunca fossem, como hoje, tão numerosos; até hindus têm vindo frequentar as nossas Universidades e dizem as famílias alarmadas, «se não tiram um curso, arranjam com certeza uma mulher». Para uns, estes laços de família prendem-nos fortemente a Portugal, onde ficam ou para onde desejam vir, adaptando-se completamente à vida portuguesa; noutros, pelo contrário[20], são as mulheres que se deslumbram com o hinduísmo (o caso da esposa do Dr. Gaitandó); e não pouco surpreendidos ficarão aqueles estudantes ao ouvirem alguns colegas da Metrópole dissentirem da atitude do Governo português no caso de Goa (facto cuja autenticidade é garantida pela pessoa que mo contou, o próprio Governador-Geral!) Numa situação embrulhada como esta, tudo afinal se pode virar contra nós...

[20] No texto preparado para publicação em 1977, o fim do parágrafo, a partir daqui, foi substituído pelo seguinte: «raras serão as mulheres que se deslumbraram com o hinduísmo; recebidas com estranheza e com reserva pelas famílias dos maridos, são causa de inadaptações e de conflitos para todos dolorosos».

Sentimentos dos goeses em relação a Portugal

Ao contrário da África Portuguesa, onde há o maior cuidado em empregar expressões como *Metrópole* e *metropolitano*, em Goa opõe-se esta província a Portugal e o goês cristão opõe-se a português. É corrente sermos assim designados por gente muito próxima de nós na fala e nos usos, mas alheia ao nosso sentido de Pátria. Pátria para o goês é Goa, é nela que eles desejam gozar liberdades e proeminências; entre os partidários da integração – e os hindus são-no em geral pelas razões de sentimento e cultura apontadas – e os partidários da união com Portugal (parece que mais ou menos convictos consoante sopram os ventos!), situa-se grande número de goeses cristãos, que acima de tudo desejariam íntimas relações com a Índia e a autonomia da sua terra. Aquilo que para alguns é uma espécie de dupla cidadania, goesa e portuguesa, de que aliás sabem tirar todo o proveito, preferiam-no eles em relação à União Indiana. Até vários sacerdotes assim pensam, ou pensaram, pois os que me informaram davam estas ideias como passadas. Deslumbrava-os o vasto campo que assim se abria ao seu zelo missionário, esquecendo ou fingindo esquecer que, dentro das suas paróquias, reverteram ao hinduísmo, na ilha de Goa, cristianizada há quatro séculos e meio, algumas dezenas de milhar de *corumbins*.

Por indicação da Sua Excelência o Governador-Geral[21], procurei avistar-me, em Margão, com um dos nossos mais serenos adversários, o Dr. António Colaço, irmão do actual bispo de Cabo Verde, ao tempo reitor do seminário de Rachol. Médico de grande prestígio e saber, atende a qualquer hora do dia ou da noite gente de todas as classes, nada levando aos que não podem pagar. De uma distinta família brâmane, pareceu-me pessoa de inteligência invulgar, grande aprumo moral e possuidor de uma virtude rara aqui – a sinceridade. Recebeu-me com cortesia e interesse e, atendendo a que eu era um homem de estudo, desejoso de esclarecer-me, expôs-me abertamente as suas ideias. Como a minha intenção era ouvir, e não discutir, apenas me limitei a uma ou outra observação

[21] «General Bernard Guedes, pessoa inteligente e tolerante, geralmente respeitado pelos próprios inimigos do Portugal.» (OR, 1977)

que motivasse da sua parte mais completo esclarecimento. Resumo de memória, mas creio que com inteira fidelidade, o que me disse o Dr. Colaço.

O afastamento de Goa e Portugal resultou da desfavorável conjunção de dois factos, o movimento de Gandhi e o advento de um regime de autoridade na Metrópole. Os cristãos, não obstante o afastamento em que viveram da sua origem indiana, sentiram como que abater-se a barreira dos Gates e olharam com deslumbramento para aquela extraordinária figura moral, para os seus propósitos e processos. É possível que a ditadura fosse necessária em Portugal, mas o povo de Goa, essencialmente ordeiro e pacífico, não merecia as prepotências com que foi tratado por certas autoridades locais. O «Acto Colonial» foi um diploma infeliz, até no nome [22]. A atitude que Portugal tomou em relação a Goa foi arbitrária e unilateral, porque a população não foi consultada, o Conselho Legislativo não exprime a opinião da maioria nem a das pessoas mais esclarecidas. Fez-se em Goa muita discriminação no acesso ou desempenho de certas funções e, no seu entender, os goeses têm maior campo aberto na Metrópole do que na sua própria terra. A situação actual (especialmente a sentimental e económica) traz grande mal-estar e sofrimento, de que o Governo português é causa com a sua recusa a procurar um entendimento com a União Indiana. Só a procura de um regresso às condições anteriores à tensão actual e uma larga consulta à população (por métodos democráticos, creio eu) é que permitiriam aos goeses decidir a sua sorte. Metade da nossa história foi feita com Goa; e, embora a história seja para o Dr. Colaço «um cadáver a que não devemos ficar amarrados», a instabilidade social e política da União Indiana, a incerteza dos seus caminhos, da sua rápida evolução, *poderiam*, numa ampla consulta à opinião, decidir afinal a nosso favor. Os actos de força, a repressão por métodos policiais, a presença da tropa, só podem cavar mais o fosso que separa os goeses dos portugueses.

Há aqui, sem dúvida, alusão a erros que se poderiam ter evitado, a prepotências desnecessárias, a exorbitações da autoridade que deve ser

[22] Sobre o Acto Colonial, ver o Prefácio de Fernando Rosas, p. 12.

paciente, moderada e serena. Outra prestigiosa figura de Margão, cuja atitude política é análoga à do meu interlocutor, desejando expor ao Ministro do Ultramar as suas ideias ou agravos, foi agredida pelo Governador-Geral de então, cena em extremo deplorável e ainda viva na memória de todos e por muitos asperamente comentada[23]. Mas há também uma posição «goesa», que desconhece os interesses da comunidade nacional ou voluntariamente se alheia dela, um menosprezo da tradição cristã e da história, um sentimento índio (quem sabe se no fundo não hindu!) que se sobrepõe ao patriotismo português, tão vivo noutros lugares do Ultramar, por exemplo em Cabo Verde!

A propaganda indiana explora habilmente este estado de espírito. Numa das casas mais castiçamente portuguesas de uma aldeia de Salcete, que visitámos de surpresa, entre retratos de antepassados e santos de maior devoção, lá estava também o retrato autografado de Nehru, por este profusamente distribuído a goeses de todas as crenças, como o faria uma estrela de cinema aos seus admiradores. Na humilde morada de outra família cristã, encontrámos uma *imagem* de Buda (figurando como tal junto com santos da Igreja), à qual se sobrepõe Cristo crucificado, amparando, com uma das mãos desprendidas da cruz, Gandhi jorrando sangue. Estes sincretismos, próprios de uma religião sem rígidos limites dogmáticos como é o bramanismo, é a isca lançada à fé pouco esclarecida de alguns cristãos. A memória colectiva é débil: bem podiam os goeses recordar-se de que o Paquistão nasceu como reacção do lema dos fundadores da União Indiana: «a Índia para os hindus». Com esta diferença essencial: os muçulmanos formam uma comunidade disciplinada, numerosa e aguerrida, os cristãos de Goa, com a integração e o sentimento anti-português de que ela necessariamente se faria acompanhar, seriam, se não inexoravelmente esmagados, ao menos apeados da sua tradicional preponderância.

Que vale a pena fazer com esta gente perplexa ou transviada? Penso

[23] «O caso foi-me contado pelo próprio Governador Bernard Guedes. Pouco tempo depois de este Relatório ter chegado às mãos do Governo foi o Almirante Quintanilha de Mendonça Dias, herói da triste façanha, nomeado Ministro da Marinha...» (OR, 1977)

que, apesar de tudo, com todas as reservas e cautelas que a sua duplicidade impõe, um esforço sincero de aproximação. Foi o mesmo Dr. António Colaço que, dias depois da nossa conversa, se deu ao incómodo de assistir à minha palestra em Margão, que mostrava uma atitude radicalmente oposta à sua. No fim, não deixou de me felicitar, «apreciando o esforço construtivo». Havia, talvez, nestas palavras a ironia com que se julga um esforço vão; mas havia também respeito e simpatia intelectual por quem, defendendo embora uma causa diferente, escutara com interesse as suas razões.

«Os portugueses afastaram-se de nós», ouvi a várias pessoas. Ganhar a simpatia desta gente reservada não é tarefa fácil; no entanto, em toda a parte, a figura serena e digna do actual Governador-Geral é tratada com as maiores deferências. Referiu-me um hindu ilustre (pela casta, pela cultura e pela riqueza) o prazer que constituía para ele ir às recepções do Palácio do Cabo: tanto Sua Excelência o Governador como a Senhora caprichavam em receber todos os convidados, sem distinção de raça ou de crença, com a mesma afabilidade e simpatia, indo de uns para outros e procurando estabelecer entre todos verdadeiro convívio. Que diferença (sempre segundo o mesmo hindu) com outro Governador[24], que se rodeava do seu pessoal civil e militar, apartando-se dos convidados e não procurando com eles qualquer contacto.

Há uma classe que, como é de razão, tem fornecido grande número de pessoas para cargos administrativos de responsabilidade: a dos *descendentes*. O seu patriotismo é forte e seguro, e nesta posição extrema e difícil tem servido Portugal com a maior lealdade e coragem e até com a convicção de quem a si próprio se defende. Com propriedades e interesses em Goa, onde suas famílias habitam por vezes há séculos, não poderiam esperar mercê se, pela integração pacífica, os goeses *naturais* fossem aceites e os portugueses da Metrópole repatriados. Os *descendentes* são, em toda esta massa ondulante e dúbia, inegavelmente os únicos com quem se pode contar. Mas se a coragem é muitas vezes necessária,

[24] Referido na nota anterior.

se o patriotismo é o sentimento que neles a sustenta, a reflexão e a serenidade são indispensáveis para enfrentar situações delicadas. Os *descendentes* encontram-se hoje decaídos do antigo prestígio desde que, com a extinção do exército da Índia, viram fechar-se o acesso à sua principal carreira: a das armas. Era este um exército de prestígio, com altos postos e quadros desmedidos: mesmo assim, há uma grande diferença entre ser chefe de polícia ou sargento reformado e coronel ou general. Por outro lado, algumas famílias de *descendentes* não se eximiram a um dos tristes sinais das aristocracias em declínio, o desprezo e a inaptidão para o trabalho, e encontram-se socialmente decaídas, tendo passado para as mãos dos hindus, enriquecidos no comércio, as propriedades que sustentavam o seu fausto tradicional. Umas vezes com assomos de arrogância, bem compreensível se nos lembrarmos de que este grupo social representa historicamente, mas deslocada e inconveniente no momento actual, outras com um complexo de inferioridade proveniente do declínio em relação à antiga proeminência, as autoridades recrutadas entre eles nem sempre actuam com o discernimento e a ponderação desejadas.

Abusa-se das *confidenciais*, da suspeição, dão-se ouvidos ao que corre, à delação tantas vezes irresponsável. O administrador de um concelho mandou *suspender* reuniões da adjunta da missão, que, com o pároco, o regedor e algumas pessoas principais de certa aldeia, traduzia em concanim os quesitos de um inquérito que fazia parte dos nossos planos de trabalho, e treinava na sua aplicação alguns ajudantes de boa vontade. Não obstante todas as autoridades terem sido avisadas da nossa presença, o aflito administrador, suspeitoso não se sabe bem de quê, mandava um telegrama cifrado pedindo providências ao respectivo chefe de serviços, que lhe deve ter respondido que não fosse idiota por palavras corteses. Eu próprio recebi, transmitida também com todas as reservas, por ordem de Sua Excelência o Governador-Geral, a cópia *secreta* de uma informação também *secreta*, que outro administrador transmitira a propósito de uma conversa tida com certo hindu de Margão, promotor, segundo ele, de motins contra a soberania portuguesa (não obstante ser convidado habitual do Palácio do Governo). Aí se contava a emaranhada

história de uma sova de cavalo-marinho que lhe fora aplicada pelo referido administrador; entendia ele dever defender-se de acusações que o tal hindu lhe fizera e aos *descendentes* «famintos» que capitaneava, pois segundo *corria* na cidade de Margão, eu de tudo tomara nota. De facto, como apontara a parte mais interessante da conversa, pude extractá-la do meu caderno e mostrar que não havia nela a menor alusão ao que o administrador referia; e, na informação que prestei a Sua Excelência o Governador-Geral, não deixei de lamentar ver-me envolvido em questões pessoais em absoluto estranhas ao propósito dos meus estudos e incomodado por histórias de *consta* e *diz-se*, a que desejava manter-me alheio. Se para aqui trago estes casos passados connosco é porque eles explicam bem certo nervosismo das autoridades, que só pode torná-las antipáticas à população, sem vantagem nenhuma para nós. Acresce que o administrador, que tão inadvertidamente prestou a informação que refiro, ocupa também o delicado cargo de chefe da censura à imprensa. Nunca por nunca, no grave momento actual, a autoridade se devia desmandar, os chefes praticarem prepotências e a população viver noutra atmosfera que não fosse a de tranquilidade e confiança. Sua Excelência o Governador-Geral, pela sua simplicidade, simpatia e serenidade, muito tem contribuído para o ar de paz que em grande parte ainda se respira em Goa. Infelizmente parece que nem todas as autoridades o tomam como exemplo.

Nos últimos tempos da minha estadia deram-se em Goa, com frequência inquietante, casos de terrorismo que representam, depois do malogro das invasões «pacíficas», nova e mais perigosa táctica dos nossos inimigos. Os bandos que agiam no território de Goa, a favor da impunidade de uma fronteira montanhosa e florestal impossível de vigiar, haviam-se armado pelo ataque sistemático a postos isolados de polícia. Com dois ou três guardas, que à noite se deitavam, pois não havia a possibilidade de organizarem vigílias, acordavam cercados, sucumbiam ou rendiam-se, entregando as armas. O exército não reforçava os postos porque a sua missão era permanecer concentrado e a capacidade defensiva seria afectada por esta dispersão. Teoria certamente justa, mas que

não impediu que estes ataques continuassem sistematicamente, com a desmoralização das forças policiais, o desprestígio das autoridades e a insegurança da população. Hoje parece que os postos policiais foram reforçados e a sua defesa se tornou eficaz; pena foi que apenas tão tarde se tomassem estas medidas. Porque o goês, como todo o índio desta área, pacífico por índole, por hábito e por educação, reage mal a tudo o que represente perigo ou exija um assomo de coragem.

Os goeses no quadro do Império português

Chegamos agora à situação mais delicada criada pelos obstáculos que a União Indiana tem posto à vida dos nossos territórios. Não só a maior corrente de emigração, que tradicionalmente se dirigia para Bombaim, se encontra estancada, como muitos goeses residentes na Índia foram repatriados e os países aliados e amigos desta potência não deixarão de pôr obstáculos à colocação de emigrantes sob a nossa bandeira. É preciso encontrar uma saída para eles, problema tanto mais difícil quanto é certo que a emigração da Metrópole é já de si considerável e a emigração goesa pertence a um tipo muito especial: gente de qualidade e de educação, a quem repugnam certos serviços, ocidentalizada (em grande parte inglesada) nos costumes e desejosa de manter as posições no comércio, no funcionalismo, na indústria hoteleira, etc. Queixam-se os goeses que Portugal, com tão vastos territórios em África, não os abra ampla e francamente a esta gente, que noutros lugares tantos serviços tem prestado. Estranhou o Governo local, quando lhe propunham a colocação de emigrantes como trabalhadores em plantações de açúcar de Angola, pois, por causa das necessidades de mão-de-obra para a lavra das minas, já faltam braços para a lavoura e algumas terras estão a ser abandonadas. Receia, creio que não sem razão, o Governo a desconfiança, ou pelo menos a antipatia, com que é olhado o índio nalguns lugares do nosso Ultramar. Diz-se que em Moçambique veriam serenamente a integração de Goa na União Indiana como a forma de acabar com os detestáveis *monhés*. Timidamente, vão-se criando alguns bispos goeses (na altura da sagração do primeiro, D. Altino Ribeiro, não deixou de notar-se

que, existindo seminários há quatrocentos anos na Sé de Velha Goa, só agora deles saísse um prelado...) e abrindo o Ultramar aos médicos saídos da Escola de Goa, onde, pelo carácter especial da patologia local, nenhuma experiência adquirem das endemias tropicais que afligem a África.

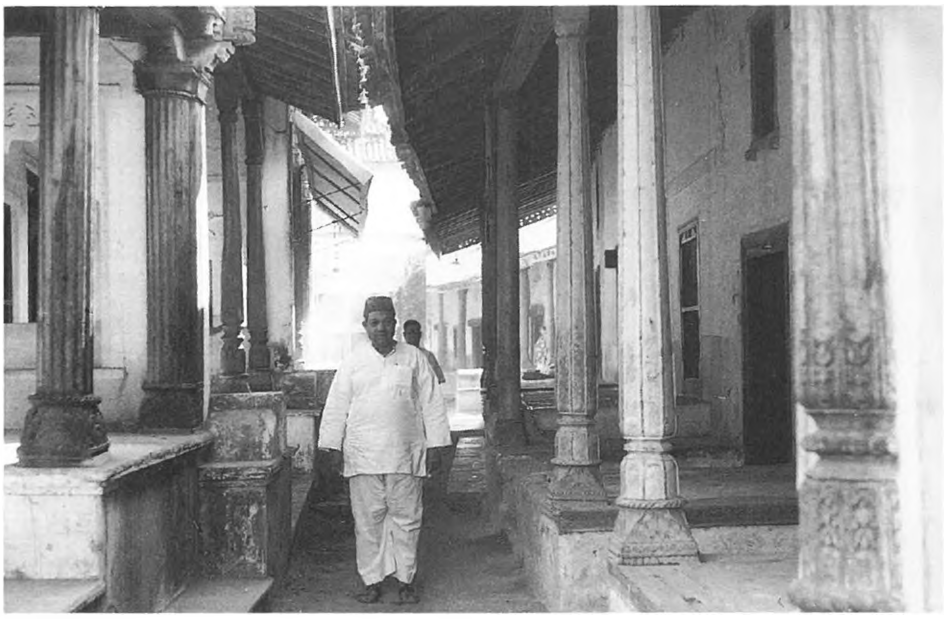
O meu sentimento pessoal não é favorável à larga utilização dos índios nos quadros da administração ultramarina. Ao contrário dos cabo-verdianos, colaboradores devotados e leais dela, tão portugueses nos sentimentos e na mentalidade, esta gente, mesmo quando cristã, não se desprende do seu orgulho de raça (julgam-se superiores aos brancos), dos seus preconceitos de casta, da sua repulsa pelos negros, em cuja inferioridade acreditam. Quer dizer: como colaboradores de uma política de indiscriminação étnica e de verdadeira assimilação, teriam tendência a fazer o contrário do que se exigiria deles. Isto é, evidentemente, um perigo. Por isso o índio será menos nocivo entre gente branca, nas cidades e vilas da Metrópole, onde tem conquistado, tantas vezes com brilho e distinção, as mais altas posições. Depois, há ainda a contar com a reacção das populações nativas. Que razão haverá para se pôr à frente do clero de Cabo Verde um bispo índio, quando já no tempo do P.e António Vieira os cónegos, «tão negros como azeviche», pareceram ao eminente jesuíta mais compostos, piedosos e instruídos que os de muitas sés do Reino?![25] E estes mulatos ou negros, dentro de uma política de verdadeira integração nacional, pela sua finura, inteligência e capacidade, merecem ser tão favorecidos como os índios. Creio que um médico, juiz, notário, bispo ou professor liceal índio, em qualquer cidade da nossa província, não representa, sejam quais forem as suas tendências, o menor perigo para a soberania nacional. Colocados em postos de iniciativa e de direcção, ou servindo de intermediários entre o Governo distante e as populações locais, sem uma cuidadosa e segura formação portuguesa (e já vimos como a educação em Goa é deficiente neste aspecto), não sei até que ponto se deverá contar com eles.

[25] «O que justifica um bispo goês na área de mais intensa colonização portuguesa em Angola (Huíla), homem de cor para os brancos, pessoa de raça diferente para os pretos (à parte as suas qualidades pessoais)?!» (OR, 1977)

A posição dos nossos «indígenas» (quer sejam ou não cidadãos portugueses) é caso único se a compararmos com a de outros países coloniais. Individualmente, um índio, um mulato ou um preto, integrados na nossa vida e na nossa cultura, podem ser tudo: casarem com raparigas portuguesas, obterem os lugares que pela sua capacidade conquistam, chegarem dentro deles às escalas mais elevadas. Isto pode Portugal mostrar aos súbditos doutros domínios coloniais. Mas quantos são os que o conseguem? Pouquíssimos. Recordo-me de, há poucos anos, numa excursão de três dezenas de alunos dos liceus de Angola, organizada pela Mocidade Portuguesa, ter contado quatro ou cinco mulatos e nenhum preto. Ao contrário das Universidades inglesas ou francesas, frequentadas por estudantes negros, eles são ainda raros nas nossas escolas superiores. E, no entanto, vale mais formarmos um escol negro, dentro de certos valores humanos que podem ser comuns à «negritude» e à civilização de um grande país tropical como o nosso, do que deixar que esse escol se forme, como em Goa, à margem da nossa influência, para depois, no momento de perigo, traiçoeiramente se levantar contra nós.

Porque a nossa capacidade de assimilação é extraordinária e, se tivermos do nosso papel no mundo uma visão larga, esclarecida pela história, podemos integrar na comunidade lusitana gente de origens, sentimentos e expressão espiritual diversos. A própria Índia o mostra e esta é a lição de Damão. Como os cristãos não foram convertidos em massa, mas ganhos de verdade à nova religião, eles estão, ao contrário dos goeses, completamente assimilados, na língua, nos costumes, no sentir. As castas desapareceram, a mestiçagem realizou-se amplamente e hoje é impossível distinguir aí *naturais* e *descendentes*, tanto mais que o tipo físico local, menos escuro do que em Goa, se aproxima mais do nosso. Foram estes homens que, dedicando-se a empregos na administração pública, recusaram servir na Praganã de Nagar-Aveli sob a dominação estranha, não obstante as vantagens e promessas que lhes ofereceram os ocupantes. Mas há mais. Os crentes de diferentes religiões (hindus, jains, muçulmanos, cojás, parses) vivem em boa paz e harmonia, cada uma tratando da sua vida e respeitando as crenças dos outros. Há polícias

Damão



Apesar de a massa da população ser hindu, são as extensas ruas de casas mouras que dão o maior carácter à cidade, com a sua arquitectura ao mesmo tempo rica e singela, de uma leveza e harmonia profundas.
R. Soeiro de Brito, 1998.

66. Uma rua do bairro mouro em Damão Pequeno.

mouros, empregados de administração hindus, o chefe da polícia secreta é parse e os notáveis das comunidades muçulmanas dirigiram-se um dia ao Governador pedindo armas e afirmando-lhe que «saberiam morrer como soldados portugueses». Na sessão inaugural de um cinema, dedicada às crianças, comoveu-me até às lágrimas a maneira como foi cantado o hino nacional. Aquele brado «às armas, às armas» não era para estes meninos uma palavra vã: porque todos os dias se encontram na rua com os filhos de Aniceto do Rosário, morto pela Pátria, e nas horas amargas e inquietas da ocupação de Nagar-Aveli[26], foram os seus irmãos mais velhos que, de dia e de noite, patrulharam a fronteira, colaborando com as reduzidas forças de que então dispunha a província.

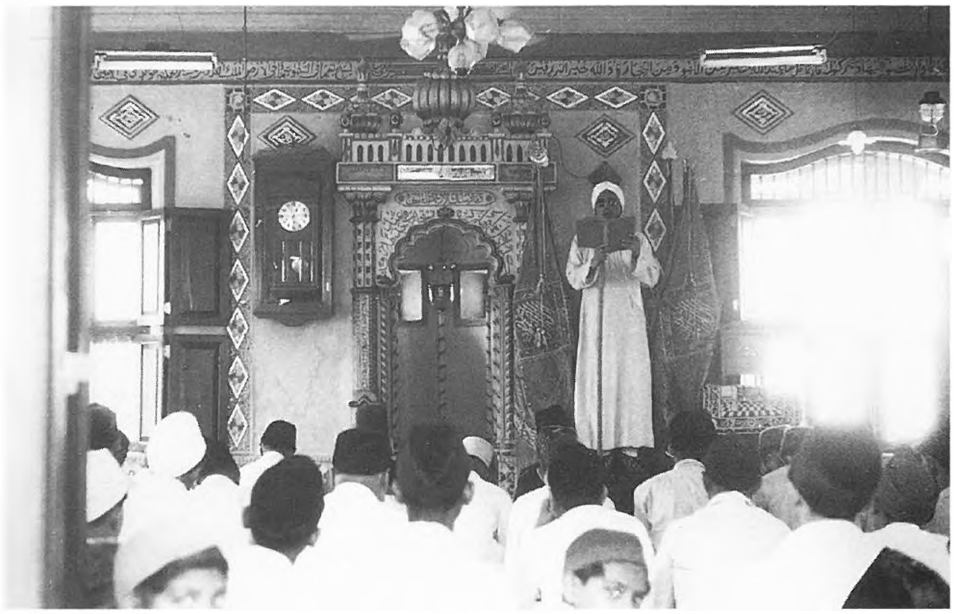
Sob o impulso de um encarregado do Governo, enérgico, humano e profundamente simpático à população, capitão Romão Nogueira, Damão recobrou a serenidade e refez-se de um golpe que afectou duramente a sua vida. Abriram-se poços, melhoraram-se canalizações e os soldados do batalhão da Madeira ensinaram um método mais rendoso de

[26] Sobre a ocupação de Nagar-Aveli e a morte de Aniceto do Rosário, ver o Prefácio de Fernando Rosas, p. 15.

67. Vendedores de *suró*, o vinho fabricado com a seiva da palmeira *cajuri*, em Jumprim (Damão).

cultura da batata-doce. Dispuseram-se abrigos em todos os postos da fronteira, tão extensa e vulnerável, dando às suas guarnições uma sensação de segurança que não sentiam as de Goa; cuidou-se da situação de algumas famílias separadas dos chefes, retidos em Nagar-Aveli pela ocupação indiana; a tudo e a todos procurou acudir o Governador que, a despeito da interinidade, restabeleceu uma atmosfera de paz vigilante e tentou resolver as mais prementes necessidades económicas. Apenas não conseguiu que muitas famílias de *machins* ou pescadores hindus, por falta de linha de rede, deixassem de abandonar os seus lares, desfalcando a província no elemento mais activo no conjunto da sua população. Exemplo lamentável de quanto as delongas, promessas proteladas e complicações de execução podem trazer de desprestígio e de transtorno.

Mas, toda a medalha tem um reverso e é bem triste o da prestigiosa efígie desta terra portuguesa. A província foi mutilada em circunstâncias que não estão completamente esclarecidas mas, diz-se para quem o quer ouvir, não abonam a coragem e o sentido do dever das pessoas encarregadas da defesa da Praganã.



68. Na mesquita de Damão, a prece da sexta-feira.

Considerações finais

Apenas uma palavra mais sobre a boa impressão que, dum modo geral, deixa a tropa. Os aquartelamentos estão discretamente distribuídos, os soldados andam desarmados e à vontade, nada evoca a ideia de uma terra ocupada pela força. Tivemos muitas ocasiões de conviver com oficiais e soldados, quer nos quartéis, quer nos postos da fronteira. Ou porque os escolheram com cuidado, ou porque o sentimento da responsabilidade os melhorou, encontra-se geralmente um aprumo sem arrogância, uma humanidade nas relações de superior para inferior, um esforço de simpatia e respeito pela população, que deixam a qualquer pessoa a impressão mais favorável. É justo mencionar aqui os nossos garbosos soldadinhos pretos, em nada inferiores aos seus camaradas europeus em disciplina e compostura. E, com pasmo da gente da terra, todos sabem falar português...

Parece que a tropa foi recebida com desconfiança: mas, a pouco e pouco, as crianças foram-se chegando, os homens convivendo, as mulheres perdendo o pavor pânico que lhes metiam tanto os africanos como os

69. Em lembrança da visita à mesquita de Damão.

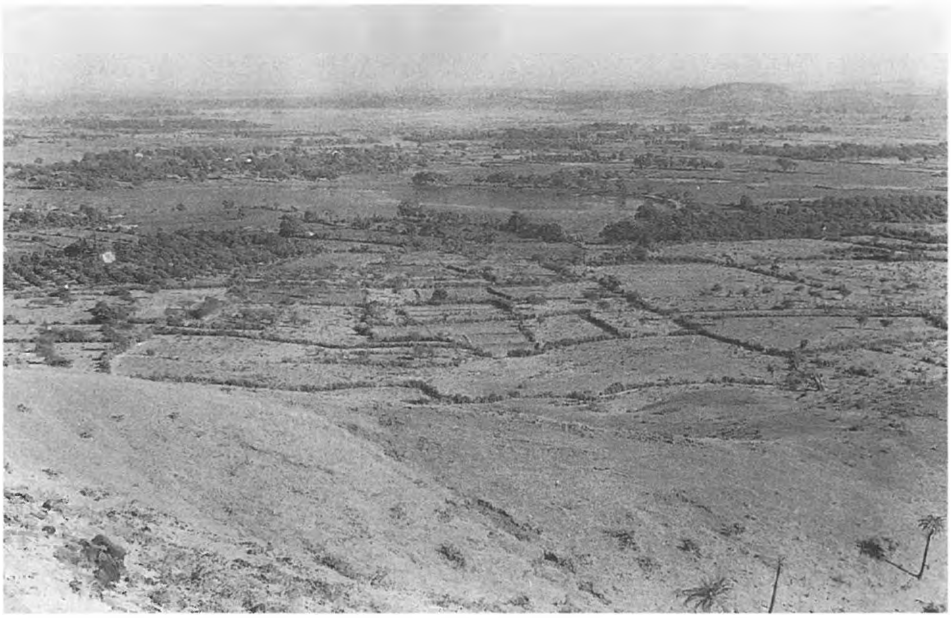
Estado da Índia e União Indiana em 1956

70. A fronteira de Dabel (Damão) em Fevereiro de 1956.

europeus, e esta presença simpática e correcta da gente portuguesa não deixará de contribuir para a aproximação de diferentes parcelas da unidade nacional. A despeito de tudo o que a propaganda indiana possa dizer...

No entanto, os goeses cristãos, nos *mandós* (canções) ou no teatro, entregam-se à protecção de São Francisco Xavier mas não têm uma palavra de simpatia ou de agradecimento por aqueles que aqui vieram defender a integridade do seu território, o sossego dos seus lares e o livre exercício das suas crenças. A gratidão não é o seu forte. Teremos de dar muito, contando receber bem pouco...

Quando, há vinte e três anos, tomei parte num cruzeiro de férias às províncias do Atlântico, ficou-me a lembrança de simpatia, de caloroso acolhimento, que ao português era reservado pelas populações africanas. Permanências mais largas na Guiné, em Cabo Verde, em São Tomé, só vieram confirmar as impressões daquele primeiro e rápido contacto. Aqui, pelo contrário, domina a prevenção, a desconfiança, quando não a antipatia mais ou menos declarada. Claro que se tem de atribuir esta atitude, não a um especial comportamento do português, que é em toda a



71. A União Indiana vista do topo da Serra da Cruz (Damão) em Fevereiro de 1956.

parte o mesmo, mas à estrutura duma sociedade que nunca poderia aceitar de bom grado um elemento estranho a ela. «Amor com amor se paga», e a indiferença ou hostilidade não são de molde a suscitá-lo. O índio cristão ou hindu não é simpático na reserva do seu primeiro contacto e em muitos traços, tão diferentes dos nossos, do seu carácter. Mas esta barreira tem de ser vencida, pela formação portuguesa de um escol e pela elevação do nível de vida da população humilde. Numa perdida aldeia de Satari, recordavam os velhos com gratidão e respeito o nome daquele «homem muito bom», oficial português que lá fora intendente militar e tanto fizera por eles. Sem calor humano não há obra de governo que perdure.

Os problemas de Goa são complexos, difíceis, pesam sobre esses territórios um passado de abandono e um futuro de incertezas. Seria para nós motivo de grande satisfação, se o livro para que recolhemos estes materiais e que projectamos publicar, o mais breve possível[27], contri-

[27] Sobre as publicações resultantes da Missão de Geografia da Índia, ver a Introdução de Suzanne Daveau, pp. 32-34.

buindo para que melhor se conheça esta terra e esta gente, as suas necessidades e aspirações, ajudasse, de algum modo, a resolvê-los.

Como algumas divindades hindus, providas de três rostos e seis braços, também a *verdade* sobre Goa tem formas várias e movediças. Estas notas, de certo modo marginais em relação ao trabalho científico essencial, procuram mostrar uma das suas faces. Não posso garantir que outras não sejam diferentes: mas tudo o que *vi* foi anotado com escrúpulo, atenção e minúcia, e o que aqui fica escrito passado ao crivo da reflexão.

Resta-me pedir desculpa às pessoas a quem este relatório é destinado, de não ter sabido fazê-lo mais breve, roubando-lhes, com a leitura dele, tempo de que precisam para múltiplas e absorventes tarefas. Também a mim roubou alguns dias ao trabalho habitual e obrigou a trilhar um terreno fora dos estudos a que unicamente me tenho dedicado. Mas afigura-se-me que a informação que aí fica pode ser de alguma utilidade: foi pelo menos nessa convicção que a prestei, e com inteira sinceridade que, entendo eu, é a melhor forma de manifestar respeito às pessoas a quem, pela elevada posição que ocupam, ele é devido.

Lisboa, Abril de 1956.

Obras citadas

AMARAL, Ana e Ilídio – *Bibliografia Científica de Orlando Ribeiro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1981; 2.ª parte (1981-1995) por S. Daveau, *Finisterra*, 61, Lisboa, 1996, pp. 87-97.

BRITO, Raquel Soeiro de – «Notícia do inquérito das aldeias de Goa», *Garcia de Orta*, 5 (4), Lisboa, 1957, pp. 659-669.
—, *Goa e as Praças do Norte*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1966.
—, ed., *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986.
—, «Notícia de uma aldeia hindu de Goa-Marcaim», in *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986, pp. 443-460.
—, «Curtorim. Uma aldeia cristã de Goa», *Actas*, 4.º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Lisboa, 1986, 10 p.
—, *No Trilho dos Descobrimentos. Estudos Geográficos*, Lisboa, CNCDP, 1997.
—, *Goa e as Praças do Norte Revisitadas*, Lisboa, CNCDP, 1998.

CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*, Lisboa, 1572.

CHICÓ, Mário Tavares – «Algumas observações acerca da arquitectura da Companhia de Jesus no distrito de Goa; A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia, Igrejas de Goa», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 257-272; 319-328; 331-336.

DAVEAU, Suzanne, RIBEIRO, Orlando – *La Zone Intertropicale Humide*, Paris, Armand Colin, 1973.

«Entrevistas de Pundolika Gaitande com Manuel Sertório», in *História*, n.º 30 (2.ª série), Abril de 1997, pp. 48-57.

FEIO, Mariano – «Problemas de geomorfologia de Goa», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 39-78.
—, «Os terraços do Guadiana a jusante do Ardila», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 27, Lisboa, 1946.
—, *As Castas Hindus de Goa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1979.

FREYRE, Gilberto – *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1953.

GOUROU, Pierre – «Algumas observações de Geografia tropical», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 79-88.

KREBS, Norbert – «Goa», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 89-100.

LEONARD, Yves – «O Ultramar Português», in *História da Expansão Portuguesa* (F. Bethencourt, K. Chaudhuri, coord.), vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

MELLO, Carlos Alexandre (coord.) – *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes* (1951-1958), Lisboa, Moraes Ed., 1986.

MENDES, A. Lopes – *A Índia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 2 volumes.

MORAIS, Carlos Alexandre – *A Queda da Índia Portuguesa, Crónica da Invasão e do Cativeiro*, Lisboa, Estampa, 1995 (2.ª ed.).

NOGUEIRA, Franco – *Vinte Anos de Defesa do Estado Português na Índia*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.
—, *Um Político Confessa-se* (*Diário 1960-1968*), Porto, Civilização Editora, 1987.
—, *História de Portugal (1933-1974)*, Porto, Livraria Civilização, 1981.

PASSOS, António – «As aldeias de Goa», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, 1956, pp. 12-13.

PISSURLENCAR, Panduronga – *Roteiros dos Arquivos da Índia Portuguesa*, Bastorá, 1955.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Ed., 1945 (7.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1998).
—, «Problemas da investigação científica colonial», in *Colóquios*, Lisboa, JIC, 1950, 23 p.
—, «A cruz e o tulôsse», *Diário Popular*, Lisboa, 9-2-1956.
—, «A festa de S. Francisco Xavier em Velha Goa», *Garcia de Orta*, número especial, Lisboa, 1956, pp. 175-181.
—, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
—, «Trinta e cinco anos de estudos geográficos», in *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970, pp. 1-62. Uma 2.ª edição, ampliada, das *Memórias* está no prelo, na Editorial João Sá da Costa, Lisboa.
—, *Destinos do Ultramar*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
—, *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando – *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.
—, *Portugal, Goa e a União Indiana*, Lisboa, SNI, 1956.

SIEGFRIED, André – *Voyage aux Indes*, Paris, 1951.

SILVA, Botelho (coord.) – *«Dossier» Goa. Vassalo e Silva – A recusa do sacrifício inútil*, Lisboa, Edições Liber, 1975.

SPATE, O. H. K. – *India and Pakistan*, Londres, 1954.

Velha Goa, Guia Histórico, Goa, Imprensa Nacional, 1952.

Índice de figuras e fotografias

Figuras		Páginas
FIG. 1	Localização do «Estado da Índia» em 1956	33
FIG. 2	Divisão administrativa do Distrito de Goa e lugares estudados pela Missão de Geografia	38
FIG. 3	A ocupação do solo em Goa	46
FIG. 4	Funeral de um índio rico	55

Fotografias

As paisagens de Goa, do Oceano Índico aos Gates	FOTOS 1-10	40-45
Templos e igrejas	FOTOS 11-20	51-57
As marcas monumentais do passado português	FOTOS 21-26	68-71
Procissões	FOTOS 27-32	76-79
Pira funerária	FOTOS 33-35	84-85
Casas hindus e cristãs	FOTOS 36-43	88-91
Tipos humanos, castas	FOTOS 44-54	93-101
Feiras e mercados	FOTOS 55-60	103-105
Emigração	FOTO 61	113
Minas	FOTOS 62-65	115-117
Damão	FOTOS 66-69	128-131
Estado da Índia e União Indiana em 1956	FOTOS 70-71	132-133

Índice geral

Apresentação

Goa, ou o princípio do fim – FERNANDO ROSAS

As três direcções da política colonial do pós-guerra 11
O caso de Goa 14
A derrota da estratégia salazarista 17
O Relatório de Orlando Ribeiro 22

A «Missão Geográfica da Índia» na obra científica de Orlando Ribeiro – SUZANNE DAVEAU

Antecedentes da Missão 25
A Missão de Geografia da Índia 28
Os resultados científicos da Missão 30
O Relatório ao Governo 34

Imagens de Goa – ORLANDO RIBEIRO

Nota introdutória 37
O território 39
A cruz e o tulôsse 49

RELATÓRIO AO GOVERNO 59

Uma missão de estudo: objectivos, processos de trabalho, âmbito e propósito das observações. Razão do presente Relatório 61
Comentários à posição de Portugal no chamado «caso de Goa» 66
A sociedade goesa: aspectos que importa conhecer 74
Ensino da língua e cultura portuguesa 102
Dificuldades provenientes da situação actual 113
Sentimentos dos goeses em relação a Portugal 119
Os goeses no quadro do Império português 125
Considerações finais 130

Obras citadas 135

Índice de figuras e fotografias 137